

*Em Uberlândia
numa madrugada limpa e casual, eu
feliz como um sapato
soube que pai, mãe, irmãos, tios, primos e sobrinhos
pagaram a um homem não-negro
para espancar até a morte duas mulheres que se amavam.
Minha boca ficou com gosto de sangue e estrada,
em Uberlândia duas mulheres que se amavam.
Tânia Martins,
Uberlândia, 1988.*

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**HOMOFOBIA: INTOLERÂNCIA, MEDO E
ÓDIO EM UBERLÂNDIA – 1988/2001**

**Universidade Federal de Uberlândia
2004**

HOMOFOBIA: INTOLERÂNCIA, MEDO E ÓDIO EM UBERLÂNDIA – 1988/2001

**Dissertação de Mestrado apresentada
ao Programa de Pós-Graduação em
História da Universidade Federal de
Uberlândia, como requisito parcial
para a obtenção do título de mestre
em História.**

**Orientadora: Prof.ª Dr.ª Vera Lúcia
Puga de Sousa.**

Uberlândia, Minas Gerais

**Universidade Federal de Uberlândia
2004**

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborado pelo Sistema de Bibliotecas da UFU / Setor de
Catalogação e Classificação / mg

D249h Davi, Edmar HenriqueDairell.
Homofobia: intolerância, medo e ódio em Uberlândia - 1988
- 2001. / Edmar HenriqueDairell Davi. – Uberlândia, 2004.
...f.
Orientador : Vera Lúcia Puga de Sousa.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlân-
dia, Programa de Pós-Graduação em História.
Inclui bibliografia.
1. História social - Teses. 2. Homossexualismo – Uberlândia -
Teses. 3. Homofobia - Teses. I. Sousa, Vera Lúcia Puga de. II.
Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Gradua-
ção em História. III. Título.

CDU: 930.2:316(*UDI)(041.3)

Dissertação defendida e aprovada, em ____ de ____ de ____, pela banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a Vera Lúcia Puga de Sousa

Orientadora

Prof.^a Dr.^a Tânia Navarro Swain

Prof.^a Dr.^a Eliane Schmaltz Ferreira

À minha família...

AGRADECIMENTOS

Ao fim de um trabalho acadêmico, acredito ser difícil agradecer a todos que contribuíram para a sua realização. Querer lembrar das várias pessoas que direta e indiretamente ajudaram na trajetória da pesquisa e nas reflexões constitui uma tarefa muito complexa. Ao citar alguns nomes e esquecer outros, podemos promover uma injustiça. Mas devo me referir, aqui, àqueles que se destacaram durante a realização da minha pesquisa.

Primeiramente, agradeço à minha família que com sua humildade e com seus valores influenciou demasiadamente na minha formação pessoal e profissional. Em particular, à minha mãe e a meu pai que, mesmo em outra cidade, me apoiaram e procuraram me aconselhar.

Agradeço a Dóris, minha “companheira”, que com sua dedicação e paciência soube me ajudar nos momentos mais difíceis desta caminhada.

À professora Dr.^a Vera Lúcia Puga de Sousa, minha orientadora, que me indicou os vários caminhos a serem percorridos na investigação de uma temática tão complicada como a da violência. Agradeço por sua atenção e por conselhos nos momentos de dificuldade.

Aos amigos e amigas do NEGUEM, sempre prontos a mostrar “saídas” para as discussões de gênero e seus “nós”. Agradeço também aos professores e professoras do Mestrado em História que, durante o curso das disciplinas, me orientaram sobre os referenciais da historiografia a serem utilizados nesta pesquisa.

Aos gays, lésbicas e travestis com os quais conversei e discuti, na tentativa de ajustar minha pesquisa à “realidade” com a qual eles (elas) sofrem diariamente.

Finalmente, ao CNPq que financiou parte desta pesquisa.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Foto do protesto das travestis em Uberlândia. Retirado do jornal *Correio de Uberlândia*, 13 de julho de 2001.

Figura 2. Foto de show de transformista no bar Corda-Bamba de Uberlândia. Fotografia de Edmar Henrique Davi, 2001.

Figura 3. Foto de show de transformista no bar Corda-Bamba de Uberlândia. Fotografia de Edmar Henrique Davi, 2001.

Figura 4. Cartaz de divulgação do “Futebol das *Drags*”, Uberlândia, 2001.

Figura 5. Capa do informativo *Rainbow Mix Magazine*, Uberlândia, ano 1, nº 2, 2001. Acervo particular.

Figura 6. Capa do informativo *Rota Mix Uberlândia*, Uberlândia, ano 1, nº 6, 2001. Acervo particular.

Figura 7. Capa do informativo *Rota Mix Uberlândia*, Uberlândia, ano 1, nº 7, 2001. Acervo particular.

Figura 8. Capa do informativo *Rota Mix Uberlândia*, Uberlândia, ano 1, nº 8, 2001. Acervo particular.

Resumo

A intolerância contra os (as) homossexuais constitui um problema para os agentes defensores dos direitos humanos da atualidade. Conforme diversos estudos, a homossexualidade ainda é considerada um tema polêmico na sociedade brasileira.

Para investigar a violência contra gays, lésbicas e travestis na cidade de Uberlândia, entre os anos de 1988 e 2001, realizamos, primeiramente uma ampla discussão sobre os conceitos de violência, agressão, dentre outros. Buscou-se analisar os “álibis” sociais criados para justificar a homofobia em nossa cultura, como aqueles ligados ao culto da masculinidade, da heterossexualidade normativa e das proibições religiosas à homossexualidade. Fechando o primeiro capítulo, discutiu-se as várias formas tomadas pela homofobia e suas conseqüências nas vidas dos (as) homossexuais em Uberlândia.

Adiante, buscou-se investigar a relação entre a homossexualidade e o sistema judiciário. Procuramos analisar a construção do “homossexualismo” enquanto crime e delito penal, desde o século XIX até o XX, refletindo sobre as permanências discriminatórias que ainda pesam contra os (as) homossexuais. Passando aos processos criminais, objetivou-se recuperar as representações constituídas com relação à homossexualidade nestas fontes documentais, a partir das falas e dos depoimentos de diferentes personagens. Investigou-se também, as artimanhas e as relações de poder que percorrem os autos criminais, considerando-se as concepções em torno da homossexualidade e seu oposto socialmente estabelecido, a noção de masculinidade.

Finalmente, no terceiro capítulo, fomos em busca do depoimento de gays, lésbicas e travestis, deixando-os falar sobre as relações de violência no seu cotidiano. Família, trabalho, amizades, lazer, dentre outros assuntos se tornaram objeto de discussão, pois fez-se necessário investigar a homofobia que ainda existe e que infelizmente, atua no dia-a-dia de muitos (as) homossexuais. Mas a existência da intolerância, não exclui, totalmente, as formas de resistência à opressão ou à dominação. Desse modo, para mostrar que gays, lésbicas e travestis são sujeitos ativos na construção de suas histórias, procuramos investigar as estratégias e os artifícios do “cotidiano”, usados na contraposição à homofobia. E também, o trabalho dos grupos de homossexuais que atuam de modo organizado, construindo outras representações para o homoerotismo.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS

RESUMO

| | |
|---|------------|
| INTRODUÇÃO..... | 8 |
| CAPÍTULO I: Violência, Cultura e Homossexualidade..... | 17 |
| 1.1. A violência no cotidiano e os álibis sociais para a agressão..... | 17 |
| 1.2. Intolerância e homossexualidade: as marcas da homofobia na Cultura Ocidental..... | 30 |
| 1.3. <i>Causa Mortis</i> : trajetórias homofóbicas em Uberlândia..... | 47 |
| CAPÍTULO II: Representações da Homossexualidade no Direito..... | 56 |
| 2.1. Do vício contra a natureza à “natureza” homossexual..... | 56 |
| 2.2. A homossexualidade que se vê nos tribunais..... | 74 |
| 2.3. Em busca da masculinidade “perdida”..... | 93 |
| CAPÍTULO III: Permanências e recusas: homofobia e formas de resistência..... | 112 |
| 3.1. Ainda, a homofobia..... | 112 |
| 3.2. Resistências e recusas: gays e lésbicas contrapondo-se a homofobia.... | 125 |
| 3.3. A resistência organizada: entidades e grupos homossexuais em Uberlândia..... | 146 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 156 |
| FONTES DOCUMENTAIS..... | 164 |
| BIBLIOGRAFIA..... | 167 |
| ANEXO I..... | 176 |

INTRODUÇÃO

*Em religião, o ódio esconde a face de Deus.
Em política, o ódio destrói a liberdade dos
homens. No campo das ciências, o ódio está
a serviço da morte. Em literatura, ele deforma
a verdade, desnaturaliza o sentido da história
e encobre a própria beleza sob uma grossa
camada de sangue e de feiúra. Insidioso,
dissimulado, o ódio insinua-se na linguagem,
como no olhar, para perturbar as relações
entre um homem e o outro, uma comunidade
e a outra, um povo e o outro.*

François Barret-Drucoq

Medo e risco. Duas palavras que se confundem com o cotidiano homossexual, desde sempre. Medo de enfrentar a sociedade e assumir a sua orientação sexual, risco de se machucar no caminho que conduz à felicidade. A intolerância presente no dia-a-dia tem suas raízes nos tempos da Antigüidade quando a religião judaica determinou que: *Não haverá prostituta dentre os filhos de Israel; nem haverá sodomita dentre os filhos de Israel* (D. T. 23:17). Assim, desde as primeiras civilizações, o amor entre pessoas de mesmo sexo está cercado pelo medo, pela culpa e também, pelo ódio.

Ser atraído por uma pessoa de mesmo sexo na cultura ocidental representou, em muitos casos, decretar a própria morte ou ser alvo da intolerância social. Quantos (as) sodomitas não foram queimados (as) ou torturados (as) durante o período da Inquisição? Quantos (as) mais, não se tornaram prisioneiros (as) nas masmorras da incompreensão, durante os séculos XVIII e XIX? Ou foram tratados (as) como animais pelo Nazismo?

A partir do momento em que se determinou que a sexualidade estava voltada apenas para a procriação ou limitada ao prazer do casal burguês, decretou-se a marginalização daqueles (as) que eram diferentes. Pederastas, onanistas, *voyeurs* e fetichistas foram jogados para os becos da exclusão social.

Além de ser visto como marginal, louco (a) e delinqüente por outras pessoas, pesava, também, a culpa de ver em si mesmo (a) os sinais daquilo que o (a) levava à “danação”. Quantos (as) jovens na flor da idade não deram cabo de suas vidas, após

distinguir no seu corpo, um desejo diferenciado ou as inclinações do *amor que não ousa dizer seu nome*? O suicídio, ainda na atualidade, é um dos grandes problemas dentre os (as) adolescentes homossexuais, como também, a existência de transtornos psíquicos decorrentes da discriminação e da intolerância social. Baixa auto-estima, depressão e solidão, dentre outros, apresentam-se como alguns dos males que podem atingir gays e lésbicas na atualidade.

Não se deve esquecer também das conseqüências indiretas da intolerância. Pais, amigos (as), vizinhos, dentre outras pessoas produzem a violência psicológica, quando abusam, caluniam e zombam dos (as) homossexuais por serem diferentes. As “brincadeiras” podem gerar traumas profundos na personalidade e dificultar a auto-aceitação da orientação sexual. Ao assumir a homossexualidade, muitos (as) jovens são expulsos de casa e acabam trilhando uma trajetória marcada pelo preconceito e pelo ostracismo social: devido ao preconceito não se consegue trabalho, restando como alternativas, em muitos casos, a prostituição e/ou o tráfico, o que acarreta para o (a) homossexual, o aumento da discriminação.

Essa intolerância implícita se manifesta não tão claramente como a violência policial costumeira, mais explícita e combatida, mas como uma forma de violência escamoteada, dissimulada, porém não menos violenta. É produzida no interior das relações sociais e, principalmente, no espaço privado, onde ações crivadas de preconceitos emergem no espaço público propiciadores de reações adversas ao (à) homossexual. São essas reações as responsáveis por uma violência intersubjetiva, as quais são difíceis de detectar claramente e, assim, difíceis de serem combatidas.

Desde o momento em que os (as) homossexuais começaram a se organizar até os dias atuais, a luta contra toda e qualquer forma de discriminação tem persistido. Principalmente no que diz respeito ao direito a sua orientação sexual. Muitos gays e lésbicas encaram essa luta como inglória, mas nem por isso desistem da guerra. Desses combates emergiram inúmeras vitórias em diferentes setores, sejam eles políticos ou sociais.

Se considerarmos, conforme Lucièn Febvre, que a escolha do objeto de estudo por parte do historiador é menos livre do que parece à primeira vista, busquei investigar as representações que envolvem a homossexualidade e que corroboram a intolerância social.

O contato do pesquisador com o tema do homoerotismo se deu no decorrer do curso de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia. Em um primeiro momento, realizei uma investigação sobre a cultura homossexual que era veiculada pelas revistas *Sui Generis* e *G Magazine*.¹

Seduzido pela riqueza e pela complexidade do meio gay, busquei analisar, em outra pesquisa, a cultura que se desenvolvia nos bares, nas boates, nos salões e em outros ambientes GLS² da cidade de Uberlândia³. Percebi que a homossexualidade ganhava cada vez mais visibilidade, mas, os gays, as lésbicas e as travestis uberlandenses ainda figuravam como alvos do preconceito e da violência. Durante a realização de entrevistas, alguns (mas) depoentes cogitaram casos de agressão e de discriminação, contudo, outros (as) se calavam quando o assunto era a violência.

A partir dessa constatação, surgiram algumas questões que se tornaram pertinentes para desencadear o início dessa pesquisa de mestrado. Uma primeira indagação seria que: a visibilidade e a notoriedade da homossexualidade na mídia e no dia-a-dia ajudariam a afastar a violência? Ou a homofobia permaneceria atuando contra gays e lésbicas, sendo reproduzida a partir de valores e crenças enraizados em nossa cultura? De que modo, essas construções culturais justificariam a existência da homofobia? De que forma poderíamos investigar a violência, sem reproduzir velhos chavões ou preconceitos socialmente estabelecidos? Como se comportavam as instituições responsáveis por lidar com este tipo de assunto? Como reagiriam os (as) homossexuais e outros (as) envolvidos (as) nas situações de violência?

Estas e outras questões se colocaram no caminho da pesquisa. Contudo, um ponto se apresentou como norteador para o andamento da investigação: a partir de que fontes, método e pressuposto teórico poderíamos obter os dados e realizar as discussões sobre a homofobia em Uberlândia? O tema da homossexualidade, por si só, já é polêmico, gerando sérias controvérsias. E quando observado sob o vértice da violência, parece ocorrer um acirramento das dificuldades para o (a) investigador. Percebemos que em torno da

¹ Pesquisa de Iniciação Científica financiada pelo CNPq e publicada no *Caderno Espaço Feminino*, vol. 8, nº 9, de 2001, sob o título: “A (re) construção da cultura homossexual na perspectiva das revistas gay”.

² Sigla para designar gays, lésbicas e simpatizantes. Atualmente, substituída pela sigla GLBT que significa gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros.

³ Pesquisa de Iniciação Científica financiada pelo CNPq e publicada no *Caderno Espaço Feminino*, vol. 9, nº 10/11, de 2001/2002, sob o título: “Os caminhos da homossexualidade: inserção ou exclusão?”

homofobia pairava um certo silêncio, haviam poucos estudos realizados sobre o tema e limitadas estatísticas a respeito dos crimes e das características dos (as) envolvidos (as). Principalmente em Uberlândia, onde não se encontrou nenhum estudo sobre a violência contra gays, lésbicas e travestis.⁴

A partir da constatação das dificuldades foi necessário delinear uma estratégia diferenciada: os pesquisadores que trabalham com a análise da violência, principalmente sob a ótica criminal, geralmente, recorrem primeiro aos processos criminais. No caso dessa pesquisa tal trajetória não pôde ser seguida, devido à desorganização do Arquivo do Fórum da cidade, como também, ao fato de que não se registra no cadastro dos processos a orientação sexual dos (as) envolvidos (as). Uma outra saída seria ir à Delegacia de Crimes Contra a Pessoa e investigar os arquivos, mas, esta idéia mostrou-se infrutífera. Sendo que não havia dados cadastrados sobre a morte ou as agressões contra homossexuais e estes (as), quando se tornam vítimas de abusos, geralmente, não registram queixa ou não se identificam como tais.

Diante de tais dificuldades, a saída foi imaginar uma outra trajetória para a pesquisa. Esta se tornou possível quando folheava minhas anotações e recortes de jornal. Deparei-me com um artigo que trazia como tema uma manifestação realizada por travestis de Uberlândia no ano de 2001. Além da reportagem, o texto apresentava na parte inferior, uma fotografia em que aparecem algumas pessoas segurando uma faixa. Nesta, havia escrito os nomes das vítimas da violência e apresentavam-se também, os anos quando ocorreram os crimes (ver figura 1). A partir do recorte de jornal e dos nomes e das datas estampados na foto, corri ao Arquivo Municipal, onde obtive os dados para encontrar os processos criminais.

No Arquivo Municipal, cheguei a investigar mais de uma década do jornal *Correio de Uberlândia*, anotando os nomes das vítimas e dos agressores (as) e de outros (as) envolvidos (as). Como um detetive, fui em busca de indícios que me levassem aos processos criminais arquivados no Arquivo do Fórum. Não deixei, contudo, de catalogar os artigos de jornal, referentes aos crimes, pois, constituíram importante fonte para a investigação.

⁴ Encontramos algumas iniciativas isoladas de pessoas que buscaram combater a violência e a ajudar os (as) homossexuais em Uberlândia. Sobre essas iniciativas, falaremos adiante no capítulo 3.



Figura 1: Manifestação de Travestis em Uberlândia, 2001.

A partir dos dados recolhidos junto ao jornal, me encaminhei ao Fórum, onde existe um sistema de arquivamento que informa o número do processo e sua situação. Contudo, o catálogo dos processos só havia sido iniciado no ano de 1997, o que faria com que eu perdesse metade dos dados obtidos. Recorri, então, às secretarias das varas criminais e pude contar com os préstimos de funcionários que permitiram que ali mesmo eu analisasse alguns processos. O restante dos autos foi encontrado no próprio Arquivo, mas a desorganização deste local implicou na perda de alguns casos. Por fim, consegui reunir cerca de 13 processos criminais datados entre os anos de 1988 a 2001, todos sobre crimes de assassinato, onde os (as) homossexuais figuram como vítimas ou agressores (as). Sendo o número reduzido de casos minha análise se pautou mais pelo aspecto qualitativo do que quantitativo. Juntamente com essa via sacra, realizava as entrevistas com gays, lésbicas e travestis da cidade.

Devo fazer aqui uma pausa para comentar a trajetória realizada durante o levantamento dos dados. Com relação aos crimes noticiados no jornal, percebi que nem todos os assassinatos foram divulgados pela mídia, o que constituiria um furo na

metodologia escolhida. Encontrei, por exemplo, alguns casos no Arquivo do Fórum que não foram noticiados pelo jornal da cidade. Contudo, acredito que grande parte dos crimes tenha sido comentada, senão, pelo menos, aqueles de maior repercussão. O que garantiu à minha pesquisa uma boa representatividade do objeto de pesquisa.

Em relação aos processos criminais, enquanto fontes documentais, algumas questões devem ser colocadas. Desde a década de 80 do século XX, vem ocorrendo um crescimento do número de estudos que se valem dos autos criminais dentro das Ciências Humanas. Há várias razões para se desconfiar das informações que são obtidas a partir dessas fontes: os depoimentos dos (as) envolvidos (as) são filtrados pelos técnicos do judiciário, esses depoimentos podem se basear em informações errôneas ou serem manipulados a favor de determinadas pessoas. É claro que precauções devem ser tomadas quanto à leitura de processos criminais como fonte de informação sobre valores culturais, principalmente, quando se trata da violência contra homossexuais. Contudo, acredito que os autos deixam entrever, como nenhuma outra fonte documental, o modo concreto de funcionamento de uma agência de controle social encarregada de distribuir sanções penais e que, por isso mesmo, concentra poder.

Por outro lado, os processos penais expressam um momento de tensão nodal das relações interpessoais – a supressão física de uma pessoa por outra põe a nu alguns pressupostos das relações sociais, permitindo visualizar a sociedade em seu funcionamento. O jogo pelo qual, no torvelinho de conflitos e tensões subjetivas se materializa a ação de uns sobre os outros em pontos críticos das articulações sociais, transformando o drama pessoal em social.

Sendo assim, torna-se possível encontrar nas entrelinhas diversos relacionamentos e condutas que os (as) envolvidos (as) consideram corretos ou erradas, como, por exemplo, a homossexualidade, que figura nos autos sob o signo de “relações anômalas”. Assim, mesmo quando as personagens mentem ou inventam posturas morais, fazem-no de uma forma que acreditam ser verossímil e, portanto, ajudam a traçar os limites da moralidade comum e da aceitação da homossexualidade.

Com o levantamento e análise das fontes, procurei delimitar o referencial teórico a partir do qual construiria as discussões da pesquisa. Não encontrei autores (as) que tratavam teórica e diretamente da temática homossexualidade e violência. Busquei, então, a

aproximação com outros (as) autores (as) que pudessem subsidiar minhas considerações sobre o tema. Campos como o da Sexualidade, Violência, Cultura, Relações de Gênero e de Poder, Representações Sociais, Homossexualidade, Agressividade e Intolerância, Sistema Jurídico, dentre outros, “tocados” ou alcançados pelo amplo braço de nossa investigação, são considerados neste trabalho que, por isso mesmo, amparou-se sob o amplo guarda-chuva da linha de pesquisa História e Cultura.

Entre tantos (as) autores (as) que indicaram caminhos a esta pesquisa, e possibilitaram uma análise mais aprofundada, destacam-se as obras do historiador Peter Gay, que, ao investigar no período vitoriano as concepções em torno da sexualidade e da violência, nos forneceu subsídios para compreender os álibis ou as justificativas sociais sobre as quais se sustentaram o ódio e a intolerância para com as pessoas consideradas “diferentes”.

Michel Foucault, filósofo francês, que estudou as formas de poder nas sociedades modernas. Procurou negar a hipótese repressiva, demonstrando que os dispositivos de controle, inclusive da sexualidade, encontram-se “dissolvidos” nas relações cotidianas entre os seres humanos. Suas idéias ajudaram a desmistificar e descentralizar o poder.

Com relação à temática da violência, destacou-se o livro de Yves Michaud, “A Violência”, que trata das diferentes formas e conceituações do termo durante a história da cultura ocidental. Juntamente com a obra de Heleieth Saffioti e Suely de Almeida, “Violência de Gênero”, que proporcionou uma aproximação teórica com a discussão sobre as formas de intolerância que existem em nossa cultura, quando tratada pelo viés das relações de gênero. Esses dois livros contribuiram para que se analisasse a homofobia que permanece implícita ou escamoteada em várias crenças e valores sociais.

Também sobressaíram os estudos de Boris Fausto, historiador, que investigou o “crime e o cotidiano” em São Paulo nos finais do século XIX e princípio do século XX. Além da questão da violência, o texto de Boris Fausto constituiu importante “guia” para a análise dos processos criminais. Nesta mesma perspectiva, destaco Mariza Corrêa, que realizou um estudo dos julgamentos de assassinatos entre casais, em Campinas, entre os anos de 50 e 60, na área da Antropologia Social. Em seu livro “Morte em Família”; a autora discutiu as construções em torno do masculino e do feminino, sobre as quais eram adequados os (as) indiciados (as) e a partir do que se basearam muitas sentenças penais.

Os textos do sociólogo Sergio Adorno também contribuíram para a compreensão do funcionamento do sistema judiciário brasileiro. Suas discussões foram de grande ajuda para “desvelar” as construções que perpassam os processos criminais e que levam os júris e juízes (as) a absolver ou a condenar alguém.

Finalmente, os estudos de James Green, “Além do Carnaval”, e de João Silvério Trevisan, “Devassos no Paraíso”, que tratam da homossexualidade no Brasil desde a colônia até o final do século XX. Tais obras proporcionaram a análise das representações que envolveram o comportamento homossexual durante diferentes tempos históricos. De grande valia foram também as questões propostas por Pierre Bourdieu no livro “A Dominação Masculina”. A partir de suas pesquisas sobre as construções culturais do masculino e do feminino dentre outros povos e culturas, pôde-se avaliar a violência e o lugar ocupado pelos (as) homossexuais nas hierarquias de gênero estabelecidas por nossa sociedade.

Esta pesquisa tem, portanto, como objetivo, a recuperação da historicidade da violência que atingiu os (as) homossexuais na cidade de Uberlândia no período de 1988 a 2001. Analisando e recompondo os discursos sobre as agressões, através de processos criminais, artigos de jornal e entrevistas, visamos entender o funcionamento da homofobia em Uberlândia e seu significado social. Retirando as máscaras que encobrem as ações de intolerância e que não são percebidas dessa forma.

Partindo de uma análise mais ampla da violência para outra mais específica, o Capítulo I, discute os conceitos de violência, agressão, dentre outros que se relacionam com a intolerância da qual são vítimas os (as) homossexuais. Busca-se analisar os “álíbis” sociais criados para justificar a homofobia em nossa cultura, como aqueles ligados ao culto da masculinidade, da heterossexualidade normativa e das proibições religiosas à homossexualidade. Fechando este primeiro capítulo, discute-se as várias formas tomadas pela homofobia e suas conseqüências nas vidas dos homossexuais de Uberlândia.

No segundo capítulo, buscou-se investigar a relação entre a homossexualidade e o sistema judiciário. Traz-se uma análise da construção do “homossexualismo” enquanto crime e delito penal, desde o século XIX até o XX, refletindo sobre as permanências discriminatórias que ainda pesam contra os (as) homossexuais. Passando aos processos criminais, objetivou-se recuperar as representações constituídas com relação à

homossexualidade nestas fontes documentais, a partir das falas e dos depoimentos de diferentes personagens. Investigou-se também, as artimanhas e as relações de poder que percorrem os autos criminais, considerando-se as concepções em torno da homossexualidade e seu oposto socialmente estabelecido, a noção de masculinidade heterossexual.

Finalmente, no terceiro capítulo, fomos em busca do depoimento de gays, lésbicas e travestis, deixando-os falar sobre as relações de violência no seu cotidiano. Família, trabalho, amizades, lazer, dentre outros assuntos se tornaram objeto de discussão, pois fez-se necessário investigar a homofobia que ainda existe e que infelizmente, atua no dia-a-dia de muitos (as) homossexuais. Mas a existência da intolerância, não exclui, totalmente, as formas de resistência à opressão ou à dominação. Desse modo, para mostrar que gays, lésbicas e travestis são sujeitos ativos na construção de suas histórias, procuramos investigar as estratégias e os artifícios do “cotidiano”, usados na contraposição à homofobia. E também, o trabalho dos grupos de homossexuais que atuam de modo organizado, construindo outras representações para o homoerotismo.

Capítulo I: Violência, Cultura e Homossexualidade

1.1. A violência no cotidiano e os álibis sociais para a agressão

*A violência é justamente
o modo mais agudo de revelar o total
desrespeito e desconsideração pelo outro.*

Gilberto Velho

O tema da violência é assunto corrente na mídia, nas conversas, nas universidades e em diferentes setores da sociedade⁵. Muito se tem falado e mostrado com relação ao número de mortos em conflitos, como no Oriente Médio, e em chacinas, assassinatos e seqüestros nas grandes e médias cidades brasileiras. Os debates sobre segurança pública apresentam-se como pontos centrais em discussões políticas tanto no Brasil quanto na comunidade internacional como um todo.⁶

A violência, porém, não nos cerca somente como algo longínquo ou abstrato, acompanha-nos até mesmo, às vezes, nas expressões estéticas, como nos filmes e músicas. A violência se converteu em algo cotidiano, que podemos encontrar em toda parte, na rua, no *shopping center*, diante de casa e na família.⁷ Por que, então, permitimos que ela nos rodeie? Quais são as suas causas? Como podemos sobrepujá-la? Essas questões têm mobilizado a sociedade, mas não suscitam respostas fáceis.

A compreensão de outros tempos históricos, através do referencial teórico-metodológico da História Cultural, nos ajuda a refletir sobre o significado que atribuímos na atualidade à violência. O olhar do (a) historiador (a) para além de seu tempo faz perceber que cada cultura estabelece parâmetros a partir dos quais caracteriza as condutas

⁵ VELHO, G. Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica. In: VELHO, G. e ALVITO, M. (Orgs.) *Cidadania e Violência*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

⁶ PINHEIRO, P. S. Entrevista. In: *Acervo*. Revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, v. 15, nº 1, 2002, p. 3-5.

⁷ VÁRIOS AUTORES. A Violência no Cotidiano. In: *Cadernos Adenauer*, São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, nº 1, março de 2001.

como violentas ou não⁸. Assim, temos condições de compreender porque hoje falamos da violência e por ela somos rodeados no nosso cotidiano.

No entanto, escrever sobre essa temática é tarefa difícil, uma vez que não se trata de um conceito específico, datável, nem se resume a um ou mais fatos. É um tema que se presta a múltiplas interpretações e combinações, permitindo sua localização - temporal e espacial - em qualquer época ou lugar. Para alguns (mas) autores (as) trata-se de um assunto incomensurável, enquanto outros (as), consideram que o conceito do que seja violência, leva a diferentes respostas que encaminhariam a pesquisa em direções as mais diversas.

Vários (as) estudiosos (as) se dedicaram à compreensão do comportamento violento do ser humano e sua relação com a cultura circundante. A partir de perspectivas e tempos históricos diferentes e, analisando processos e fatos diversos, os (as) investigadores (as) da violência e da agressividade, têm conseguido desvelar mitos que envolvem determinados povos e culturas. É o que aconteceu, por exemplo, na Idade Moderna, quando se atribuiu aos (às) indígenas brasileiros (as) e seus costumes a pecha de selvageria e de barbárie. Os (as) índios (as) que praticavam o canibalismo, eram vistos (as) como seres violentos, dados a ódios e vivendo em discórdia com as outras tribos. A desumanidade que os (as) europeus (ias) enxergavam nessas práticas, não foi comparada à escravidão e tão pouco às penas impostas pela Inquisição nos séculos XVI e XVII.⁹

Para os (as) historiadores não se trata então, de tentar criar uma hierarquia entre as sociedades ou culturas, apresentando uma ordenação das mais violentas. O que interessa discutir é como costumes e condutas semelhantes entre povos diferentes, acabam por parecer completamente opostos, sendo que apenas uma concepção sobre a violência se torna válida ou culturalmente legitimada.

Para Yves Michaud, a noção de violência se liga a fatos, atitudes e ações e também, à qualidade de uma força, de um sentimento. A primeira parte desta noção se refere ao uso da força física e seus aspectos mais visíveis, identificáveis, por exemplo, nas agressões, nos maus tratos, nos ferimentos, dentre outros. Por outro lado, percebemos como constitutivo

⁸ DAVIS, N. Z. Ritos da Violência. In: _____. *Culturas do Povo*. Sociedade e Cultura no início da França Moderna. Rio de Janeiro Paz e Terra, 1990, p. 129-156.

⁹ PAIVA, M. Crime e Castigo: as civilizadas práticas jurídicas de uma Idade Moderna. In: *Acervo*. Revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, v. 15, nº 1, 2002.

da violência, algo mais imaterial, de transgressão, vinculado ao dano a uma ordem normativa. Neste ponto, o que irá determinar uma ação como violenta são os valores que constituem “o sagrado” da cultura referente.

Analisando as sociedades modernas, este autor considera que os progressos tecnológicos se direcionaram no sentido da consolidação da violência indireta que ocorre por meios cada vez mais “limpos”. Este tipo de violência caracterizaria países e sociedades que apresentam situações de dominação que abrangem todos os aspectos da vida social e política. Tornando, assim, cada vez menos passíveis de localização, os mecanismos de controle e sujeição, transformam-se em algo invisível ou “natural”. O que ocorre nos EUA, por exemplo, após os atentados de 11 de setembro de 2001, onde direitos civis estão sendo sacrificados em nome de uma maior segurança.

A partir da discussão dos aspectos visíveis e imateriais da violência, Yves Michaud considera que há violência *quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais.*¹⁰

O autor ainda nos alerta para o fato de que a violência contemporânea muda de fisionomia e de escala, pois é o produto de sociedades nas quais também houve modificações na administração de todos os aspectos da vida social, na tecnologia e nos meios de comunicação de massa. No Direito Penal, por exemplo, as transformações conceituais caminham no sentido de englobar as agressões também em seus aspectos menos explícitos. Na evolução do Direito substituiu-se a noção de violência, agressões e ferimentos pelo conceito de “vias de fato”, denotando algo mais imaterial e sutil.

Além dos aspectos imateriais da violência, pois os danos psíquicos não exigem a violência sobre o corpo da vítima, existem outros fatores de incerteza no conhecimento da violência. Um desses fatores pode ser a dificuldade de analisar historicamente os registros deixados por outras culturas. Os arquivos geralmente são criados pelos (as) sobreviventes e as vítimas podem perder seu lugar na história, pois não estão mais lá para testemunhar:

É o que ocorre com povos inteiros que desapareceram, com minorias destruídas ou assimiladas (...). Do mesmo modo, a multiplicação dos desaparecimentos nas ditaduras e

¹⁰ MICHAUD, Y. *A Violência*. São Paulo: Ática, 1989, p. 10/11.

*nos países totalitários mostra que muitos compreenderam que lá onde não há mais vítima não houve crime.*¹¹

Ao analisar os conflitos entre nações, Hannah Arendt demonstra como o uso da força e da violência era tido como natural pelos (as) governantes que não se importavam com mortos (as) ou vítimas. Os períodos de guerra foram vistos como continuação das atividades políticas por meio das disputas armadas e de guerrilhas. Sendo assim, para Arendt a violência sempre foi vista como assunto marginal por aqueles (as) que se dedicaram a pensar a história e a política. Ela considera surpreendente que a violência tenha sido raramente escolhida como objeto de consideração especial.

*Isto indica o quanto a violência e sua arbitrariedade foram consideradas corriqueiras e, portanto, desconsideradas; ninguém questiona ou examina o que é óbvio para todos.*¹²

A visão que Hannah Arendt tem sobre a violência vai contra a posição de vários (as) autores (as). Para ela a violência não é simplesmente a mais flagrante manifestação do poder. Apoiada na leitura dos povos clássicos, gregos e romanos, Arendt questiona os (as) pensadores (as) que relacionam o poder à violência como medida para justificar arbitrariedades de governantes (as). O poder, na perspectiva *arendtiniana*, surge a partir do consenso dos (as) cidadãos (ãs), é o conjunto destes (as) que detém a autoridade e não um indivíduo isolado. A violência seria oposta ao poder, e surge quando este está em risco. Jamais existiu um governo exclusivamente baseado nos meios da violência, há a necessidade de redes de apoio na sociedade.

No entanto, os (as) pensadores (as) contemporâneos (as) consideram o poder equivalente à violência e opõe a razão à emoção, sendo que estas noções tendem a permear as condutas e atitudes dos atores sociais¹³.

Ocorre que, para a obtenção do poder ou de um espaço social, a regra torna-se a violência ou, a submissão a ela, quando em confronto com forças que extrapolam os limites do sujeito. A alternância e a convivência entre o medo e a violência são explícitas nas relações entre os sujeitos na atualidade: para dominar é necessário impor o medo e esta é a

¹¹ Idem, p. 18.

¹² ARENDT, H. *Sobre a Violência*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 16.

¹³ Para uma leitura mais aprofundada dos conceitos da filósofa Hannah Arendt ver: TELLES, V. S. Espaço público e espaço privado na constituição do social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt. In: *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP, vol. 2, nº 1, 1990, p. 177-195.

via de possuir, de ter domínio nas situações.¹⁴ Para obter respeito, uma das vias é a de ser temido. Cenas cotidianas demonstram este raciocínio: maridos espancam mulheres e filhos (as), policiais agredem menores, e assim por diante.

A sensação de impotência caracteriza nosso tempo. A maioria das pessoas não consegue obter meios de usufruir do poder, pois não possuem mecanismos para isso: o uso da força. Instala-se assim, nas palavras de Jean Delumeau, uma cultura do medo, do terror inquietante, da expiação.

Esta cultura se caracterizaria, conforme Delumeau, pela presença de elementos demoníacos e perigosos no cotidiano. Para a Igreja Católica, as pragas e pestes que assolaram a Europa durante o período Medieval, eram fomentadas por satã e sinalizavam o fim da civilização. Assim, para salvar o mundo e as almas das pessoas, era preciso destruir o demônio, como também, seus (as) agentes, identificados (as) dentre os (as) judeus (ias), os (as) turcos (as), feiticeiros (as), pagãos (ãs), os (as) hereges.

*Assim, todo sagrado não oficial é considerado demoníaco, e tudo o que é demoníaco é herético, não sendo o contrário menos verdadeiro: toda heresia e todo herético são demoníacos. Os séculos XIV-XVI viveram sob essas temíveis equações.*¹⁵

Além dos (as) inimigos (as) externos (as), utilizados (as) como ancoradouros (as) para a representação do medo, a sociedade também cria os (as) seus (suas) inimigos (as) internos (as). Como demonstra Marilena Chauí, o mal pode penetrar nossas mentes, influir em nossos desejos e atitudes. É necessário estar alerta para não cair em tentação. A partir dessa perspectiva, surge a cultura da culpa: *o inferno somos nós e nossos desejos*.

*Iniciando-se como inimigo externo, o mal insinua-se sorrateiro na interioridade do espírito. O pecado, tentação demoníaca, já não precisa de figuras visíveis, nossos devaneios, sonhos e mais secretos desejos cindem nosso ser e o mal chama-se apenas paixão da alma. Empréstamos nosso corpo e nosso espírito para que o diabo seja, restando-nos o medo de nós mesmos.*¹⁶

¹⁴ GIACOMAZZI, M. C. Medo e violência no contexto urbano: o caso de José. In: *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre: UFRGS, ano 6, nº 13, 2000.

¹⁵ DELUMEAU, J. *A História do Medo no Ocidente - 1300-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 397.

¹⁶ CHAUI, M. Sobre o medo. In: VÁRIOS AUTORES, *O Sentido das Paixões*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 41.

Assistimos em nossa sociedade o avanço da agressão e da intolerância devido, então, ao medo generalizado e à sensação de impotência. Em vários casos, homens assassinam homens, suas esposas e filhos (as), assim como espancam uns aos outros e também crianças e idosos (as). Em muitos casos, por que se sente medo acabamos por provocar medo em outras pessoas. É o que Ciro Marcondes Filho chama de *violência reativa*. Esta pode ser considerada uma força espontânea, desarticulada e aleatória, utilizada muitas vezes como contraposição à violência estrutural da totalidade do sistema.¹⁷

Mas poderíamos falar de violência estrutural no Brasil, neste país de gente “ordeira, generosa, sensual e hospitaleira”? Conforme Marilena Chauí e Paulo Sergio Pinheiro, nós, brasileiros (as), tivemos nossa história construída em torno de um mito: o da passividade dos povos dos trópicos, que serve para ocultar a intolerância social ou as arbitrariedades cotidianas¹⁸. Para estes autores, nossa colonização ocorreu sobre princípios autoritários, onde as relações sociais assumiram e ainda assumem características de clientelismo, mando e subserviência. Ainda persistem os valores que constituem as diferenças e as assimetrias em desigualdades e que reforçam a relação mando-obediência. O outro não é reconhecido como sujeito nem como detentor de direitos, jamais é reconhecido como subjetividade nem como alteridade. As mulheres são consideradas inferiores por “natureza”, os (as) homossexuais, aberrações sociais e a pobreza, castigo divino. Vivemos em uma nação onde os abusos tornam-se legais, “naturais”.

*Em resumo, a violência não é percebida ali mesmo onde se origina e ali mesmo onde se define como violência propriamente dita, isto é, como toda prática e toda idéia que reduz um sujeito à condição de coisa, que viole interior e exteriormente o ser de alguém, que perpetue relações sociais de profunda desigualdade econômica, social e cultural.*¹⁹

Onde estariam então, as origens da agressividade que se mostra no cotidiano? Os grupos sociais a que pertence o (a) agressor (a) ou a vítima terão influência sobre a dimensão e a frequência das agressões? Existirão indivíduos particularmente agressivos?

¹⁷ MARCONDES FILHO, C. Violência fundadora e violência reativa na cultura brasileira. In: *São Paulo Em Perspectiva*, São Paulo: Fundação Seade, v. 15, n° 2, 2001.

¹⁸ PINHEIRO, P. S. Quando a História é uma estória. In: *Teoria & Debate*, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, n° 11, 1990.

¹⁹ CHAUI, M. Ética e Violência. In: *Teoria & Debate*, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, n° 39, 1998, p. 37.

Existem comportamentos da parte da vítima que favoreçam ou inibam a emergência das agressões?

A partir dessas questões pertinentes, podemos considerar que a agressão não existe sem um contexto através do qual ela se manifesta. Uma conduta social não é um ato de indivíduos isolados, mas de pessoas que se situam numa mesma estrutura social: valores, crenças, papéis e regras que determinam as relações entre eles. É esse contexto que fornece o quadro para analisar o comportamento. Como afirma Gabriel Moser:

*A agressão não existe num vazio físico e social, independente das características dos atores da interação: é indispensável analisar as características da situação. Realmente a agressão se manifesta num meio ambiente do qual se deverá descrever e analisar tanto componentes físicos como sociais.*²⁰

Ao diferenciarmos os tipos de agressões, conforme a natureza das motivações que originam o comportamento, introduz-se conseqüentemente a possibilidade de validar certas condutas agressivas referentes a uma norma social. Essas motivações equivalem ao que Peter Gay chama de álibis sociais, isto é, argumentos, a partir dos quais, as sociedades controlam, neutralizam e redirecionam a violência. Os álibis para a agressão, ao mesmo tempo que fomentam e controlam o ódio, fornecem justificativas respeitáveis para seu exercício e, simultaneamente, fazem-no fluir dentro de canais de aprovação cuidadosamente demarcados e legitimados.

Peter Gay, ao investigar a violência e a agressividade na sociedade vitoriana, percebe que: *a história da burguesia do século XIX é rica em exemplos em que ela conseguiu embotar ou sublimar impulsos agressivos para criar uma cultura civilizada, em que se podia viver. Sua luta para dominar a agressão, seja com o amor, com o humor, ou com o castigo, ou tornando a vida humana mais humana, trouxe, no máximo, uma vitória parcial. O cultivo do ódio jamais foi algo sem ambigüidades; como já se observou antes, ele domesticou a agressão e intensificou-a. Considerando a natureza problemática do ego humano, sempre ameaçado por uma guerra civil interna, teria sido utópico esperar mais.*²¹

O autor afirma, ainda, que os álibis para a agressão podem ser categorizados dentro de três estruturas: na da concorrência, como processo legitimador das desigualdades dentre

²⁰ MOSER, G. *A Agressão*. São Paulo: Ática, 1991, p. 26.

²¹ GAY, P. *A Experiência Burguesa da Rainha Vitória a Freud. O cultivo do Ódio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 528.

as raças; na do outro conveniente, onde o narcisismo social justifica o direito de odiar o diferente de mim e por fim, na do culto da masculinidade que se baseia na agressividade, virilidade, disciplina, honra e outros valores cultivados pela nobreza medieval.

Na história da humanidade podemos perceber como a violência contra o “outro”, o diferente, foi usada como justificativa para as agressões. A descoberta ou a acusação de que os estranhos são acometidos por graves, talvez repulsivos defeitos, garante por assim dizer, a permissão de ter pensamentos hostis e cometer atos violentos. Assim, ocorre nos períodos anteriores às Guerras, pois a iminência de um ataque externo aumenta a coesão interna da população e potencializa o uso de sua força para o contra-ataque ou defesa. Para os (os) cristãos (ãs), os (as) turcos (as) eram os (as) responsáveis pela “disseminação” da sodomia pela Europa, durante a Idade Média.²²

O álibi do “outro conveniente” é utilizado constantemente em nossa cultura. O racismo, o anti-semitismo e a homofobia são exemplos de situações onde prevalece a justificativa de agredir aquele que difere do grupo dominante. Tal motivação adquire maior força quando se baseia em princípios científicos tidos como objetivos e verossímeis.²³ A hierarquização das raças, dos sexos, das classes, ao longo da história da humanidade é um fator recorrente. Esta desvalorização, criada a partir da transformação da diferença em desigualdade, em seu estágio mais extremo reduz o “outro” a uma estatura subumana. E privá-lo de sua humanidade autoriza a mais descontrolada agressão contra ele.

É o que nos revela Nicolau Sevchenko ao estudar a Revolta da Vacina, ocorrida no Rio de Janeiro da *Belle Époque*:

*Uma lógica mítica, arbitrária e desumanizada: somente a interpretação de um dos lados prevalece e se impõe; aquele que for mais forte. Este tipo de raciocínio, que esvazia a humanidade do outro, transformando a sua diferença numa ameaça, esteve por trás de todos os grandes massacres da história, dos processos inquisitoriais à conquista da América e a eventos bem mais recentes na nossa história contemporânea.*²⁴

Em nossa cultura atual, onde prevalecem o individualismo, o narcisismo e o consumismo desenfreado, a violência contra as pessoas consideradas diferentes, e em

²² RICHARDS, J. Homossexuais. In: _____. *Sexo, Desvio e Danação. As minorias sexuais na Idade Média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

²³ GAY, P. Op. Cit.

²⁴ SVCENKO, N. *A Revolta da Vacina*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 76.

muitos casos chamadas de anormais e desviantes, já está se tornando trivial.²⁵ No interior de um mesmo grupo, gangue, galera, criam-se sentimentos de atração mútua e o fato de se considerar um (a) outro (a) dotado (a) de menos valor legitima, por vezes, a agressão contra sujeitos que não fazem parte do conjunto.²⁶ Os grupos exigem, freqüentemente, elevado grau de adesão a normas e toleram mal o não-conformismo ou a desobediência. Como conseqüência, indivíduos desviantes, exprimindo opiniões ou condutas contrárias às normas determinadas, transformam-se facilmente em alvo de hostilidade.

Assim, como afirma Marilena Chauí: *A integridade das vítimas é o que as transforma em vítimas, pois são culpados não somente de opiniões dissidentes, mas de não terem sabido dissimulá-las.*²⁷

Além do álibi do outro conveniente, aquele ligado ao culto da masculinidade tem subsidiado o comportamento agressivo e as situações de violência nos dias de hoje. A nossa cultura por ser essencialmente patriarcal e machista, cultiva os valores e símbolos derivados dessas noções. Como afirma Peter Gay, o culto da masculinidade dependia menos da ciência do que da tradição, no século XIX, para o cultivo do ódio. A resistência dos ideais aristocráticos de virilidade, honra e nobreza podem ser percebidos na conduta das pessoas e nos costumes de vários países.

O masculino é definido em oposição ao feminino²⁸. Esta rígida separação entre os sexos tem provocado grandes conseqüências em nossa cultura: a intolerância entre casais, a violência contra homossexuais, o aumento do *stress* ou do sofrimento dos homens para reafirmar a todo instante sua virilidade, etc.

*Os homens se sentiam compelidos a exibir e continuamente reafirmar sua masculinidade desde o tempo de rapazinhos, para provar sua dureza, força física e a tenaz capacidade de suportar o sofrimento físico que suas vidas sempre, em busca do risco, necessariamente provocava.*²⁹

A dominação e a opressão das mulheres pelos homens é vista como natural e não como culturalmente dada. Assim, os homens oprimem coletiva e individualmente as

²⁵ BRUM, R. A violência contra os excluídos. In: *Humanas*. Porto Alegre: UFRGS, vol. 16, nº 2, 1993.

²⁶ MOSER, G. Op. Cit.

²⁷ CHAUÍ, M. Sobre o medo. Op. Cit., p. 71.

²⁸ PUGA DE SOUSA, V. L. *Paixão, Sedução e Violência -1960-1980*. Tese de Doutorado, USP, 1998, mimeo.

²⁹ GAY, P. Op. Cit., p. 119.

mulheres, exercendo seu controle no espaço público ou no privado e, recebem privilégios materiais, culturais e simbólicos advindos dessa situação.³⁰

A violência que surge da relação entre os sexos é chamada violência de gênero. Não que ela esteja restrita a homens e mulheres, mas pode ocorrer entre homens e homens, mulheres e crianças, homo e heterossexuais. O que caracteriza este tipo de violência é a utilização da desigualdade criada a partir das diferenças de gênero, para infligir sofrimento ao outro. A violência doméstica tem um gênero: o masculino, qualquer que seja o físico da pessoa dominante.

Assim, como afirmam Heleiet Saffioti e Suely de Almeida: *as quatro paredes de uma casa guardam os segredos de sevícias, humilhações e atos libidinosos/estupros graças à posição subalterna da mulher e da criança face ao homem e da ampla legitimação social desta supremacia masculina. É com esta estrutura que a família tem garantido o status quo, pleno de privilégios para os homens, sobretudo ricos e brancos.*³¹

As relações entre homens também são marcadas pela violência. As desigualdades de classe e as diferenças de raças fazem com que alguns machos exerçam a dominação sobre outros. Com relação ao gênero, a intolerância masculina se apresenta mais notoriamente contra homens homossexuais. Desde tempos imemoriais que a homossexualidade é vista como uma afronta ao ideal de masculinidade. O ódio anti-homossexual tem suas raízes na tradição judaico-cristã.³²

Na Bíblia, a figura da Abraão é a que dá origem à sociedade Ocidental, a partir da ideologia do expansionismo demográfico: “Crescei-vos e multiplicai-vos”. Esta perspectiva do sexo voltado à reprodução da espécie humana acabou por condenar as pessoas com condutas diferentes ao ostracismo social. Os (as) sodomitas, ao “desperdiçarem” a semente divina - o sêmen - colocaram em risco a expansão dos povos. É aí, que se encontra, conforme Luis Mott, uma das causas da rejeição da homossexualidade na civilização ocidental:

³⁰ SAFFIOTI, H. I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. In: *Cadernos Pagu*. Campinas: Unicamp, nº 16, 2001.

³¹ SAFFIOTI, H. e ALMEIDA, S. *Violência de Gênero – Poder e Impotência*. Rio de Janeiro: Revinter, 1995, p. 33.

³² HELMINAK, D. *O que a Bíblia realmente diz sobre a Homossexualidade*. São Paulo: Summus, 1998. e HORNER, T. *O Sexo na Bíblia*. 2 ed., São Paulo: Gemini, 1991.

*A repressão anti-homossexual tem a ver diretamente com o medo representado pelo cisma, quase heresia, representada pelo estilo de vida dos sodomitas, onde estão reunidos ingredientes explosivos, tais como a democracia sexual, o questionamento da hierarquia dos gêneros, a alternativa da unissexualidade, a inversão dos papéis sexuais, o travestismo, a transexualidade, todos comportamentos e condutas altamente desestabilizadores da sociedade heterossexista e falocrática, onde regras de comportamento de gênero e erotismo são definidas hierarquicamente garantindo a supremacia do macho.*³³

O machismo, socialmente aceito e dominante, não deixa de fazer suas vítimas: a violência conjugal apresenta números cada vez maiores e a homofobia ainda persiste em vários países. Diante das estatísticas dos assassinatos, chacinas, brigas e conflitos, é possível pensar que as disputas, os duelos, as torturas não foram “refúgios” suficientes para diminuir a agressividade humana e a intolerância dos machos. As sociedades ocidentais tiveram que diluir a violência no cotidiano, nas relações pessoais, nas casas, nos colégios, nos estádios de futebol, no trabalho, na vida política e na vida privada. Constituiu-se um código de conduta que tem por diretrizes a insegurança e o ódio.

Dessa forma, a violência passa a fazer parte da vida das pessoas. Torna-se um recurso que, consciente ou inconscientemente, é cultivado dentro de uma certa comunidade por um conjunto de pessoas e, estas passam a ser educadas segundo esse procedimento. Mais correto seria acreditar que as formas notórias e amplamente divulgadas pela mídia da violência são a face pública de uma forma de violência, cuja face privada e “microsocial” é esse tecido de relações cotidianas em todos os níveis e situações tidas como “normais” ou “naturais”.

Ciro Marcondes Filho afirma que haveria *uma cultura da violência à medida que a cultura, como habitus, incorpora as práticas da violência. E essa cultura se realiza de diversas formas, dentre as quais é possível distinguir algumas predominantes no caso brasileiro: violência como regra de conduta, como código, no anonimato urbano, (...).*³⁴

Na atualidade, a violência se banalizou: o que era anomalia se tornou habitual. Criou-se até mesmo o conceito de “crime comum”. As pessoas, em muitas cidades, já estão

³³ MOTT, L. A revolução homossexual: o poder de um mito. In: *Revista USP*. São Paulo: EDUSP, n° 49, 2001, p. 55.

³⁴ MARCONDES FILHO, C. Op. Cit., p. 2.

tomadas pela indiferença e pela apatia frente às informações de violência, não conseguindo esboçar reações criativas sobre o assunto. Somente nos abalamos com crimes de grande repercussão e gravidade.³⁵

A violência branca, conforme denomina Regis de Moraes, deixou de inquietar as pessoas. Não nos importamos com problemas urbanos, com o desrespeito aos direitos do (a) cidadão (ã), a violência institucionalizada não nos assusta mais.³⁶

A violência é muito mais difundida e considerada muito mais “normal” do que se pensa. A realidade cotidiana da violência difere sensivelmente das idéias e imagens que temos e construímos sobre ela e dos discursos ideológicos ou míticos que sustentamos a seu respeito³⁷. A intolerância e as arbitrariedades no trânsito, por exemplo, e o número de mortos (as) nas estradas não é contabilizado nas estatísticas ou pensado como um tipo de violência.

*Exerce-se aqui uma violência através da velocidade. As pistas tornam-se o ringue, o terreno da luta simbólica, onde como num jogo, num vídeo game se trata de excluir o opositor, é o espaço da ostentação da violência da diferença, novo palco da agressividade das classes.*³⁸

Além da violência no trânsito, podemos destacar também a agressividade presente nos campos de futebol, durante as brigas entre torcidas e a intolerância das forças policiais que agem livremente, em algumas sociedades, promovendo o extermínio de determinados grupos.

O outro lado da banalização da violência se apresenta através do sentimento constante de ameaça, de incerteza, de viver num ambiente que não garante integridade, a desconfiança que marca as relações humanas e a conseqüente ruptura dos laços comunitários e o individualismo. Muitas pessoas atribuem o seu sentimento de insegurança ao aumento da violência nas cidades.

Mas para Yves Michaud, não ocorreu um aumento da violência criminal, houve sim, a pacificação da sociedade, os costumes se civilizaram. A insegurança tem mais a ver com as normas a partir das quais são concebidos os fenômenos criminosos. Como também, os

³⁵ VELHO, G. O grupo e seus limites. In: *Revista USP*. Dossiê Violência. São Paulo: EDUSP, nº 9, 1991.

³⁶ MORAIS, R. *O que é violência urbana*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

³⁷ ODÁLIA, N. *O que é violência*. 6 ed., São Paulo: Brasiliense, 1991.

³⁸ MARCONDES FILHO, C. Op. Cit., p. 7.

aparelhos públicos de segurança precisam sempre apontar para a violência da sociedade até mesmo como forma de justificar sua existência e as verbas destinadas à sua manutenção.³⁹

*Os conhecimentos históricos permitem, portanto, perceber uma progressiva civilização dos costumes e uma diminuição da violência criminosa. Tal processo tem como contrapartida uma gestão cada vez mais restrita da vida social e a ascensão dos controles sociais. Em todo caso, se há um aumento da violência, ela não se encontra do lado da criminalidade, ou então é porque nos tornamos extraordinariamente sensíveis a uma insegurança que nunca foi tão fraca.*⁴⁰

Um par efetivo da violência é o medo e o resultado dessa parceria, é o aumento no número de policiais e de seguranças armados nas ruas, na construção de mais presídios. Como Michel Foucault nos alertou nos anos 70, do século XX, o aumento da quantidade de instituições corretivas e de aparelhos de controle, não correspondeu à diminuição dos conflitos sociais.⁴¹

Também nesta mesma perspectiva Margareth Rago afirma que *a prisão nascia, assim, não de um progresso em nossa humanização, ao deixarmos a barbárie do suplício, mas muito pelo contrário, como resultado de uma sofisticação nas formas da dominação e do exercício da violência.*⁴²

Percebemos que o tema da violência é complexo e que é preciso perspectivar o termo, situando-o no seu devido contexto. Os tipos de violência, aos quais o (a) historiador (a) tem acesso, são formas narradas por um outro tempo, em uma outra linguagem. Assim, podemos observar como os eventos violentos e a intolerância estão diretamente ligados à história dos (as) envolvidos (as) e sua teia de relações. A violência faz parte de uma cultura determinada e cabe ao (à) historiador (a) recuperá-la, pois a ... *infinita diversidade dos costumes, seitas, juízos, opiniões e leis ensina-nos, a apreciar sadiamente os nossos, a reconhecer suas imperfeições e fraquezas, o que já não é pouco.*⁴³

³⁹ BRETAS, M. L. As empadas do Confeiteiro Imaginário. A pesquisa nos arquivos da justiça criminal e a história da violência no Rio de Janeiro. In: *Acervo*. Revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, v. 15, nº 1, 2002.

⁴⁰ MICHAUD, Y. Op. Cit., p. 38.

⁴¹ FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir. História da Violência nas Prisões*. Petrópolis: Vozes, 1983.

⁴² RAGO, M. O efeito Foucault na historiografia brasileira. In: *Tempo Social*. São Paulo: EDUSP, vol. 7, nº 1-2, 1995, p. 68.

⁴³ MONTAIGNE, M. Apud: PAIVA, M. Op. Cit., p. 92.

1.2. Intolerância e homossexualidade: as marcas da homofobia na Cultura Ocidental

*Qualquer maneira de amor
vale a pena.
Qualquer maneira de amor
vale amar.*

Milton Nascimento

A homofobia, ou ódio contra homossexuais, foi, e permanece, sustentada em nossa cultura por três álibis ou justificativas: a dominação masculina e o ideal de virilidade, o dogma da sexualidade voltada para a reprodução, que embasa os ditames morais das religiões Ocidentais, e a heterossexualidade como norma sexual. Sendo que, agindo em determinados contextos de forma separada, a discriminação anti-gay é fomentada pela combinação destes “ingredientes” em quantidades diferentes e maneiras diversas.

Considerando ainda que vivemos em uma cultura onde a violência perpassa as relações sociais e as arbitrariedades se diluem no cotidiano, nunca é demasiada a discussão sobre as formas de intolerância.⁴⁴ Observa-se nos jornais que gays, lésbicas e travestis são os alvos preferenciais de uma sociedade injusta que pratica o deboche, o escárnio e o ostracismo como forma de excluir e de não reconhecer o diferente.⁴⁵ A palavra “veado” foi estabelecida como principal modo de “diminuir” ou atacar outras pessoas. Assim, é necessário rever a história da homofobia, analisar os fragmentos que permaneceram e as marcas que ela deixou.

1.2.1. Dominação Masculina e Homofobia

⁴⁴Não devemos esquecer que na “Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância” realizada em Durban - África do Sul, no ano de 2001, coube aos países islâmicos, juntamente com o Estado do Vaticano, tentar barrar a aprovação de quaisquer recomendações de promoção da condição de homossexuais, das mulheres e mesmo de crianças. Apud. SILVA, F.C.T. Falando sobre intolerância. In: FRIDMAN, L.C. (Org.) *Política e Cultura - Século XXI*. Rio de Janeiro: Relume - Dumará: ALERJ, 2002.

⁴⁵ MOTT, L. Os homossexuais: as vítimas principais da violência. In: VELHO, G. e ALVITO, M. (Orgs.) *Cidadania e Violência*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996, p. 99-146.

O culto da masculinidade é uma característica que pode ser observada em diversas culturas. O controle dos homens sobre outros segmentos sociais, como as mulheres, as crianças, os (as) adolescentes e os (as) idosos (as), constitui um pressuposto da dominação dos machos adultos. As sociedades ocidentais ao longo da História autorizaram, ou pelo menos toleraram, que os chefes ou patriarcas punissem aqueles (as) que transgrediam as normas determinadas pelos valores masculinos. Assim, ocorreu com as mulheres que se negaram a ser mãe⁴⁶, com as pessoas que preferiram outras do mesmo sexo e abdicaram dos papéis socialmente determinados.

Mas nem sempre a masculinidade esteve separada do homoerotismo. Para algumas culturas antigas o contato afetivo entre homens favorecia a bravura no campo de batalha. Em outros casos, a relação entre um adulto e um adolescente consistia num rito de passagem ou de aprendizagem. Assim, ocorreu dentre os gregos na Antiguidade. A pederastia grega se desenvolveu em Atenas, entre o “erastes”, professor-tutor, e o “eromenos”, que se integraria à classe adulta após o período de iniciação.⁴⁷

Em outras cidades-estado, como Esparta, o homoerotismo e a bravura militar estavam associados intimamente. Acreditava-se que guerreiros apaixonados lutariam com mais vigor para defender seus pares.⁴⁸ Assim, o que impressiona muitos (as) estudiosos (as) não é a existência da homossexualidade nas sociedades gregas, mas seu estatuto privilegiado, em grande parte mais valorizado que o contato com mulheres, pelo menos em certos períodos e certos meios.⁴⁹

A ligação entre homossexualidade e masculinidade não existia sem restrições ou regras na Antiguidade. Um cidadão adulto não deveria ser passivo nas relações com outros homens e a efeminação se tornava constantemente rejeitada. O que ocorria nessas sociedades era a assimilação da virilidade ao poder de comando, de domínio. Homens

⁴⁶ As mulheres que buscavam emancipar-se da dominação masculina, modificando até mesmo as posições sexuais, foram consideradas bruxas ou feiticeiras e assim, condenadas à fogueira durante a Idade Média ou tratadas como loucas. Para uma leitura mais aprofundada ver: DAVIS, N. Z. As mulheres por cima. In: _____. *Culturas do povo. Sociedade e Cultura no início da França Moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. e MICHELET, J. *A Feiticeira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

⁴⁷ DOVER, K. *A Homossexualidade na Grécia Antiga*. São Paulo: Nova Alexandria, 1994.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade II: o uso dos prazeres*. 5 ed., Rio de Janeiro: Graal, 1988.

BREMMER, J. (Org.) *De Safo a Sade. Momentos na história da sexualidade*. Campinas: Papirus, 1995.

⁴⁸ BOSWELL, J. Gays, coragem e democracia. In: *Folha de São Paulo*. Caderno Mais!, 25/7/93.

⁴⁹ SARTRE, M. Ritos e prazeres gregos. In: *Folha de São Paulo*. Caderno Mais!, 31/10/99.

passivos ou efeminados eram considerados submissos e fracos, pois transgrediam as características do verdadeiro macho.

Na Roma Antiga estas construções, que envolveram os papéis sexuais na Grécia, também se fizeram presentes. Contudo, os cidadãos romanos substituíram os “efebos”, observados dentre os gregos, pelos escravos jovens que serviam aos desejos de seus senhores.

*Nesse mundo não se classificavam as condutas de acordo com o sexo, amor pelas mulheres ou pelos homens, e sim em atividade e passividade: ser ativo é ser másculo, seja qual for o sexo do parceiro chamado passivo. Ter prazer de modo viril, ou dar prazer servilmente, tudo está nesse ponto.*⁵⁰

Durante a Idade Média, a pederastia ou amor grego foi repudiado pela Igreja Católica. Mas a desvalorização dos homens efeminados permaneceu como característica fundamental das relações sociais e dos papéis sexuais. A bravura e a honra se tornaram as marcas desse período e as normas a serem seguidas pelos homens nos seus duelos e torneios.

A rígida definição do masculino ganhou contornos mais nítidos no mundo mercantil e competitivo do século XVIII. Nesse período, quando tudo o que muitos jovens tinham a oferecer era a força física, a imagem de “macho” do homem heterossexual acabou definindo a cultura do homem “normal”; o inverso foi o novo estereótipo do homem “anormal”. Garotos sensíveis e frágeis eram considerados homens pela metade, pois faltava a eles a virilidade e a firmeza dos machos dominadores.⁵¹ A partir daí, as transgressões ao modelo viril, homem ativo/ mulher passiva, alimentavam as curiosidades das pessoas quando expostas em obras literárias e folhetins.

O século XVIII produziu uma quantidade considerável de obras literárias sobre as excentricidades das pessoas sexualmente anormais. Eunucos, hermafroditas, homossexuais, lésbicas e mulheres que se travestiam foram objeto de tratados, ataques

⁵⁰ VEYNE, P. A homossexualidade em Roma. In: ARIÈS, P. e BEJÍN, A. (Orgs.) *Sexualidades Ocidentais*. 3 ed., São Paulo: Brasiliense, 1993, p. 43.

⁵¹ ROSSEAU, G. S. e PORTER, R. Introdução. In: _____. (Orgs.) *Submundos do Sexo no Iluminismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

*satíricos, diatribes morais e ficção erótica que, apesar de suas diferenças literárias, tinham um denominador comum: satisfazer o interesse lúbrico dos leitores.*⁵²

Para uma cultura com padrões de papéis sexuais fixos, a mudança nas roupas e nos gestos consistia em afronta às normas. Travestir-se ou mascarar-se para um baile foram consideradas atitudes profanas, de inversão de categorias sagradas: o masculino e o feminino.

*O travesti erotizou o mundo. Não só as pessoas se livraram de suas inibições como também podiam experimentar, hipoteticamente pelo menos, um novo corpo e seus prazeres. A troca de roupa era também uma troca de desejos. O resultado era a fuga do “natural” - de tudo o que fosse culturalmente preordenado - para os novos domínios da desordem voluptuosa.*⁵³

Uma certa tolerância social existia para com aqueles (as) que violavam as regras do jogo, desde que praticada dentro de certos limites e lugares. No século XIX, conforme Peter Gay, os pecados e os campos da liberdade erótica ficavam mergulhados na obscuridade. Muitas pessoas preferiam a segurança da ignorância aos arriscados benefícios do conhecimento. Mas, quando o público não podia mais ignorar a conduta de gays e lésbicas, estes se viram sob um forte ataque da sociedade dominante.⁵⁴ Foi o que aconteceu, por exemplo, com Oscar Wilde e o seu comportamento desafiador, quase arrogante. Para seus (suas) julgadores (as), Wilde representava um amoralismo transgressor que afrontava uma cultura dedicada ao ideal de não ir longe demais. Os (as) vitorianos (as) se sentiram vingados quando ele foi condenado a 2 anos de trabalhos forçados em uma prisão inglesa.⁵⁵

Criaram-se barreiras e dispositivos para conter o “avanço” das condutas imorais. Aumentou-se a vigilância nos colégios, nos internatos e criou-se uma pedagogia especialmente para evitar a “contaminação” dos (as) jovens. Nesse período instalou-se o

⁵² WAGNER, P. O discurso sobre o sexo, ou o sexo como discurso. *Erótica médica e paramédica no século XVIII*. In: ROSSEAU, G. S. e PORTER, R. Op. Cit., p. 78.

⁵³ CASTLE, T. A cultura do travesti: sexualidade e baile de máscaras na Inglaterra do século XVIII. In: ROSSEAU, G.S. e PORTER, R. Op. Cit., p. 201.

⁵⁴ GAY, P. *A Experiência Burguesa da Rainha Vitória a Freud. A paixão terna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

⁵⁵ Oscar Wilde foi um escritor irlandês que viveu na Inglaterra do século XIX. Seu romance com o amigo Alfred Douglas tornou-se motivo de processo judicial devido à denúncia feita pelo pai do rapaz. Wilde foi condenado a 2 anos de trabalhos forçados em uma prisão inglesa, morrendo logo depois de cumprir a pena. Ver: Oscar Wilde ou le procès d' un décadent. In: *Allez Savoir!*, Le Magazine de L' Université de Lausanne. Lausanne-France; n° 1, avril 1995, p. 19-28.

que Michel Foucault chamou de “implantação perversa”. A moral burguesa centralizou a sexualidade nas relações do casal conjugal, fazendo surgir uma série de condutas “periféricas” – ao lado de loucos e delinqüentes – e de um conjunto de mecanismos de tratamento e de vigília pela psiquiatria.

*Incontrolável família dos perversos que se avizinha dos delinqüentes e se aparenta com os loucos. No decorrer do século eles carregam sucessivamente o estigma da “loucura moral”, da “neurose genital”, da “aberração do sentido genésico”, da “degenerescência ou do desequilíbrio psíquico”.*⁵⁶

O (a) homossexual do século XIX pode ser considerado um (a) personagem com características próprias e inerentes ao seu ser. Se antes o (a) sodomita era um (a) pecador (a) reincidente, neste período ele se tornou uma espécie sexual.⁵⁷ Contudo, em alguns países, e principalmente, nas classes populares, o “modelo médico” da homossexualidade convive com aquele ligado à dicotomia ativo/ passivo. Isto é, em países como o Brasil, o verdadeiro “veado” é aquele que permanece submisso nas relações. O penetrador quase nunca é taxado como gay.

Este é um aspecto de culturas onde sobrevivem fortemente arraigados os valores ligados ao machismo. Geralmente o conceito de homossexualidade dentre as classes populares não se fixou e não se tornou dominante na denominação das práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo. Ainda persistem para os homens efeminados as denominações de “maricas”, “bichas”, “paneleiros”, “veados”, “travestis”, entre outros e para as mulheres masculinizadas; “caminhoneira”, “sapatão”, “fanchona”. Em países de cultura latina, estas condutas são caracterizadas não pelas “práticas em si”, mas pelo relacionamento entre práticas e papéis sexuais – onde se percebe a dicotomia atividade (masculino) e passividade (feminino) como central para a organização da realidade sexual. Para Richard Parker a existência desse modelo, chamado por ele de “folclórico”, em comunhão com o modelo médico, fez surgir uma série de categorias ou tipos sexuais que caracterizam uma subcultura urbana peculiar no Brasil.⁵⁸

⁵⁶ FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. 5 ed., 1988, p. 41.

⁵⁷ ARIÈS, P. Reflexões sobre a história da homossexualidade. In: ARIÈS, P. e BEJÍN, A. (Orgs.) *Sexualidades Ocidentais*. 3 ed., São Paulo: Brasiliense, 1993, p. 76-92.

⁵⁸ PARKER, R. Homossexualidade masculina. In: RIBEIRO, M. (Org.) *Educação Sexual: novas idéias, novas conquistas*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993, p. 330-341.

Michel Pollak também observou esta característica no comportamento sexual dos (as) franceses (as). Para ele há uma hierarquia estabelecida tradicionalmente entre o “fodido” e o “fodedor”, o primeiro sendo recriminado socialmente, pois ele transgride a ordem “natural” das coisas, organizada segundo a dualidade feminino (dominado) e masculino (dominante).⁵⁹

Mas de que forma essas desigualdades entre os papéis de gênero se perpetuam na cultura? As diferenças de privilégios concedidos aos homens é resultado, como vimos, de longos períodos de dominação. E esta dominação é apresentada como óbvia, como um fenômeno natural, integrado de algum modo à divisão social e hierárquica por sexo. Existem também as instituições que reforçam a constituição dos papéis sexuais, como por exemplo os quartéis, as escolas, os internatos. A educação dos meninos nos lugares monossexuados, como colégios, clubes, estrutura o masculino de maneira paradoxal e inculca nos jovens a idéia de que, para ser um (verdadeiro) homem, eles devem combater os aspectos que poderiam fazê-los serem associados às mulheres ou aos “maricas”.

A aprendizagem dos jovens machos ocorre a partir do sofrimento. Em muitos rituais de passagem, nos trotes e nas brincadeiras, a dor se torna o pressuposto para a obtenção dos privilégios do modelo masculino. Vários homens que foram sexualmente violentados, devido à existência de abusos nestas cerimônias, acabam por reproduzir esta forma particular de violência. Assim, exorciza-se o medo agredindo o outro e goza-se dos benefícios do poder sobre o diferente, ou desigual: a mulher, o (a) homossexual, o (a) velho (a).

A permanência do ideal de virilidade e dos locais de reprodução desse modelo constitui uma das justificativas para a violência contra gays e lésbicas. A homofobia pode ser considerada *como a discriminação contra as pessoas que mostram, ou a quem se atribui, algumas qualidades (ou defeitos) atribuídos ao outro gênero. A homofobia engessa as fronteiras do gênero.*⁶⁰

⁵⁹ POLLAK, M. *Os Homossexuais e a Aids: sociologia de uma epidemia*. São Paulo: Estação Liberdade, 1988. Ver também a pesquisa de mestrado realizada por Vera L. Puga de Sousa sobre os internatos na região do Triângulo Mineiro em Minas Gerais, onde os alunos surpreendidos na posição de passivos eram expulsos do seminário quando praticavam o homoerotismo. PUGA DE SOUSA, V. L. *Entre o Bem e o Mal* (Educação e Sexualidade – Anos 60 - Triângulo Mineiro) Dissertação de Mestrado. Mimeo, 1991.

⁶⁰ WELZER-LANG, D. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. In: *Estudos Feministas*. Florianópolis: UFSC, vol. 9, nº 2, 2001, p. 465.

No Brasil, ao contrário de países como EUA, Inglaterra e Dinamarca⁶¹, ainda proíbe-se a presença de recrutas homossexuais nos pelotões de soldados. As Forças Armadas, instituição marcada pelo conservadorismo, considera crime o homossexualismo na caserna⁶². A punição para as pessoas flagradas em tal conduta é a expulsão com desonra, castigo equivalente imposto aos (às) traidores (as). Existe também a violência por parte dos (as) colegas de quartel ou de profissão que agem com agressividade contra pessoas identificadas como homossexual.⁶³

Muitos são os casos onde policiais agem contra travestis praticando abusos e arbitrariedades. A força policial é extremamente machista e a homofobia é praticada não somente pelos (as) soldados (as), mas por delegados (as) e outros (as) funcionários (as). Na tentativa de registrar denúncias sobre a discriminação sexual, gays e lésbicas tornam-se vítimas do preconceito, pois são humilhados (as) nas Delegacias e desencorajados (as) a abrir qualquer processo judicial.⁶⁴ Em São Paulo, no ano de 1993, um policial militar foi acusado de matar cerca de 10 travestis, utilizando o mesmo *modus operandi*: um disparo certo no olho da vítima. Na prisão quando perguntado o motivo das mortes, o acusado respondeu a seu entrevistador: *quem é que pode agüentar um travesti andando por aí assim?* e ainda: *Tive um ódio! Um ódio!*⁶⁵

A homofobia também é observada nas prisões onde prevalece a lei do mais forte, dentre os (as) detentos (as). Quando gays ou travestis são detidos ocorrem diversos tipos de violação. Assim, a partir do que aconteceu durante uma rebelião numa delegacia de São Paulo, podemos perceber como é vista a conduta homossexual:

Em meio a uma rebelião, os presos transformaram em refém um companheiro de cela, sobre o qual nada sabiam além do fato de ter gestos afeminados. Ao final, o rapaz apresentava queimaduras pelo corpo, ferimentos a faca e havia perdido quatro dentes e um pedaço da orelha. (...) Tal ato de barbárie teve como alvo aquele que os marginais consideraram o ser mais desprezível no momento, baseados exclusivamente no critério da

⁶¹ É proibido rebolar. In: *Revista Veja*, São Paulo: Abril, 19 de janeiro de 2000.

⁶² Para Exército homossexualismo é 'crime'. In: *Folha de São Paulo*, 05 de maio de 1997.

⁶³ Oficial é agredido e entra em coma. In: *Folha de São Paulo*, 05 de maio 1997.

⁶⁴ *RELATÓRIO AZUL. Garantias e violações dos Direitos Humanos no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1994.

RELATÓRIO AZUL. Garantias e violações dos Direitos Humanos no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1998/1999.

⁶⁵ SPAGNOL, A. S. *Desejo Marginal: a violência contra homossexuais na cidade de São Paulo*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 1996, p. 34.

*preferência sexual presumida. Um episódio revelador de como no Brasil ainda está longe de encarar com dignidade a questão da discriminação a gays e lésbicas.*⁶⁶

As exigências sociais para se manter a pose de macho e a visibilidade gay são dois fatores que têm incomodado aos homens. Alguns (mas) psicanalistas acreditam que o medo provocado pelo movimento homossexual à dominação masculina é diretamente proporcional ao ódio direcionado a essa minoria. Desejos e fantasias reprimidas, referentes à “emasculação” e ao feminino, foram sendo perdidas porque o masculino construiu-se de forma rígida e unidimensional. As contradições desse modelo e o desmascaramento da virilidade construída apontam, segundo João Silvério Trevisan, para um homem menos duro e mais nuançado, mais flexível.⁶⁷

E ainda, como afirma Elizabeth Badinter: *A homofobia reforça em muitos homens sua frágil heterossexualidade. É, pois um mecanismo de defesa psíquica, uma estratégia destinada a evitar o reconhecimento de uma parte inaceitável de si mesmo. Dirigir a agressividade contra os homossexuais é uma maneira de exteriorizar o conflito e fazê-lo suportável.*⁶⁸

A separação entre masculinidade e homossexualidade, pelo menos no seu aspecto mais nítido, promove a intolerância e espalha a discriminação no cotidiano. Um novo modelo masculino está se construindo, a partir do questionamento das mulheres e dos (as) homossexuais⁶⁹, esperamos que ele se constitua de forma mais espontânea e flexível e com menos sofrimento.

1.2.2. As Religiões e a Homossexualidade

⁶⁶ Cadê o gay, cadê o gay? In: *Revista Veja*, São Paulo: Abril, 22 de agosto de 2001, p. 82.

⁶⁷ TREVISAN, J. S. Naturalidade: uma pose difícil de ser mantida. In: _____. *Seis Balas num Buraco Só*. São Paulo: Record, 1998.

⁶⁸ BADINTER, E. *XY A Identidade Masculina*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993, p. 119.

⁶⁹ KAUFMAN, M. Rompiendo los nexos entre masculinidad y violencia. In: *Congreso Internacional: Los Hombres ante el nuevo orden social*. Espanã: Emakunde / Instituto Vasco de la Mujer, junio 2002, p. 123-134.

AMEDERO, F.B. Masculinidades en la nueva Europa: de la homofobia a la ética del cuidado de lãs demás personas. In: *Congreso Internacional: Los Hombres ante el nuevo orden social*. Espanã: Emakunde / Instituto Vasco de la Mujer, junio 2002, p. 157-180.

Analisando a gênese das religiões ocidentais, podemos encontrar os pressupostos morais que fizeram e ainda fazem diversas seitas serem hostis à homossexualidade. A intolerância anti-homossexual tem suas raízes na tradição judaico-cristã. O mito fundador da cultura hebraica centra-se na figura de Abraão e em seu papel de multiplicador do povo hebreu.

Os (as) hebreus (ias) podem ser caracterizados (as) como um povo pró-natalista, pois estimulavam a procriação, reprimiam e diabolizavam o sexo não reprodutivo e consideravam que a energia sexual deveria ser destinada para a multiplicação da espécie. O expansionismo demográfico, presente na sentença “crescei-vos e multiplicai-vos”, punia a quem desperdiçasse a semente da vida: o sêmen masculino.⁷⁰

Dentre o povo hebreu havia uma rígida divisão dos papéis sexuais e o travestismo e a inversão de gênero eram condenados e punidos. Daí o castigo divino que se abateu sobre as cidades Bíblicas de Sodoma e Gomorra. As pessoas que se relacionavam afetivamente com outras de mesmo sexo ou praticavam o coito sem fins reprodutivos passaram a ser taxadas de sodomitas. Assim, a conduta de homens e mulheres, baseada no sexo desvinculado da procriação, na tentação da androginia e da unissexualidade, no questionamento da naturalidade da divisão sexual do trabalho e dos modelos de gênero, tornou-se uma ameaça aos princípios da cultura hebraica.

Em templos gregos eram realizados rituais, onde a liberdade sexual consistia no auge do cerimonial. As trocas de parceiros e as relações entre sacerdotes e fiéis não possuíam hierarquia ou divisão⁷¹. Estas cerimônias gregas provocaram espanto na cultura hebraica que se portava de maneira totalmente oposta. A condenação da permissividade que existiu nessa época da Antiguidade nos foi legada pelos livros que compõe a primeira parte do Evangelho.⁷²

Uma análise da Bíblia, que é o testemunho dos povos antigos, e dos livros do Antigo Testamento revela a posição dos fundadores da religião judaica. Também podemos perceber que São Paulo e os demais apóstolos de Cristo consideravam a homossexualidade pecado, pois eles priorizavam o casamento monogâmico ou o celibato. Contudo, a posição

⁷⁰ MOTT, L. A revolução homossexual: o poder de um mito. Op. Cit.,

⁷¹ OPLER, M.R. Aspectos antropológicos e transculturais da homossexualidade. In: MARMOR, J. *A Inversão Sexual: as múltiplas raízes da homossexualidade*. São Paulo: Imago, 1973.

⁷² HORNER, T. *O Sexo na Bíblia*. Op. Cit..

perante a sodomia não era a punição, mas de compreensão: “vai, e não pequeis mais”. Os castigos ou penitências surgiram mais tarde, nos séculos IX e X, com os grandes padres católicos e com os reis e rainhas cristãos (ãs).

Com o crescimento das cidades nos séculos XIII e XIV, a preocupação em relação à homossexualidade ganhou fundamentos sócio-econômicos e de ordem política. Em Florença e Veneza, a liberalidade nos costumes promovia o aumento das doenças venéreas e a redução nas taxas de natalidade. Os (as) homossexuais tornaram-se bodes expiatórios para explicar a peste negra e o declínio populacional, e eram claramente vistos (as) como um ultraje para o código de respeitabilidade daquelas sociedades. Deve-se lembrar também que a direção da Igreja Católica experimentava dificuldades com o elevado número de denúncias de sodomia entre os clérigos. Para São Bernardino, no século XIV, os (as) sodomitas deveriam ser afastados da sociedade: *Assim como o lixo é retirado das casas, de modo a que não infecte, os depravados devem ser afastados do comércio humano pela prisão ou pela morte (...). Ao fogo! (...) Eles são todos sodomitas! E vós estareis todos em pecado mortal se tentardes ajudá-los.*⁷³

As condenações com relação ao pecado de sodomia se tornaram cada vez mais rigorosas. No período inicial da Idade Média, a punição era a penitência; no período posterior, a fogueira. Mas nunca foi questão de permitir aos homossexuais prosseguir em sua atividade homossexual sem punição. Eles eram obrigados a desistir dela ou arriscar a danação ou a condenação.

Percebe-se que, neste período histórico, a homossexualidade não era vista como algo inato e inescapável, mas antes um hábito deliberadamente assumido ou, como queriam os padres católicos, um vício fomentado por satã na mente humana. E o amor tinha seu código. As normas amorosas e as práticas de corte deveriam ser seguidas dentro daquilo que a sociedade estipulava e a Igreja determinava. Jacob Huizinga, ao estudar as idéias sobre o amor no Renascimento, considerava que havia meios de regular e educar a vida erótica dos casais e de censurar aqueles que fugiam à lei da natureza, ou seja, a procriação.

O amor tem de ser erguido à altura de um rito. Assim, o pede a transbordante violência da paixão. Somente construindo um sistema de formas e regras para as emoções

⁷³ Apud RICHARDS, J. Op. Cit., p. 150.

*violentas pode se escapar à barbárie. A brutalidade e a licença das mais baixas classes eram sempre reprimidas pela Igreja, embora por vezes sem eficiência.*⁷⁴

No século XVI, a Inquisição tornou o pecado de sodomia um dos seus alvos preferenciais. Tanto na Europa quanto nas colônias, a perseguição a este tipo de heresia ganhou notoriedade, pois a homossexualidade ameaçava os contratos de casamento e conseqüentemente os acordos financeiros entre famílias. Em terras coloniais, os (as) sodomitas subvertiam hierarquias de classe e cor sendo registrados contatos entre senhores (as) e escravos (as) e brancos (as) e negros (as).

Para Luis Mott, a homossexualidade incomodava menos na Europa do que na Colônia devido à frágil estrutura de locais caracterizados pela baixa densidade demográfica e pelo número reduzido de brancos para controlar de forma rígida e violenta os (as) escravos (as) e os (as) índios (as). O número reduzido de mulheres brancas e negras constituiu também, um importante fator de facilitação das trocas sexuais entre pessoas do mesmo sexo.⁷⁵ Contudo, apesar da preocupação inquisitorial, a sodomia foi entre os crimes, o mais denunciado e o mais confessado em toda visitação do século XVI como afirma Ronaldo Vainfas: *Amedrontada pelo visitador, provocada em suas rixas internas, a comunidade também deixaria aflorar os preconceitos que vimos caracterizarem as moralidades do trópico, (...) preconceitos sobretudo contra os sodomitas - fanchonos, tibiras e quimbambas.*⁷⁶

A noção de pecado contra a natureza vai acompanhar a conduta homossexual até o século XIX. Neste período os julgamentos morais se aliaram ao saber científico na tentativa de coibir a prática do “amor que não ousa dizer seu nome”. Contudo, a condenação religiosa do homoerotismo permanece em nossos dias mesmo quando a Organização Mundial de Saúde - OMS deixou de considerar tal comportamento doença ou anormalidade psíquica.

Em países islâmicos a homossexualidade permanece como um tabu. As penas previstas para quem é condenado (a), geralmente, são o encarceramento ou a morte. O Islã

⁷⁴ HUIZINGA, J. O amor estilizado. In: _____. *O Declínio da Idade Média*. Lisboa: Odisséia, 1996, p. 112.

⁷⁵ MOTT, L. *O Sexo Proibido. Virgens, Gays e escravos nas garras da Inquisição*. Campinas: Papirus, 1988. _____. Escravidão e homossexualidade. In: VAINFAS, R. (Org.) *História e Sexualidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

_____. Padres casados vítimas da Inquisição. In: *Rumos*. Revista de Cultura, Brasília, ano 3, vol. 2, 1991.

⁷⁶ VAINFAS, R. *Trópico dos Pecados. Moral, sexualidade e Inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, p. 237.

não aceita os (as) homossexuais da mesma forma que outras religiões ocidentais. Para os (as) mulçumanos (as) ser gay ou lésbica *contraria a normalidade humana e isso não acontece nem com os animais que não são seres racionais, e os motivos do homossexualismo é a má educação, é largar as instituições religiosas e a procura de algo diferente (Deus criou os homens para as mulheres) e eles querem fazer diferente.*⁷⁷

Além das punições, os (as) homossexuais estão sujeitos (as) às perseguições e aos atentados⁷⁸. O prefeito de Paris, Bertrand Delanoë de 52 anos, por exemplo, foi esfaqueado, em 2001, por um homem de origem árabe e de religião mulçumana, que disse tê-lo agredido por odiar *os políticos e os homossexuais.*⁷⁹ O prefeito assumiu sua homossexualidade em 1998.

Enquanto nos países da Europa os projetos que beneficiam gays e lésbicas vêm sendo aprovados com frequência, no Brasil, ao contrário, o conservadorismo dificulta e emperra as discussões. Desde 1995, o projeto de lei que institui a parceria civil entre pessoas de mesmo sexo, de autoria da ex-Deputada Federal Marta Suplicy, tramita na Câmara dos Deputados em Brasília. O projeto, que prevê a possibilidade de recebimento de herança, pensão e direitos previdenciários por um (a) homossexual no caso de morte de seu (sua) companheiro (a), enfrenta os preconceitos dos (as) parlamentares ligados (as) a setores mais conservadores da política brasileira - grupos religiosos e ruralistas.⁸⁰

Algumas falas são reveladoras do que acontece com as discussões sobre o projeto de lei:

*... as uniões de fato entre pessoas homossexuais constituem uma deplorável deturpação daquilo que deveria ser a comunhão aberta à vida, pressuposto indispensável para o crescimento sereno e harmonioso dos filhos (...).*⁸¹

*Acho errado. Isso fere todos os princípios naturais. O Estado não pode proteger o que fere um princípio milenar.*⁸²

⁷⁷ Arábia Saudita executa 3 por homossexualismo. In: *Folha de São Paulo*, 18 de outubro de 2001.

Ver também: Egito condena 23 por homossexualismo. In: *Folha de São Paulo*, 15 de novembro de 2001.

⁷⁸ Homossexual asilado nos EUA não escapa de perseguição. In: *Folha de São Paulo*, 2 de agosto de 2001.

⁷⁹ Desempregado esfaqueia prefeito de Paris. In: *Folha de São Paulo*, 7 de outubro de 2002.

⁸⁰ Câmara vota na terça projeto de união civil. In: *Folha de São Paulo*, 15 de janeiro de 1999.

⁸¹ SCAVOLINI, F. A vida é bela. In: *Folha de São Paulo*, 23 de fevereiro de 2001.

⁸² Depoimento do Deputado Federal Benito Gama. Cruzada no Congresso. In: *Revista Sui Generis*, São Paulo, agosto de 1999, p. 36.

*... a solução para o homossexualismo, bissexualismo e lesbianismo não está na oficialização do casamento civil, mas, sim, no arrependimento e abandono completo dessas práticas.*⁸³

As pressões das Igrejas Evangélicas, que constituem uma forte base eleitoral, têm proporcionado retrocessos nas questões referentes a direitos de homens e mulheres homossexuais e seus (suas) parceiros (as).⁸⁴ Como observamos no caso do veto dado pelo ex-governador do Rio de Janeiro ao projeto de lei que regulamentava pensão a companheiros (as) de servidores (as) gays.⁸⁵

Além do aspecto político, a intolerância de seitas evangélicas para com a homossexualidade aparece também nas tentativas de “cura” que pastores (as) dizem promover em pessoas homossexuais. Utilizando-se de práticas desumanas, como tratamento de choque e tortura, alguns (mas) pastores (as) acreditam que conseguem “libertar” ou “converter” gays e lésbicas.

*Os maiores grupos pentecostais vêm realizando a “conversão” ou “redenção”, ou ainda, “libertação”, de homossexuais no Brasil. É a principal ação de seitas como a Igreja Universal do Reino de Deus, no campo comportamental. (...) A homossexualidade é mais difícil até que o aborto, para os pentecostais. Ela quebra com a questão central, a família, e o princípio de reprodução, a sexualidade para a reprodução humana. Diversos casos de “conversão” têm sido usados como exemplo, nas igrejas. Um deles, o de André Luís da Cruz, 28, era citado no início de dezembro pela “Folha Universal”, da Universal, como um “liberto do homossexualismo” e da “vida de prostituição”.*⁸⁶

Essas práticas de “cura” vão contra a resolução do Conselho Federal de Medicina que em 1985, deixou de considerar o homossexualismo uma doença. A permanência da intolerância religiosa em nosso país constitui um fator que põe em risco a democracia sexual e a busca por direitos igualitários previstos em lei. Enquanto persistir a concepção de que gays e lésbicas, por serem diferentes, são anormais ou pecadores (as), ainda existirão justificativas para a violência.

⁸³ Deputados de SC pedem que união entre gays não seja regulamentada. In: *Folha de São Paulo*, 8 de agosto de 2001.

⁸⁴ Gays e igrejas pressionam Garotinho. In: *Folha de São Paulo*, 5 de dezembro de 2001.

⁸⁵ Garotinho nega pensão para homossexuais. In: *Folha de São Paulo*, 22 de dezembro de 2001.

⁸⁶ Evangélicos dizem converter homossexual. In: *Folha de São Paulo*, 20 de abril de 1997.

1.2.3. Sexualidade e Norma: a exclusão da Homossexualidade

A condenação moral e religiosa da homossexualidade ganhou contornos científicos no século XIX. O conceito de homossexualismo criado em 1869 serviu para enquadrar um grande número de pessoas que a partir daquele momento seria tratado como portador de uma doença ou enfermidade.⁸⁷

O dogma religioso do sexo voltado para a procriação teve ressonância em instituições políticas e econômicas. Procriar e aumentar a população para a burguesia oitocentista consistia em ter mão-de-obra suficiente trabalhando nas fábricas e um grande “exército” de reserva. À ciência coube o papel de fiscalizar os hábitos dos casais, de orientar na higiene dos corpos e das casas e de curar as enfermidades.⁸⁸ Um conjunto de mecanismos foi criado para controlar e vigiar a sexualidade das pessoas. Celibatários (as), alcoólatras, libertinos (as), criminosos (as), prostitutas e muitos (as) outros (as) se tornaram objeto de estudo da medicina-legal, da psiquiatria, da psicologia, da genética. O intuito era encontrar os traços que determinavam a natureza dos (as) degenerados (as).

Michel Foucault fala da *Scientia Sexualis* que surgiu para averiguar o comportamento do casal monogâmico-heterossexual, das crianças, dos (as) educadores (as). Os desvios transformaram-se nos alvos preferidos dos (as) médicos (as), dos (as) psiquiatras e de várias pessoas que se encarregaram de enquadrar e normatizar a sexualidade. A heterossexualidade, como regra a ser seguida, e o controle intenso fizeram aparecer uma série de tipologias sexuais “aberrantes”.⁸⁹

Além da nomenclatura atribuída ao comportamento estabeleceu-se também uma essência, algo onipresente, que caracterizou não somente homossexuais, fetichistas, sadomasoquistas, mas homens e mulheres heterossexuais. O sexo, que antes se referia aos órgãos do aparelho reprodutor, no século XIX incorporou-se aos nervos, ossos e tecidos. A sensibilidade feminina foi explicada pelos vapores uterinos, pela constituição dos ossos e pelos tamanhos do crânio e do cérebro, “inferiores” aos dos homens.⁹⁰

⁸⁷ TREVISAN, J. S. Rumo ao estado higiênico. In: _____. *Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 2 ed., São Paulo: Max Limonad, 1986.

⁸⁸ COSTA, J. F. *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro: Graal : Paz e Terra, 1979.

⁸⁹ FOUCAULT, M. *História da Sexualidade: a vontade de saber*. Op. Cit.

⁹⁰ COSTA, J. F. A medicina como projeto social: controle do corpo. In: *Cadernos Cepia*. Saber médico, corpo e sociedade. Rio de Janeiro: CEPIA, vol. 4, 1998, p. 127-138.

A natureza se tornou o ponto de partida para a dominação masculina sobre as mulheres e dos heteros sobre os (as) homossexuais. Estes (as) surgiram como figuras emblemáticas que reuniam em si características do feminino em um corpo masculino. Lesbianismo e homossexualismo enquanto categorias não seriam possíveis antes da criação de homens e mulheres como opostos e masculino e feminino como “essências” humanas.⁹¹

Até o início do século XX, psiquiatras, médicos endocrinologistas e geneticistas concorreram na procura das causas e do tratamento do homossexualismo. Terapias hormonais, ablação dos testículos, exercícios físicos, disciplina e internação hospitalar compuseram o rol de técnicas para “curar” homossexuais. Muitos (as) viam na homossexualidade um vício contagioso que deveria ser banido da sociedade, pois corromperia a juventude sadia.

Apesar de diversas tentativas os (as) estudiosos (as) da etiologia do homossexualismo não obtiveram progressos. Sigmund Freud, nas primeiras décadas do século XX, considerava que a diversidade das “inversões sexuais” tornava-as difícil de caracterizar e conhecer. Para ele, as causas do homossexualismo eram variáveis e incluíam desde desejos incestuosos com relação aos pais a fatores intra-psíquicos, como o narcisismo, o medo de castração.⁹²

As considerações freudianas prevaleceram dentro da Psicologia e da Psiquiatria. Vários (as) terapeutas tentaram transformar homossexuais em heterossexuais. Até a segunda metade do século XX, gays e lésbicas foram taxados de loucos, doentes ou degenerados. Discriminados (as) e perseguidos (as) construíram guetos onde passaram a se proteger da violência. E somente nos anos 70, a partir de manifestações e protestos, a Associação Psiquiátrica Americana deixou de considerar o homossexualismo doença psíquica.⁹³

Contudo, a procura pelas causas do homossexualismo ainda continuam dentro de laboratórios de genética. O movimento gay questiona, porém, o porquê da heterossexualidade não ser investigada e permanecer como conduta sexual “natural”. As

⁹¹ COSTA, J. F. O referente da identidade homossexual. In: PARKER, R. e BARBOSA, R. M. (Orgs.) *Sexualidades Brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.

⁹² FREUD, S. *Três ensaios sobre a sexualidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1974.

⁹³ GRANÁ, R. (Org.) *Homossexualidade: novas perspectivas psicanalíticas*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

conquistas de direitos pelos (as) homossexuais (as) contrapõe-se aos retrocessos científicos, políticos e sociais. Como no caso da Aids, por exemplo, chamada de “câncer gay” em algumas cidades brasileiras. Ou, na proibição de homossexuais de doarem sangue nos hemocentros.

A permanência da heterossexualidade como modelo produz desdobramentos que afetam o imaginário social. O (a) homossexual é visto como um ser inferior aos heterossexuais e a desigualdade se apresenta através de símbolos e representações.⁹⁴ O discurso médico que caracterizou o homossexualismo como anormalidade, repetindo e mostrando exemplos, acabou por inscrever nos pensamentos e nos corpos das pessoas, a superioridade da conduta heterossexual - androcêntrica.

Neste ponto encontramos a violência simbólica que supõe a adesão das pessoas dominadas /sujeitadas às categorias e recortes que fundam a sua opressão, ou seja, os (as) homossexuais reproduzem o discurso que os coloca como inferiores. Definir a submissão como violência simbólica ajuda a entender como a relação de dominação *é sempre afirmada como uma diferença, de natureza, radical, irredutível, universal.*⁹⁵ O assumir-se homossexual, conforme Marilena Chauí, recairia sobre um “duplo nó”: a afirmação da sexualidade, de um desejo, a partir de uma categoria criada para controlá-la.⁹⁶

Este “duplo nó”, onde se consente e se proíbe ao mesmo tempo, é o que se observa com relação à homossexualidade nos dias de hoje. Por um lado há cada vez mais espaços gays, mais visibilidade e notoriedade. O mercado de consumo se volta de forma voraz para os “nichos alegres” e cria a cada dia um novo produto, um serviço específico, visando uma clientela peculiar com poder aquisitivo considerável. A mídia abre espaço para personagens homossexuais a fim de conquistar mais audiência.

Mas existem os limites determinados. O padrão heterossexual não pode ser contestado e os (as) homossexuais, geralmente, aparecem nas séries ou telenovelas como figuras eschachadas com caracterização burlesca. Atores e atrizes hollywoodianos (as) não revelam sua orientação sexual para não perderem papéis e fama. No caso dos homens, há a

⁹⁴ Tomo o conceito de representação como construção imagética e discursiva que enuncia ou presentifica o outro. Entendo que as representações são uma recriação do real, através delas as pessoas atribuem sentido às coisas e significados às suas relações. Ver CHARTIER, R. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil : DIFEL, 1988.

⁹⁵ CHARTIER, R. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica). In: *Cadernos Pagu*, Campinas: Unicamp, v. 4, 1995, p. 42.

⁹⁶ CHAUI, M. *Repressão Sexual: essa nossa (des) conhecida*. São Paulo: Brasiliense, 4 ed., 1984.

possibilidade de deixarem de serem vistos como galãs. No Brasil, o ator André Gonçalves foi agredido e apedrejado por se passar pelo homossexual Sandrinho em uma telenovela.⁹⁷

Em muitos locais assumir-se homossexual equivale a colocar o “triângulo rosa” usado nos campos de concentração nazista. Vários (as) autores (as) questionam a política identitária: se ela por um lado trouxe benefícios, como direitos e visibilidade, por outro o seu acirramento provoca a essencialização das pessoas, o que serve mais ao controle social. O fechamento nos guetos de convivência também é outra problemática por excluir a possibilidade de heterossexuais e gays conviverem em uma diversidade sexual.

Há setores sociais que ainda se apresentam resistentes às mudanças e conquistas dos (as) homossexuais. O Direito Penal, por exemplo, ainda trata a homossexualidade como uma conduta anti-natural pois a heterossexualidade normativa constitui a base dos julgamentos morais, de juízes(as), advogados (as) e promotores (as).

*O que reconhecemos como sexual é um produto de mudança, cultura e linguagem. Na medida em que o homossexualismo é caracterizado em oposição ao padrão de heterossexualidade, e dele divergente, continua sendo uma diferença que não merece nem recebe uma análise baseada na igualdade.*⁹⁸

As visíveis conquistas da sensibilidade gay, inclusive no plano legislativo de diferentes países, não chegam a apagar ou esconder os mil sofrimentos que persistem, os diversos perigos que permanecem no cotidiano. Assumir-se e viver como gay ainda é difícil. Em suma, a luta não terminou.

⁹⁷ Ator da Globo sofre agressão. In: *Folha de São Paulo*, 09 de janeiro de 1997.

⁹⁸ ARRIOLA, E. R. Desigualdades de Gênero: lésbicas, gays e teoria legal feminista. In: *Estudos Feministas*, Florianópolis: UFSC, vol. 4, n° 2, 1994, p. 397.

1.3. *Causa Mortis*: trajetórias homofóbicas em Uberlândia

*Joga pedra na Geni
Joga bosta na Geni
ela é feita pra apanhar,
ela é boa de cuspir,
ela dá pra qualquer um,
maldita Geni!*

Chico Buarque de Holanda

A análise de processos crimes constitui-se numa preciosa fonte de conhecimento para o (a) historiador (a). Neles pode-se buscar tanto a identidade das pessoas envolvidas como suas falas, hábitos e crenças, freqüentemente alcança-se grupos sociais que deixaram pouquíssimos registros. Existe também a multiplicidade de métodos e temas que os arquivos podem oferecer e o número de questões ainda por resolver.

Através da investigação dos processos criminais podemos recuperar as concepções das pessoas sobre os crimes cometidos, sobre a violência, sobre a justiça e seu papel. Como também, conhecer alguns de seus costumes a partir de sinais que se mostram nas falas,⁹⁹ nos resquícios históricos e que não encontramos em outros documentos. Assim, vamos enveredar pelo “caminho” da violência, seguindo as pistas que um processo criminal nos oferece, reconstruindo um contexto determinado, dialogando também com jornais e depoimentos da época.

Em uma madrugada de sexta para sábado, J.O., ainda acordado, recebe visitas em sua casa. O clima estava quente e úmido, característico dos dias de verão. Mesmo assim, J.O. se encontrava vestido com sua jaqueta preta, talvez para evitar complicações no seu frágil estado de saúde. Após alguns instantes de conversa, ocorreu uma discussão que rapidamente se transformou em gritos de dor. Da sala com decoração simples, ecoaram pedidos de socorro que se estenderam por vários minutos. Contudo, antes, de vislumbrarmos o final dessa cena, que se passou no dia 23 de fevereiro de 2001, é necessário retroceder no tempo e reconstituir a trajetória desse acontecimento.¹⁰⁰

⁹⁹ BRETAS, M.L. As empadas do confeitiro imaginário. Op. Cit.

¹⁰⁰ Os dados apresentados neste texto foram recolhidos do processo nº 702010140 987, maço 724, arquivado na 2ª Vara Crime do Arquivo Abelardo Penna de Uberlândia.

J.O. nasceu no ano de 1967 na cidade do Prata¹⁰¹ - MG. Como muitas famílias, a de J.O. foi “fiscada” pela idéia de viver em uma cidade maior, com melhores condições de trabalho e de sobrevivência. A vida de nosso personagem poderia se tornar “comum” como a de seus três irmãos, porém, um traço o distinguia dos demais -sua orientação sexual. Não que esta característica seja algo de extraordinária relevância, mas em nossa sociedade ser homossexual ainda traz enormes encargos.

Desde criança, os (as) jovens homossexuais têm de lidar com a diferença de seu desejo e com as repercussões que ela causa. Muitas famílias tentam modificar a conduta de seus membros “tortos” através de conselhos, surras, consultas a psiquiatras. Em alguns casos, ocorrem abusos por parte de pais, tios (as), irmãos (ãs) ou primos (as), conforme o depoimento:

Meu pai me violentou várias vezes quando eu era pequeno. Ele era ruim. Não, ele é ruim até hoje. Ele só me usou, quando me viu sendo penetrado pelo meu primo de 14 anos no quarto dos meus tios. Eu tinha 10 para 11 anos. Depois que meu pai me penetrou, ele disse que dali para frente eu seria a segunda mulher dele de casa. A sua virilidade violenta, machista, alcoólatra me violentou com uma violência de besta. (sic)¹⁰²

Porém J. O. preferiu o silêncio, ocultou seu desejo. Nunca discutiu abertamente sua orientação com a família. Seus parentes sabiam sobre seu comportamento, mas evitavam falar, tudo permanecia velado.

Para nosso personagem “real”, esconder sua orientação sexual tornava o cotidiano complicado, pois tinha de levar uma vida dupla. As pressões para não “dar pinta” ou ser flagrado olhando algo proibido, deixavam J. O. angustiado. O que acontece com muitos (as) homossexuais e acaba gerando problemas psicossomáticos ou levando ao suicídio. Conforme Luis Mott, o número de suicídios entre os jovens gays é maior do que entre os (as) heterossexuais, na faixa etária de 15 a 20 anos.¹⁰³

Ezequiel, ao comentar a vida de seu irmão J. O., disse

que J. era “homossexual”, mas ele não se abria com a família e procurava levar o tipo de vida que ele escolheu de uma forma discreta ,(...) (sic)¹⁰⁴

¹⁰¹ Cidade de pequeno porte, localizada a 86 Km de Uberlândia.

¹⁰² Entrevista realizada com o travesti Luciane, 03 de julho de 2003.

¹⁰³ MOTT, L. Educação sexual e o jovem homossexual. In: *Revista Perspectiva*, Florianópolis, vol. 16, nº 30, 1998.

¹⁰⁴ Depoimento de Ezequiel, vide processo nº 702010140 987, p. 9.

Infelizmente, ao contrário do que aparece nesta fala, a maioria dos (as) homossexuais não tem escolha sobre sua orientação sexual. Esta se forma desde as primeiras experiências infantis e pode ser influenciada por diversos fatores, ocorrendo o mesmo com a heterossexualidade.

Vivendo afastado da família desde os 19 anos, J. O. procurou trabalhar como travesti. A prostituição torna-se o caminho mais fácil devido aos obstáculos encontrados por gays e lésbicas na busca pelo emprego. A discriminação e o preconceito ainda se fazem presentes quando se tenta passar por uma entrevista de trabalho. No emprego as pressões dos (as) colegas limitam a possibilidade de se revelar a orientação sexual.

A prostituição mostrou-se para J.O. um caminho “viável” para conseguir sobreviver. Mas, tudo acontecia longe do conhecimento de sua família. E assim, ocorre com muitos (as) outros (as) jovens homossexuais que residem em Uberlândia ou que vêm de cidades próximas. A busca pela liberdade sexual e por novas oportunidades são um forte atrativo. Atualmente, o comércio sexual alcançou notoriedade na mídia uberlandense devido aos conflitos entre moradores (as) de bairros residenciais e travestis¹⁰⁵ como também pela disputa de pontos de prostituição. Em locais próximos ao centro da cidade e durante as madrugadas é comum ouvir-se as seguintes discussões:

Moradora: Seu sem-vergonha! A rua não é sua, não!

Travesti: Nem sua, eu ando onde eu quiser. A rua é pública.

Moradora: Sem-vergonha! Por que você não vai andar em frente à sua casa?

Travesti: Seu marido não passa lá!¹⁰⁶

As zonas de prostituição multiplicam-se com facilidade pelas ruas da cidade. Os pontos geralmente se localizam próximos às rodovias e avenidas, em postos de combustível, ou em outros locais escuros ou pouco iluminados. No centro de Uberlândia, travestis, prostitutas e michês competem pelas esquinas mais visíveis das avenidas Floriano Peixoto e João Naves de Ávila¹⁰⁷. Na periferia, podem ser observadas outras áreas, onde

¹⁰⁵ Travestis em avenida geram reclamações de moradores. In: *Jornal Correio*, Uberlândia, 27 de setembro de 1998.

¹⁰⁶ Apud SPAGNOL, A. S. *O Desejo Marginal: a violência contra homossexuais em São Paulo*. Op. Cit., p. 107.

¹⁰⁷ São as avenidas que cortam o centro da cidade. Curiosamente, a prostituição, masculina ou feminina, se encontra nos trechos onde habitam as classes mais populares que vivem no centro. Sobre o planejamento da cidade e a ocupação “social” das ruas e bairros de Uberlândia ver o trabalho de LOPES, Valéria M. *Caminhos*

homossexuais praticam o *trottoir*, ou seja, o passeio em busca de trocas sexuais. Apesar das batidas policiais e dos abaixo-assinados de moradores (as) a cada dia se observa aumentar o número de homossexuais nas ruas.

Mas prostituir-se também pode ser arriscado, principalmente para os (as) homossexuais. Na última década foram registrados cerca de 09 assassinatos de travestis, além de agressões diversas.¹⁰⁸ Esses assassinatos foram cometidos pelos clientes ou por companheiros. As vítimas, em sua maioria, encontravam-se na faixa etária entre 20 e 30 anos e eram oriundos de cidades menores, como Patos de Minas, Tupaciguara, Nova Ponte¹⁰⁹. Existem também os assassinatos de gays e lésbicas que não praticam a prostituição. As mortes ocorrem também pela violência de parceiros que se aproveitam de situações de intimidade para roubar e agredir.

Além das mortes, as agressões e abusos contra travestis são constantes. Clientes e policiais praticam diversas arbitrariedades chegando a tratamentos desumanos:

Eu já fui agredida, já fui roubada, já fui queimada... tudo isso. É porque tem homem que não admite que gosta de travesti. (...) Aí, começa aquele ódio, aquela agressão, entendeu? (sic)¹¹⁰

Viver como travesti e ganhar dinheiro prostituindo-se, geralmente é por tempo determinado. Quanto mais jovem maior o número de clientes se consegue. E com o passar dos anos J.O. já se encontrava acima dos 30. Em um meio regido pela beleza e pelo culto à juventude, os travestis têm que empregar muitos recursos para modificar o corpo. As cirurgias plásticas, as aplicações de silicone, a produção das roupas garantem um bom faturamento.¹¹¹

J.O. passou a trabalhar como moto-taxista, pois já estava sendo tratado como “tia” por homossexuais mais jovens. Seu corpo frágil, o rosto magro e os olhos fundos não suportaram as “noitadas” nas avenidas da cidade. Um problema estomacal também fez com ele preferisse uma vida mais resguardada. Contudo, o baixo salário no moto-táxi levou J.O. procurar outra atividade para complementar sua renda.

e trilhas: transformações e apropriações da cidade de Uberlândia (1950- 1980).Dissertação de Mestrado, Uberlândia, 2002, mimeo.

¹⁰⁸ Dados recolhidos junto à 16ª Delegacia Regional de Segurança Pública, ao Jornal Correio e na investigação dos processos criminais.

¹⁰⁹ Cidades que fazem parte da região denominada de Alto Paranaíba, localizadas a 218 Km, 67 Km e 88 Km de Uberlândia, respectivamente.

¹¹⁰ Entrevista realizada com o travesti Luciane, 03 de julho de 2003.

¹¹¹ Idem.

Como muitos (as) homossexuais, e não somente travestis, J.O. passou a transportar drogas para traficantes da cidade. Ele aproveitava as viagens como moto-taxista e fazia o papel de “avião” ou “mula”¹¹² no circuito do tráfico. Trabalhar para quem vende drogas é um caminho que surge na trajetória de muitos (as) homossexuais quando várias portas se fecham devido ao preconceito.

Foi no moto-táxi que J.O. conheceu Renato. Passou a dividir com ele uma casa pequena próxima ao local de trabalho. O “caso amoroso” com Renato foi marcado por brigas e discussões. Havia também a “perseguição” de antigos namorados ao companheiro de J.O., o que gerava mais conflitos. Como a sexualidade para muitos gays e lésbicas é experimentada de forma regulada ou vigiada, as trocas sexuais assumem um caráter mais intenso do que dentre os (as) heterossexuais. Desse modo, os conflitos ocorrem com maior impulsão¹¹³.

J.O. era considerado pela família e pelos (as) amigos (as) uma pessoa calma,

que não bebia, e não gostava de farra e Não tinha inimizades. (sic)

Contudo, parece que algo lhe tirava a tranqüilidade. Segundo um amigo, J.O. ficava:

o tempo todo dizendo que estava tomando raiva dos amigos dele, e que também estava tomando raiva do homossexualismo. (sic)¹¹⁴

Mas o que acontecia com J.O.? No processo encontramos apenas a indicação de que ele se sentia com medo, parecia estar em perigo. Numa tarde de quarta-feira, conforme depoimentos, J.O. visitara a mãe e lhe confessara a vontade de voltar a conviver com a família. Disse que a mudança ocorreria em pouco tempo, talvez já naquele fim de semana. Na realidade, o desfecho daquela semana foi outro.

A casa na qual J.O. morava, se encontrava junto a outras, naqueles conjuntos que popularmente são chamados de “colônia”. As residências ficam muito próximas. Assim, os (as) vizinhos (as) puderam ouvir quando três pessoas foram recebidas por J.O. naquela madrugada de sábado. Escutaram também quando a conversa amigável transformou-se em discussão. Os gritos de diferentes vozes, de repente, passaram a pedidos de socorro, lamentos e dor.

¹¹² Geralmente é o nome dado a quem faz o transporte ou “carrega” drogas para os (as) traficantes.

¹¹³ MACRAE, E. Em defesa do gueto. In: *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo: CEBRAP, n° 2, 1983.

¹¹⁴ Ver processo n° 702010140 987, p. 11.

J.O. agonizou por cerca de uma hora, conforme o laudo médico e os depoimentos. No corpo, vestido com uma jaqueta e uma calça escura, foram encontradas perfurações de tesoura. E esta, ainda permanecia cravada no pescoço da vítima, na parte posterior próxima à nuca. O instrumento que causou a morte ficou torto devido à força dos golpes. No chão havia diversas manchas de sangue e sinais que indicavam por onde J.O. se arrastou durante a sua agonia. Os móveis revirados, as paredes manchadas e o corpo estendido deixaram o ambiente lúgubre e mórbido.

Renato, companheiro de J.O., foi quem encontrou o corpo e chamou a polícia. Logo de manhã, os (as) vizinhos (as) se amontoavam na porta de casa e, aturdidos (as), comentavam o crime e a vida dos envolvidos. Um senhor declarou que:

não tinha conhecimento que a vítima era homossexual, e nem que ele e Renato tinham um relacionamento amoroso, ficando sabendo desta informação apenas posteriormente por intermédio de boatos da rua;(...). (sic)¹¹⁵

Outras pessoas que moravam na colônia se mudaram dali, já no fim daquele dia. O medo se espalhou pelo local. As condições sobre as quais ocorreu o crime deixaram a vizinhança chocada. Mas outros ingredientes tornaram a trama mais enigmática: a homossexualidade da vítima e os seus relacionamentos.

Para o delegado responsável pelo caso, havia uma ligação entre homossexualidade e conduta criminosas. Assim, ele declarou ao jornal:

O delegado M. R. A. soube, por intermédio da Polícia Militar, que o moto-taxista era homossexual e por isso iria verificar se o crime teria alguma relação com a condição sexual do rapaz.¹¹⁶

Essa visão preconceituosa do delegado não ajudou na conclusão do caso. A dúvida permanecia: quem havia matado J.O. e por que?

As mortes de homossexuais no Brasil, geralmente, são cometidas tendo como principal motivo o ódio homofóbico. Os assassinatos normalmente se caracterizam pelo número elevado de golpes desferidos ou pela crueldade do método utilizado. Em 1988, na periferia de Uberlândia, um homossexual foi brutalmente assassinado. Recebeu 88 facadas de seus algozes. Além da quantidade de “estocadas”, o horror do crime também pode ser

¹¹⁵ Idem, p. 12.

¹¹⁶ Moto-taxista é morto com cinco tesouradas. In: *Jornal Correio*, Uberlândia, 24 de fevereiro de 2001, p. 14.

observado através da condição da vítima e no desenrolar da situação: paraplégico, a vítima foi derrubada de seu triciclo e não teve chance alguma de se defender.¹¹⁷

O preconceito também aparece durante a apuração dos crimes. A polícia, geralmente, se mostra morosa ou desinteressada em elucidar os acontecimentos. Principalmente, quando as vítimas são travestis. Dos assassinatos cometidos entre 1990 a 2001, menos de 30% haviam sido solucionados. Isso ocorre também por que policiais podem estar envolvidos (as) nos crimes.

Naquele mesmo sábado, apareceu uma carta endereçada à mãe de J.O. Nela a remetente, sem se identificar, relata, a seu modo, o que ocorreu neste dia fatídico:

Venho por meio desta carta para li contar o que eu fiquei sabendo porque também sou mãe sei canto a Sr^a esta sofrendo com morte do seu filho. Investigar mulher que mora la onde José morava que sabe e viu tudo. Disse que era treis cara depois que elis fez tudo com ele eles four embora ele ficou vivo ainda gemia muito e pedia socoro mas ela estava sozinha ficou comedo dona Maria. Sou sua vizinha mais não poso mendentificar meu coração esta doendo pela a senhora. Poriço resolve a escreve-la e conta para senhora. Agora estou aliviada com mico e com Deus e tudo que fique sabendo. Pensei muito antes de escrever fis isto pelo a senhora. Eu rezo para pecar os asasinos. (sic)¹¹⁸

Esta carta, que poderia significar algum indício para esclarecer o caso, pouco adiantou. A vizinha que se mudara da colônia e que foi indicada na carta, somente prestou depoimento quando intimada pela segunda vez. O medo foi o motivo alegado por ela para não intervir na situação e socorrer J.O. como também, por ter se transferido de residência no mesmo dia do crime. Disse que não viu ninguém e que apenas escutou os gritos e a discussão. Ouviu os pedidos de socorro, mas ficou com medo de ir ajudar.

Após vários depoimentos, tanto de vizinhos, parentes e amigos, a morte de J.O. permanecia sem solução. Depois de algum tempo, os irmãos de J.O. levaram ao conhecimento do delegado que haviam encontrado uma carteira de identidade caída dentre os móveis. Disseram que durante a limpeza da casa, localizaram alguns documentos jogados sob o sofá. Dentre os achados estava a carteira de identidade de uma mulher, para quem, acreditavam eles, J.O. trabalhava transportando drogas.

¹¹⁷ Assassinos de paraplégico no banco dos réus. In: *Jornal Correio*, Uberlândia, 01 de junho de 1990.

¹¹⁸ Carta anexada ao processo e transcrita de forma idêntica ao original. Ver processo nº 702010140 987, p. 14.

Através do documento, os detetives fizeram várias incursões a um apartamento no centro da cidade, mas ninguém foi localizado. Percebe-se no processo, contudo, uma certa displicência na investigação. O companheiro de J.O., por exemplo, testemunha importante, depôs apenas uma vez. Os esclarecimentos prestados por Renato foram limitados e sem aprofundamento. As discussões e as perguntas dos investigadores, inclusive, perpassaram mais profundamente a vida íntima dos (as) depoentes e da vítima. A questão da homossexualidade é recorrente, o que percebemos através das falas:

o informante assim como a vítima era, também é homossexual, e que negou este fato na primeira vez que aqui esteve porque acredita que isto é uma coisa sua;
(sic)¹¹⁹

Como muitos outros casos de assassinatos de homossexuais, o de J.O. também foi arquivado. Infelizmente, ele passou a compor os quadros estatísticos dos crimes homofóbicos em nosso país.

O Brasil, conforme a Anistia Internacional e as entidades de defesa de gays e lésbicas, é o campeão no número de crimes contra homossexuais. As comissões de direitos humanos, nacionais e internacionais, constataram que assumir-se homossexual brasileiro (a) é tão arriscado quanto se alguém o fizer em nações islâmicas. Nestes países, as leis penalizam a homossexualidade e seus (suas) praticantes são condenados (as) à morte.

Em nosso país não existe uma legislação explícita criminalizando a homossexualidade. Inclusive nos códigos legislativos nunca houve tal penalidade.¹²⁰ O que ocorre no Brasil é a permanência do preconceito escamoteado e velado. Os (as) homossexuais não são presos (as) ou multados (as). Mas permanecem apartados (as) da sociedade devido à intolerância que distingue as pessoas por suas práticas sexuais e não pela condição de cidadãos (ãs) e de contribuintes.

A discriminação fecha a porta para oportunidades de emprego, de estudo. Se a homofobia não influencia diretamente nos crimes de ódio, ela age “tortuosamente”, criando condições para que os homossexuais sejam vítimas do ostracismo social. Em Uberlândia-MG, um caso, por sua excentricidade, chamou a atenção dos jornais locais. Um travesti, cansado dos infortúnios de sua situação resolveu vender um de seus rins para conseguir comprar sua casa. Ele declarou na época do episódio, que as pessoas usavam a

¹¹⁹ Depoimento de Gabriel. In: processo nº 702010140 987, p. 9.

¹²⁰ GREEN, J. *Além do Carnaval. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: UNESP, 2000.

homossexualidade como justificativa para cobrar-lhe preços altos em serviços como manicure, aluguel, etc., ou para negar-lhe qualquer tipo de ajuda. Assim, ele afirmou que

*só tem duas opções na vida: roubar ou prostituir-se. (sic)*¹²¹

Ainda estamos longe de ter uma cultura igualitária no Brasil: igualdade de direitos e de oportunidades. Apesar das leis explícitas proibindo a discriminação e a violência, o preconceito age escamoteado atingindo as mulheres, os (as) negros (as), os (as) homossexuais, os (as) pobres, os (as) índios (as), os (as) imigrantes e muitos outros segmentos sociais que não se enquadram na ideologia dominante. É necessário buscar uma leitura mais aprofundada de nossa sociedade, fazendo emergir o que permanece escondido atrás de crenças e valores considerados “naturais”. Isso é o que pretendemos para o próximo capítulo.

¹²¹ Travesti oferece um rim em troca de casa popular. In: *Jornal Correio*, Uberlândia, 02 de abril de 1993.

Capítulo II: Representações da Homossexualidade no Direito

2.1. Do vício contra a natureza à “natureza” homossexual

*Ao que parece,
até o vício se tornou agora
uma ciência exata.*

Marcel Proust

Nos séculos XIX e XX, as práticas amorosas entre pessoas do mesmo sexo foram “alvo” de transformações sócio-culturais significativas, o que promoveu uma ruptura na forma como os sujeitos históricos percebiam essas práticas. Passando por diversas instâncias e instituições a conduta homoerótica assumiu significados diversos em um curto período de tempo. Assim, percorreremos este caminho, discutindo a trajetória e refletindo sobre as concepções que envolveram, nas palavras de Oscar Wilde, o “amor que não ousa dizer seu nome”, finalizando com suas repercussões dentro do campo jurídico. Começamos com uma história muito significativa que foi recuperada a partir dos diários de um estudante.

Durante a década de 1830, na Nova Inglaterra, um jovem de dezenove anos escrevia em seu diário, longas cartas de amor, para suas amadas Julia e Elizabeth e seus amados Anthony e John Heath. Albert Dodd não parecia constrangido, culpado ou envergonhado por apaixonar-se por homens e mulheres. Dirigia-se a Julia do mesmo modo que dizia: *John, querido John eu o amo, realmente o amo. O que sinto por você é uma amizade de um tipo mais forte, um amor sincero, viril, puro, profundo e fervoroso (...) eu sou capaz de amar. Deus sabe que sou capaz de amar.*¹²²

O relato acima consta do livro de Peter Gay, e quando comparamos a liberdade e a desenvoltura com que Dodd fala de seus amores masculinos com os acontecimentos que envolveram o escritor Oscar Wilde¹²³ e as conseqüências de seu julgamento alguns anos mais tarde, a diferença é gritante. O século XIX, teria sido, então, menos repressivo do que se fez crer? De certa maneira, esta é a base das discussões de Peter Gay, que aponta uma

¹²² GAY, P. *A Experiência Burguesa da Rainha Vitória a Freud. A paixão terna*. Op. Cit., p. 182-183.

¹²³ Ver: Oscar Wilde ou le procès d' un décadent. In: *Allez Savoir!*, Le Magazine de L' Université de Lausanne. Op. Cit.

possível liberalidade dos costumes na Inglaterra no período Vitoriano¹²⁴. No entanto, é preciso não levar muito longe o significado deste atrevimento do jovem Albert Dodd. O universo vitoriano nada tinha de liberal ou libertino. O puritanismo anglo-saxão e a moral burguesa ascendente não hesitavam em punir com intolerância as pessoas consideradas imorais ou indecentes, através de prisões, degredos, dentre outras penas. Não foi, portanto a amenidade dos costumes que possibilitava a Dodd declarar, sem maiores medos, sua atração sexual por seus colegas de universidade. Foi a impossibilidade de perceber ou conceber o que sentia como sendo “homossexualismo”.

Na época, partindo do que declarava em suas cartas, ele poderia considerar-se entregue ao vício ou ao pecado nefando da sodomia ou poderia sentir-se um “monomaníaco”¹²⁵, caso tivesse tido acesso à literatura médico-psiquiátrica circulante na época. Porém, uma vez descartadas estas idéias, como parecem indicar os registros autobiográficos investigados por Peter Gay, restava a Albert Dodd falar do afeto e da atração sexual que sentia por seus amigos, no vocabulário de sua época, ou seja, aquele ligado ao amor romântico. E, o que é mais pertinente para nossas concepções atuais, ele não se via por isso, despojado de sua identidade masculina. Não se sentia menos homem ou se percebia de forma inferior.

*Apesar de todo o seu enamoramento por amigos homens, Dodd não abandona suas identificações masculinas. Os poemas que escreve são endereçados basicamente a Julia ou, mais tarde, a Elizabeth e sua “forma amada”; seriam necessárias interpretações muito forçadas para detectar um fervor pervertido nos amenos versos que escrevia.*¹²⁶

Esta história de vida é bem ilustrativa para percebermos que podemos reconhecer e denominar sentimentos ou emoções de formas diversas e que estas formas modificam a percepção e a experiência que temos de nossa identidade. Tendo nascido antes da invenção histórica do conceito de “homossexualismo”, Dodd podia referir-se a seus amores

¹²⁴ Esta perspectiva também é apontada por Michel Foucault no primeiro volume da *História da Sexualidade*. Foucault considera que, ao contrário da repressão, os dispositivos de poder, no século XIX, agiam produzindo discursos sobre o sexo e suas variantes tidas como “anormais”. Ver adiante na página 60.

¹²⁵ Ver: HARRIS, R. *Assassinato e loucura*. Medicina, leis e sociedade no *fin de siècle*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

¹²⁶ GAY, P. Op. Cit., p. 183.

masculinos na linguagem do romantismo¹²⁷, mantendo, ao mesmo tempo, sua imagem de homem, não duvidando da própria virilidade. Não questionava constantemente sua masculinidade, afastava qualquer possibilidade de descrever-se como um anormal; um doente; um invertido; um perverso ou qualquer outro termo criado para adjetivar as posteriores conotações da palavra homossexual. Sob sua perspectiva, conforme Peter Gay, o fato de amar homens não o fazia representante de uma outra espécie de homem. Ele era apenas um rapaz que se sentia atraído por pessoas de mesmo sexo. Não achava nada disso questionável, quanto mais um comportamento pervertido.

A história de vida de Dodd, como algumas outras reveladas por Peter Gay, serve para questionar, deste modo, a idéia de que existe uma condição homossexual idêntica a si mesma, em qualquer tempo e espaço. Fazendo coro ao que afirmaram, entre outros, Badinter¹²⁸ e Foucault¹²⁹, Gay demonstra que Dodd não era um “homossexual” que desconhecia ou reprimia sua condição, porque os cientistas da época ainda não tiveram tempo de descobrir e ensinar-lhe a verdadeira essência de suas tendências amorosas. Era um rapaz com inclinações homoeróticas, e que se baseava no vocabulário sentimental do início do século XIX para perceber, sentir e descrever os aspectos positivos de suas relações amorosas. Por esta razão, e não por ignorância científica, não conseguia ver em seu amor pelos amigos uma forma inadequada ou pervertida de amar. Ou sua atração por homens era uma forma pecaminosa de viver a sexualidade, conforme os ditames dos credos religiosos, ou era um modo tão aceitável e possível de amar, quanto aquele que o ligava às mulheres. Os códigos da intimidade e afetividade existentes no período só deixavam a Dodd a escolha entre o inferno religioso do pecado ou o paraíso adocicado do sentimentalismo burguês.

*O que está além de dúvida é que Albert Dodd, tendo descoberto seu vasto talento para o investimento erótico nos primeiros dias do reinado da rainha Vitória, amava indiscriminadamente homens e mulheres sem uma autoflagelação indevida, sem uma culpa reservada visível ou sem vergonha pública degradante.*¹³⁰

¹²⁷ Escola de artistas e escritores do século XIX que abandonou as regras clássicas de arte, passando a utilizar elementos ligados à imaginação, devaneios e fantasias. Tais artistas demonstraram preferência pela sensibilidade em detrimento da razão e do intelectualismo.

¹²⁸ BADINTER, E. *XY A Identidade Masculina*. Op. Cit.

¹²⁹ FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Op. Cit.

¹³⁰ GAY, P. Op. Cit., p. 186.

Com o decorrer do século XIX, esta forma de perceber a sexualidade e a vida amorosa, pouco a pouco, mostrou-se incompatível com os novos tempos e valores emergentes. Nada mais anacrônico diante da burguesia triunfante que este erotismo cheirando a *Anciën Regime*. O novo modelo de cidadão, forjado a partir da disciplina e do trabalho, não poderia exibir um padrão de conduta sexual semelhante ao de Alber Dodd. A moral burguesa não admitiria o erotismo fluido, ambíguo e “inocente” do jovem inglês. A sexualidade burguesa, em seu ápice oitocentista, tinha outros objetivos, além do gozo dos indivíduos e das trocas livres entre os sexos. O “sexo burguês” estava comprometido com outras questões, segundo Jurandir Freire Costa, como a do indivíduo x família; da população x Estado; do civilizado colonizador x primitivo colonizado¹³¹.

Fez se necessário, então, mostrar que os limites do desejo sexual estavam limitados e inscritos na esfera da reprodução e na esfera heterossexual, mas também nos interesses da raça; das classes; das nações; dos Estados; das metrópoles e impérios; em suma; nos interesses da cultura e civilização burguesas. Segundo Michel Foucault, a sexualidade teve a mesma importância para a burguesia capitalista, que o sangue e os laços de parentesco apresentaram nos regimes monárquicos. Assim, era igualmente necessário controlar e redirecionar este tipo de erotismo rebelde e indiferenciado, transformando-o no que veio a efetivamente a se tornar: homossexualismo¹³².

Nos fins do século XIX a empresa chegava a seu termo. O antigo “vício que não tinha nome” transformou-se no “amor que não ousa dizer seu nome”. O contato afetivo entre pessoas do mesmo sexo passou a viver sua era científica de culpa, vergonha e maldição. Antes, pecado contra a natureza, agora, aberração moral, psiquiátrica e cívica. É a partir dessa perspectiva, da “metamorfose” do homoerotismo em homossexualismo, que, no dia 16 de janeiro de 1935, oficiais da polícia conduziram o brasileiro Napoleão B. ao Sanatório Pinel de São Paulo. Ao dar entrada nessa instituição, ele gozava de perfeita saúde mental, ainda que estivesse um pouco transtornado, pois, fora seu pai que o mandara internar.

Segundo os registros médicos de admissão, Napoleão, solteiro, com 25 anos na época, era professor e havia fundado, com ajuda de sua irmã, uma escola particular que ia

¹³¹ COSTA, J. F. *Ordem médica e norma familiar*. Op. Cit.

¹³² FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Op. Cit.

muito bem. No entanto, sete meses antes de sua internação, ele dispensara o auxílio fraterno para se apoiar unicamente na opinião de outro professor, João Cândido F., 28 anos, que passou a ajudá-lo na administração da escola. Algum tempo depois, Napoleão saiu da casa de seus pais para dividir um quarto alugado com João Cândido num bairro operário da cidade de São Paulo. Descontente com a situação do filho e desconfiado que ele estivesse envolvido em práticas homossexuais, os pais de Napoleão o levaram para tratar-se no sanatório.¹³³

Que modificações sócio-culturais ocorreram, no século XIX e princípio do século XX, para que se estabelecesse uma diferença tão gritante nas vidas de Albert Dodd, na Inglaterra, e Napoleão B. aqui no Brasil? Que fatores são responsáveis por estas transformações nas concepções sobre as práticas amorosas entre pessoas de mesmo sexo? Porque o homoerotismo, antes considerado um vício, tornou-se a partir daí uma patologia ou enfermidade?

No final do século XVIII e princípio do século XIX, ocorreram importantes transformações nos dispositivos e instrumentos de controle social utilizados na cultura ocidental. A “sociedade disciplinar”, conforme Foucault, é fruto dos ideais burgueses de aprimoramento do corpo e da mente dos indivíduos para o trabalho. É também, uma característica das formas modernas de regulação social - uma sociedade de vigilância e controle que este autor descreveu no seu livro *Vigiar e Punir*¹³⁴. Ele argumenta que, no período moderno, deveríamos ver o poder não como uma força negativa que atua com base na proibição (“não deverás”), mas como uma força positiva preocupada com a administração e o cultivo da vida (“você deve fazer isto ou aquilo”).

Na sociedade disciplinar as instituições sociais exercem um papel muito importante: o controle, a vigilância e a correção deixaram de ser prerrogativas do sistema penal. Se deslocando para os hospitais, quartéis e escolas, dentre outras, ou seja, diluíram-se entre as organizações, criando uma “malha de poder”. O indivíduo passa a existir a partir de sua vinculação a alguma instituição: o (a) louco (a), o (a) prisioneiro (a), o (a) doente, o (a) estudante. O (a) homossexual é uma figura que foi inventada pelos médicos e psiquiatras do século XIX e teve grande ressonância dentro do poder judiciário.

¹³³ Caso citado por: GREEN, J. *Além do Carnaval. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. Op. Cit., p. 189.

¹³⁴ FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. A história da violência nas prisões. Op. Cit.

A sexualidade na sociedade disciplinar então, tem um papel crucial. Pois o sexo é o pivô ao redor do qual toda a tecnologia da vida se desenvolve: o sexo é um meio de acesso tanto à vida do corpo quanto à vida da espécie; isto é, ele oferece um meio de regulação tanto dos corpos individuais quanto do comportamento da população (“o corpo político”) como um todo.¹³⁵ A medicina se incumbiu de vigiar a sexualidade da população e se transformara em um poder de polícia usando o controle da saúde pública como forma de controle da sexualidade em nome de preservar a saúde da burguesia e manter o restante da população com um mínimo de saúde para a produção industrial. Além disso, julgava-se necessário criar o medo da sífilis, o “mal do século”, e alardear outros mitos envolvendo doenças e enfermidades como forma de controlar os desregramentos sexuais. A saúde pública era uma forma de exercício do poder, justificando o controle sobre a saúde das pessoas para existirem “cidadãos (ãs) inteligentes e laboriosos (as), prósperas manufaturas e agricultura produtiva”.¹³⁶

E para se entender as diferenças entre as concepções sobre a conduta sexual dos nossos dois personagens é necessário retroceder até o princípio do século XIX e compreender a influência mútua que se estabeleceu entre as Ciências Médicas e o Direito Penal e suas conseqüências para a consolidação da sociedade disciplinar.

No início do século XIX, na Europa, vários (as) estudiosos (as) buscavam empreender uma reforma no sistema penal. As discussões sobre os códigos criminais na época se baseavam no voluntarismo do criminoso e na equivalência entre a pena estabelecida e o dano social causado¹³⁷. Os (as) juristas, partidários (as) desta concepção de Direito Penal, acreditavam que os indivíduos criminosos cometiam os delitos conforme suas vontades e que deveriam arcar com as responsabilidades. Acreditavam também que os indivíduos deveriam ser punidos não apenas por infringirem a lei, mas por que tinham consciência de estarem agindo errado e de que cometiam os crimes intencionalmente.¹³⁸

¹³⁵ WEEKS, J. O corpo e a sociedade. In: LOURO, G. L. (Org.) *O corpo educado*. Pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

¹³⁶ MAZZIEIRO, J.B. Sexualidade criminalizada: prostituição, lenocínio e outros delitos - São Paulo 1870/1920. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo: Marco Zero, v. 18, nº 35, 1998. Ver também: RAGO, M. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890 – 1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

¹³⁷ FOUCAULT, M. *A Verdade e as Formas Jurídicas*. Rio de Janeiro: PUC/RJ, 1973.

¹³⁸ HARRIS, R. *Assassinato e loucura*. Medicina, leis e sociedade no *fin de siècle*. Op. Cit.

Criminalistas teóricos como Cesare Beccaria, Jeremy Bentham e Jacques Brissot acreditavam que deveria haver uma racionalidade entre o crime cometido e o castigo imposto. Eram chamados de utilitaristas e se preocupavam com a defesa da sociedade e com a busca da eliminação dos indivíduos moralmente danosos.¹³⁹

Ao contrário dos teóricos utilitaristas, outra corrente de pensamento dentro do Direito Penal, considerava que os criminosos não possuíam responsabilidade sobre as ações delituosas e que eles deveriam ser tratados e não excluídos da sociedade. Esta nova visão sobre a relação entre crime e castigo, surgida em meados do século XIX na Europa e apresentada por colaboradores médicos e juristas, cada vez mais se afastava da avaliação de responsabilidade moral voltando-se para uma outra que enfatizava declaradamente fatores sócio-científicos, como o meio ambiente, a herança genética, a constituição biológica, dentre outros¹⁴⁰. Tal mudança alterou a orientação da teoria e da prática judicial e teve um efeito duradouro sobre os objetivos e a administração penal. O resultado, segundo Ruth Harris, foi uma *politique criminelle* radical que propunha amplas medidas de intervenção e, potencialmente, desafiava as garantias não-deterministas inscritas na lei penal.¹⁴¹

As idéias científicas defendidas pelos médicos psiquiatras combatiam insistentemente um código penal baseado na responsabilidade moral, no livre-arbítrio e nas teorias legais de obrigação contratual baseada na culpa e no arrependimento. Conforme Harris, em muitos julgamentos por assassinato na França do século XIX, a questão não era mais se o (a) acusado era autor (a) do crime, mas sim, se ele (a) poderia ser punido pelo que praticara. O tribunal procurava avaliar a sua defesa sondando as motivações, o caráter e a vida pregressa do réu. Dessa forma, delineava-se uma nova concepção jurídica sobre o criminoso e sobre o papel da ciência criminal.

O papel do judiciário começava a se afastar daquilo que foi defendido pelo jurista Cesare Beccaria em meados do século XIX. Conforme Foucault, o sistema penal passou a se preocupar menos com o que se fez explicitamente, o que se violou; e mais com a busca do controle daquilo que as pessoas podiam fazer, do que eram capazes de fazer, do que

¹³⁹ FOUCAULT, M. *A Verdade e as Formas Jurídicas*. Op. Cit.

¹⁴⁰ GAY, P. Patologias. In: _____. *A Experiência Burguesa da Rainha Vitória a Freud. O cultivo do Ódio*. Op. Cit.

¹⁴¹ HARRIS, R. Op. Cit.

estavam sujeitas a fazer. Aqui vemos delinear-se os primeiros indícios da sociedade disciplinar que visava encontrar o transgressor antes que cometesse o delito.¹⁴²

Neste período surge a noção de periculosidade que se refere não ao nível das infrações efetivas a uma lei efetiva, pronta para castigar os delinquentes, mas das virtualidades de comportamento que elas representam. A sociedade disciplinar se opõe às sociedades penais anteriores, com a punição e a vigilância passando do socialmente útil para a análise individual dos crimes. Individualizando-se o meio social aumenta-se a eficácia da vigilância.¹⁴³

A presença pública, cada vez, maior, de psiquiatras e médicos (as) tornou-se um sintoma da maneira como o conhecimento desses (as) profissionais atuou de forma considerável, específica e caracterizadora na sociedade do *fin de siècle*, influenciando de forma relevante as discussões dentro do Direito Penal¹⁴⁴. Os (as) médicos (as) viam perigo por toda parte, na crise dos valores morais dentro da pequena burguesia, assim como na resistência à autoridade entre as camadas inferiores, e recomendavam às vezes intervenções radicais para evitar possíveis desestabilizações das estruturas sociais. Os criminologistas contrários à concepção utilitarista de justiça, e influenciados pelo discurso médico, acreditavam que era necessário elaborar um programa de defesa social, para neutralizar os elementos deletérios para a sociedade.

*Párias urbanos como vagabundos e mendigos sofriam de estados neurastênicos que determinavam a sua ociosidade, enquanto operários grevistas eram perturbados por tendências histéricas que os tornavam suscetíveis ao impacto desestabilizante dos demagogos revolucionários.*¹⁴⁵

Mas até a era vitoriana, a homossexualidade, a prostituição, o jogo dentre outras práticas, eram considerados vícios que podiam ser vistos com indulgência como condutas de indivíduos imaturos, libertinos, suscetíveis, sucumbindo à luxúria, intoxicação, libertinagem, oportunidade ou necessidade, como se observou no caso de Albert Dodd. A sodomia, o sexo solitário e assim por diante, não eram interpretados tradicionalmente pelos médicos ou moralistas como produtos de “sementes de anormalidade” ou de personalidades

¹⁴² FOUCAULT, M. *A Verdade e as Formas Jurídicas*. Op. Cit.

¹⁴³ FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. A história da violência nas prisões. Op. Cit.

¹⁴⁴ ALBERGARIA, J. *Criminologia: teoria e prática*. 2 ed., Rio de Janeiro: AIDE, 1988.

¹⁴⁵ HARRIS, R. Op. Cit., p. 21.

desajustadas, ou como diagnóstico de um grupo hereditário ou de um subconjunto “psicofisicamente bizarro”. Eram vistos, antes como vícios, cometidos de maneira casual, uma vez, por libertinos e devassos que poderiam resistir a qualquer coisa, menos à tentação.¹⁴⁶

O papel da ciência criminal moderna, apoiada na medicina e na psiquiatria, consistiu em deslocar a atenção das práticas para as psiques ou para a biologia, e com isso classificar sistematicamente tais modalidades como desviantes, o criminoso nato, o invertido ou homossexual, o narcisista, o masoquista ou o exibicionista; com efeito; segundo Roy Porter, *foram inventados então todos os “istas” e “ismos” sexuais*.¹⁴⁷

Se o sistema judiciário também corroborou na opressão aos (as) homossexuais, é necessário enfatizar que o crime do qual foram acusados os (as) réus (rés) identificados (as) como homossexuais não foi o de homossexualismo. Essa nomenclatura, homossexualismo, serviu para explicar a prática criminosa em geral atribuindo ao (à) “enfermo” (a), determinadas características de personalidade propícias à prática do delito, mas o homossexualismo não constou nos Códigos Penais como crime no Brasil ou em outros países. De fato a luta pela descriminalização do homossexualismo deve ser entendida por um lado como um combate aos crimes que possibilitavam a punição da prática de atos sexuais entre indivíduos do mesmo sexo, e por outro como a extensão dos domínios do saber médico sobre os corpos e a moral da população.¹⁴⁸

Nos códigos penais de vários países europeus não havia lei que era contrária a um tipo particular de pessoa, mas, sim contra uma série de atos sexuais. Ninguém era condenado por homossexualismo, mas muitos o foram por sodomia, e segundo Jeffrey Weeks parece que houve uma certa elevação na taxa de condenações por esse crime nas três primeiras décadas do século XIX, na Inglaterra. Neste país, antes de 1885 a única lei que diretamente afetava o comportamento homossexual era aquela referente à sodomia, considerada como uma “desgraça para a natureza humana”. A pena prevista para os

¹⁴⁶ FOUCAULT, M. *Os Anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

¹⁴⁷ PORTER, R. (Org.) *Conhecimento Sexual, Ciência Sexual*. A história das atitudes em relação à sexualidade. São Paulo: UNESP, 1998, p. 32.

¹⁴⁸ GUIMARÃES, C. Z. *Homossexualismo: mitologias científicas*. Tese de Doutorado, UNICAMP, 1994, mimeo.

condenados constituía na execução por enforcamento, até a década de 1830 e, posteriormente, em dez anos de prisão que substituíram a punição anterior.¹⁴⁹

Vale a pena mencionar que no Brasil durante bastante tempo, só foram considerados crimes os atos sexuais realizados contra mulheres, conforme as interpretações dos juízes baseadas no Código Penal de 1873.¹⁵⁰ Já no Código Penal de 1890 lê-se: *Art. 266: Atentar contra pessoa de um ou outro sexo por meio de violências e ameaças com o fim de saciar paixões ou depravações morais.*¹⁵¹ Este artigo consiste em uma primeira referência ao contato entre pessoas do mesmo sexo. No entanto, as denúncias de violências para fins libidinosos contra pessoa do sexo masculino não tinham grandes chances de obterem êxito junto aos fóruns da justiça brasileira no início do século XX. Mas, conforme James Green, nas prisões muitos condenados foram identificados, estudados e tratados como homossexuais apesar de que os crimes que os tivessem levado ao banco dos réus fossem principalmente o roubo e o assassinato.¹⁵²

A justiça serviu muito mais para converter homicidas e ladrões em homossexuais do que para punir atitudes consideradas imorais próprias dos invertidos sexuais.¹⁵³ No Brasil, conforme James Green, apenas nos anos de 1930 se cogitou a possibilidade de criminalizar a homossexualidade. No ano de 38, quando os membros da Sociedade de Medicina Legal e Criminologia de São Paulo discutiram o assunto, Francisco Campos, ministro da Justiça do recém inaugurado Estado Novo, designou um destacado jurista, o professor Alcântara Machado, para redigir um novo Código Penal. Durante as deliberações de uma comissão criada para reformular a versão daquele professor, uma proposta foi introduzida visando criminalizar atos homossexuais. Sob o cabeçalho “homo-sexualidade”, o Artigo 258 prescrevia:

*Os atos libidinosos entre indivíduos do sexo masculino serão reprimidos, quando causarem escândalo público, impondo-se a ambos os participantes detenções de até um ano.*¹⁵⁴

¹⁴⁹ WEEKS, J. Op. Cit.

¹⁵⁰ Ver: GUIMARÃES, C. Z. *Homossexualismo: mitologias científicas*. Op. Cit.; e GREEN, J. *Além do Carnaval. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. Op. Cit.

¹⁵¹ Apud: FAUSTO, B. *Crime e Cotidiano*. A criminalidade em São Paulo (1880- 1924). São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 195.

¹⁵² GREEN, J. Op. Cit.

¹⁵³ GUIMARÃES, C. Z. Op. Cit.

¹⁵⁴ Apud: GREEN, J. Op. Cit., p. 219.

Significativamente, pela primeira vez desde que a sodomia fora descriminalizada no começo do século XIX na maioria dos países europeus, essa proposta fez referência explícita e direta a atividades homoeróticas ao colocar esse parágrafo do código sobre a rubrica “homo-sexualidade”. Além do mais, diferentemente de parágrafos anteriores proibindo atentados ao pudor, a punição para atos que causassem escândalo público incluiria atividades privadas que viessem ao conhecimento do público.

Ainda segundo Green, o Artigo 258 foi retirado da última listagem de propostas para o Código Penal de 1940. A redação final baseava-se em uma versão aperfeiçoada do artigo Consolidação das Leis Penais de 1932, que proibia atos obscenos em público, ampliando a punição máxima de seis meses para um ano. Uma vez que as discussões internas do Ministério da Justiça sobre se inclusão ou não de uma referência direta à homossexualidade jamais chegaram a atingir uma publicidade maior ou debates mais significativos, não se sabe por que os juristas encarregados de reformular o Código Criminal resolveram não incluir a proposta.

Também os (as) juízes (as) não receberam o poder legal e extraordinário para sentenciar homossexuais à reclusão em instituições mentais. No entanto, os precedentes já estavam firmemente estabelecidos para permitir aos membros das famílias de homossexuais, juntamente com médicos e psiquiatras, solicitar o confinamento de parentes envolvidos em atividades sexuais perversas em hospícios, em clínicas de tratamento ou casas especializadas em distúrbios psiquiátricos.¹⁵⁵

Em que pese não haver no Código Penal brasileiro um artigo criminalizando a homossexualidade, em outros setores sociais, a curiosidade sobre a conduta dos “invertidos” sexuais era um assunto corriqueiro. A internação de alguns jovens em sanatórios, como no caso de Napoleão B., torna-se emblemática dos diferentes modos pelos quais a profissão médica, as instituições legais e psiquiátricas, a família e as pressões sociais contribuíram para corrigir homens envolvidos em práticas homossexuais nas décadas de 1930 e 1940. Códigos de moralidade tradicionais, cartilhas de bons costumes ou de conselhos editados por órgãos ligados à Igreja Católica ou à medicina, condenavam estritamente a homossexualidade. Os (as) especialistas profissionais, dentre eles (as) médicos (as), psiquiatras, psicólogos, consideravam o comportamento homoerótico

¹⁵⁵ TREVISAN, J. S. *Devassos no paraíso*. A homossexualidade no Brasil, da Colônia à atualidade. Op. Cit.

patológico, necessitando de assistência e tratamento para modificar a conduta e curar o indivíduo.

Conforme Trevisan, no Brasil muitos (as) membros de famílias tentaram reprimir e controlar o que consideravam uma conduta embaraçosa e imprópria de parentes envolvidos (as) em relações sexuais “anormais”. Quando fracassavam às vezes recorriam à intervenção do Estado. A polícia, a justiça e a medicina trabalhavam em uníssono para conter e controlar esse “distúrbio”.¹⁵⁶

Presume-se que esse tipo de pressão institucional a fim de desencorajar atividades homossexuais servia para disciplinar e desmoralizar alguns indivíduos, que acabariam por reverter a um estado de “normalidade” heterossexual. Alguns, contudo, tentavam resistir, mesmo que apenas por algum tempo. Outros, ainda, ao que parece, atravessando o período de internação relativamente sem mudança continuavam a expressar seus desejos homossexuais durante o confinamento, para serem enfim liberados, declarados “incuráveis”.¹⁵⁷

Embora a visibilidade crescente de uma subcultura homossexual nos principais centros urbanos brasileiros pudesse passar despercebida para muitas pessoas que viviam nesses tempos incertos, com a crise no regime político no Brasil e com a Grande Depressão americana, dentre outros acontecimentos; ela não deixou de chamar a atenção e provocar um certo alarme entre os membros da profissão médico-legal. Para estes profissionais a homossexualidade representava uma sexualidade desenfreada, sem domínios, capaz de corromper a sociedade. Os modos efeminados de muitos desses homens e seu aparente inconformismo com tradicionais representações da masculinidade perturbavam os modelos de gênero normativos.

A sua habitualidade será anti-jurídica não porque, condenando-a o direito, o faça para garantir a moralidade das relações sexuaes, defendendo o instituto da família; mas sim, porque atenta contra o fim fundamental da sociedade, que é reproduzir-se, projectar-se, viver enquanto homens e mulheres (sic)¹⁵⁸

Assim como o corpo social brasileiro dos anos 20 e 30 estava “fora de controle” com as inquietações políticas e sociais, do mesmo modo, ao que parece, estava o corpo do

¹⁵⁶ Idem.

¹⁵⁷ GREEN, J. *Além do Carnaval*. Op. Cit., p. 191.

¹⁵⁸ CARVALHO, B. *Sexualidade Anômala no Direito Criminal*. Rio de Janeiro: Ribeiro dos Santos Editor, 1937, p. 120.

homossexual, cuja disfunção do sistema hormonal levava a uma conduta imoral e degenerada cujo comportamento desafiava os padrões estabelecidos de masculinidade e feminilidade. Para o advogado criminalista Castelo Branco, os (as) anormais e pervertidos (as) poderiam contaminar as demais pessoas:

*já que numa sociedade corrompida os valores desaparecem e as aberrações são desculpadas. E os agentes dessa corrupção social vão impondo rapidamente as suas idéias. (...); ministros de ordens religiosas que pregam abertamente o homossexualismo como remédio contra explosão demográfica; (...) os mais desabusados travestis já são glorificados no carnaval do Rio de Janeiro;*¹⁵⁹

A tradição do positivismo no Brasil, que enfatizava a ciência aplicada como mola propulsora do progresso social, respaldava a intervenção do Estado para resolver os males da sociedade. Desse modo, os anos 30 transformaram-se em um campo de testes sobre qual melhor meio de purificar a nação brasileira e curar seus distúrbios sociais. Principalmente, com relação à homossexualidade que para algumas autoridades crescia a “olhos vistos”. Como na opinião do jurista Dr. Viriato F. Nunes, presente em seu livro escrito a partir de sua prática na Escola de Direito de São Paulo em 1928.

*Invertidos vêm de todas as idades e classes. Esta depravação é muito prevalente e parece estar cada vez mais difundida.*¹⁶⁰

O médico-legista Leonídio Ribeiro encarava o problema como um fenômeno global e notava que

*aumentava, por toda a parte, o número de indivíduos, de todas as classes sociais, apresentando manifestações disfarçadas ou evidentes de perversões sexuais.*¹⁶¹

Vários estudiosos da medicina-legal e da psiquiatria se dedicaram a compreender as causas do homossexualismo e buscar cura para esta “enfermidade”. No Brasil, a influência européia se mostrou mais claramente através de importação de teorias pelos profissionais brasileiros que tentaram relacionar homossexualidade, raça, gênero, criminalidade e biologia. Dentre os autores mais influentes encontramos os médicos Cesare Lombroso, da Itália, e Gregório Maraño, da Espanha. O primeiro influenciou diretamente o médico Leonídio Ribeiro, que empregou as técnicas antropométricas lombrosianas para medir

¹⁵⁹ CASTELO BRANCO, V. P. *O advogado diante dos crimes sexuais*. 2 ed., São Paulo: Sugestões Literárias, 1939, p.19.

¹⁶⁰ NUNES, V. P. *Perversões Sexuais na Medicina Legal*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1928, p. 11.

¹⁶¹ RIBEIRO, L. *Homossexualidade e Endocrinologia*. Rio de Janeiro: Editora Moderna, 1932, p. 32.

partes dos corpos de 195 presos do Rio de Janeiro em 1932, a fim de provar a ligação entre desequilíbrio hormonal e homossexualismo. Enquanto Marañón considerava como biológica a etiologia da “intersexualidade” juntamente com deficiências éticas e morais. Suas idéias também tiveram bastante aceitação:

*As causas anatômicas e funcionais que determinam esta anormalidade são ainda desconhecidas. O que sabemos é que sobre o invertido, para servirmos de uma expressão vulgar e muito característica, pesam geralmente taras neuropáticas, devendo considerar-se esta anomalia do sentimento psico-sexual como um estigma de degenerescência funcional.*¹⁶²

A despeito das sutilezas de definição, não havia na realidade nenhuma diferença substancial nas várias expressões empregadas por esses médicos para descrever a homossexualidade. Tanto os “intersexuais”¹⁶³ como os “missexuais”¹⁶⁴ eram pessoas cujas disfunções na constituição biológica haviam produzido características tanto masculinas quanto femininas, resultando no desejo erótico pelo mesmo sexo. O termo inversão enfatizava a escolha do objeto ou desejo do indivíduo; já as noções de intersexual e missexual explicavam as causas biológicas desse distúrbio. Afrânio Peixoto, médico e professor da faculdade de medicina do Rio de Janeiro e outros pesquisadores também estavam de acordo com Ribeiro e Marañón quanto à suposição de que fatores externos, não biológicos, podiam afetar o comportamento homossexual e até modificar os desejos sexuais de uma dada pessoa. Assim, a cura, embora fundamentalmente de base biológica, podia também compreender esforços fisiológicos e morais, ou seja, de médicos, de psicólogos e da Igreja.

O melhor método para tratar a inversão orgânica essencial, não é o castigo nem o constrangimento, mas o auto-controle, a educação de seus desejos. Querer transformar um homossexual em um hetero-sexual, impor-lhe, por exemplo, o casamento, é, em realidade, pervertê-lo. Tratar um invertido pertence também um pouco à medicina que cura a cegueira das cores ou a audição colorida. O mais que o médico ou o educador pode fazer é dar ao invertido um ideal de castidade. Ele deve prender o seu carro a uma estrela. (...) O médico ajuda o doente, pelos seus conselhos, a livrar-se dos laços da carne, aclamando pela higiene, exercícios

¹⁶² DOURADO, L. A. *Homossexualismo e Delinqüência*. Rio de Janeiro: Zahar, 1963, p. 38.

¹⁶³ Para muitos (as) estudiosos (as), os (as) “intersexuais” seriam pessoas que possuiriam características intermediárias entre o sexo masculino e o feminino. Estariam “entre” homens e mulheres, não chegando a se identificar com nenhum dos sexos.

¹⁶⁴ Enquanto os (as) “missexuais” seriam uma “mistura” dos dois sexos. Como, por exemplo, a existência de alma feminina em um corpo masculino, no caso dos homens efeminados.

*físicos, a psicoterapia, se necessário algumas drogas discretas (nós as temos em nosso arsenal homeopático). Ele o trata exatamente como faria diante de um hipergenésico ou de uma ninfomania.*¹⁶⁵ (sic)

Em consequência da grande produção discursiva e científica sobre as perversões sexuais, uma norma foi estabelecida como parâmetro para a avaliação e intervenção. Através de uma série de procedimentos as diferenças entre homo e heterossexuais foram agrupadas e classificadas de modo que as patologias emergissem dentro a normalidade em uma escala hierarquizada que vai do desvio à aberração, onde a homossexualidade aparece em cena como “realidade”. A partir de um exercício de poder e através do saber médico, a conduta homossexual ganhou seus contornos nas décadas iniciais do século XX. A prática psiquiátrica e médica estava ligada a uma série de instituições, de exigências econômicas e políticas e de regulamentações sociais.¹⁶⁶

Para Foucault *o poder permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social, muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir.*¹⁶⁷ Assim, ocorreu com a homossexualidade na sua relação com a psiquiatria. Esta, enquanto saber científico, exerceu seu poder criando um novo tipo de identidade sexual a partir da prática erótica das pessoas, fixando uma essência.

A estigmatização dos (as) homossexuais é, sem dúvida, resultado do processo de classificação das sexualidades. Por ironia da história, os (as) próprios (as) homossexuais que se apresentaram como inovadores (as) no início do século XX são também, os (as) responsáveis pelo confinamento dos (as) “desviantes” no terreno da anormalidade.

Jeffrey Weeks demonstrou brilhantemente a responsabilidade dos (as) sexólogos (as) na formação do “tipo” homossexual. A despeito de seu fervor científico, a sexologia não era nem neutra nem simplesmente descritiva. Dizia o que deviam ser e o que faziam os seres normais. A obsessão pela norma determinou considerável esforço para definir o anormal. Multiplicaram-se as explicações etiológicas: corrupção ou degeneração, caráter inato ou trauma de infância. Produziram-se tipologias complexas, distinguindo diferentes homossexualidades.

¹⁶⁵ PEIXOTO, A. *Novos rumos da medicina legal*. 2 ed., Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, s/d., p. 43.

¹⁶⁶ FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. 2 ed., Rio de Janeiro: Graal, 1981.

¹⁶⁷ Idem, p. 8.

Como observou J. Weeks, muitos (as) sexólogos (as) compreenderam o perigo dessas tipologias rígidas. Mas era tarde demais. Uma vez imposto o tipo do “homossexual”, tornou-se impossível escapar dele. As práticas sexuais passaram a ser o critério de descrição das pessoas. Sobre isso, o autor afirma que: *até que a sexologia lhe colocasse um rótulo, a homossexualidade era apenas uma parte difusa do sentimento de identidade. A identidade homossexual, tal como a conhecemos, é, portanto, uma produção da classificação social, cujo principal objetivo era a regulação e o controle. Nomear era aprisionar.*¹⁶⁸

Além de encarados (as) como doentes, desviantes e degenerados (as), os (as) homossexuais foram confundidos (as) ou apontados (as) como criminosos (as) em potencial. Muitos (as) médicos (as), juristas, dentre outros intelectuais brasileiros (as) acolhiam de peito aberto noções eugênicas da inferioridade de determinadas raças e da natureza degenerada de determinados tipos sociais, especialmente quando os (as) proponentes dessas teorias eram europeus.¹⁶⁹

Assim, o (a) homossexual foi convertido em determinado discurso em um criminoso (a) em potencial que colocava em risco a harmonia social devido às atitudes anti-sociais que eram atribuídas a sua personalidade patologicamente formada. Passou a ser percebido (a) como uma pessoa capaz de disseminar a desordem e em promover delitos.

*O criminoso e o neurótico homossexual ainda possuem em comum a precocidade e a hipertrofia da vida instintiva, a instabilidade emocional, a heteroagressividade e a deficiência intelectual, condições que determinam e estado perigoso e podem ensejar o crime. Semelhantes características foram encontradas praticamente em todos os homossexuais por nós estudados. Assim, não se pode fugir à relação homossexualismo delinqüência. É óbvio que nem todo uranista é necessariamente criminoso e vice-versa mas, em muitos casos, o homossexual, quer seja ostensivo ou latente, pelas características já assinaladas, geralmente presentes, é, sem dúvida, um predisposto ao crime*¹⁷⁰.(sic)

O século XX não tirou o homossexual de sua prisão. Um século após o processo de Oscar Wilde, muitos dos nossos contemporâneos continuam a olhá-lo como um tipo sexual criminoso, na melhor das hipóteses um (a) doente ou um (a) desviante. Duas razões podem explicar essas atitudes discriminatórias. A primeira deve-se à nossa ignorância: depois de

¹⁶⁸ WEEKS, J. O corpo e a sociedade. Op. Cit., p. 52.

¹⁶⁹ GREEN, J. *Além do Carnaval*. Op. Cit.

¹⁷⁰ DOURADO, L.A. *Homossexualismo e Delinqüência*. Op. Cit., p. 12.

150 anos de estudos polêmicos, ainda não sabemos definir com precisão esse comportamento fluido e multiforme, cuja origem não se conhece claramente. A multiplicidade de explicações reforçou o mistério e, portanto, a estranheza. A outra razão é de ordem ideológica. Uma vez que a nossa concepção de masculinidade é heterossexual, a homossexualidade desempenha o útil papel de contraste, e sua imagem negativa reforça ao contrário o aspecto positivo e desejável da heterossexualidade.

A permanência da representação do homossexual como criminoso potencial pode ser um dos motivos que levam policiais a agirem de forma arbitrária e desumana nas batidas que realizam nos locais de freqüência gay. Nos anos de 1970 no Brasil, a polícia se regozijava de “limpar as ruas” dos grandes centros urbanos ao prender travestis e michês. A prostituição não era considerada crime, mas os prostitutas masculinos foram perturbados e acusados de vadiagem, dentre outros delitos.¹⁷¹

Dentro do campo jurídico, pouco espaço existe para os assuntos ligados à homossexualidade. Desde a retirada da homossexualidade do Manual Estatístico de Saúde Mental/ DSM-IV e do Código Internacional de Doenças/ CID -10 e da decisão do Conselho Federal de Medicina, no Brasil, em 1985, de não considerar o homoerotismo como enfermidade, no campo do Direito não se percebeu maiores progressos. As questões referentes aos direitos de gays e lésbicas como também com relação à união entre pessoas do mesmo sexo, não tem alcançado espaço nas discussões doutrinárias e jurisprudenciais¹⁷².

A desembargadora Maria Berenice Dias afirma que lhe choca a *absoluta exclusão das relações entre pessoas do mesmo sexo nos livros, artigos e trabalhos que tratam dos aspectos jurídicos das relações interpessoais. As raras manifestações doutrinárias que se encontravam, em sua quase totalidade, sustentavam a impossibilidade de se inserirem no âmbito do Direito de Família vínculos que não obedecem ao modelo legal aceito pela sociedade.*¹⁷³

Percebe-se que ainda são enormes as resistências dentro do sistema judiciário. A tendência de alguns (mas) juízes (as), promotores (as) e advogados (as) é de colocarem-se como defensores (as) da moral e guardiões (ãs) dos bons costumes, utilizando-se da função

¹⁷¹ MACRAE, E. *Identidade Sexual e Política*. A homossexualidade no Brasil da ‘abertura’. Campinas: UNICAMP, 1990.

¹⁷² MOURAN, M.R.P. Casamento entre pessoas do mesmo sexo: inexistência. In: *Direito - USF*. Bragança Paulista: USF, v. 13, n° ½, 1996.

¹⁷³ DIAS, M. B. *União Homossexual*. O preconceito e a justiça. Rio de Janeiro: LTR, 1999, s/p.

de punir contra aqueles (as) que fogem dos padrões “normais”. Às pessoas que ousam proceder ou viver fora do modelo sexual determinado, sob a desculpa de não haver leis, sonham-se direitos, excluindo da esfera da jurisprudência tudo que o (a) magistrado (a) pessoalmente não aceita.¹⁷⁴

É o que se observa nas discussões sobre o direito de herança ou de divisão de bens, quando estão envolvidos casais homossexuais. Muitos (as) juízes, valendo-se do modelo tradicional de família, deliberam contra pedidos de repartição de bens em favor de uma pessoa homossexual, quando morre o (a) companheiro (a). Geralmente, destina-se a herança a familiares mais próximos, como pais, irmãos (ãs) ou filhos (as) adotivos (as), mesmo quando a pessoa ausente não contribuiu substancialmente na constituição do patrimônio.

O direito pátrio concebe, por princípio, a família monogâmica, formada a partir da união de um homem e de uma mulher, que sejam casados ou vivam como se casados fossem, ou ainda, as famílias monoparentais, isto é o homem ou a mulher e a prole.

Tenho reservas com a apologia do novo e penso que o entusiasmo pela possibilidade de mudar estruturas pode conduzir a uma incontornável situação de insegurança jurídica. É perigoso romper com liames que secularmente definiram a própria ordem jurídica no mundo civilizado.¹⁷⁵

É por medo de modificar estruturas secularmente estabelecidas que se permite a discriminação a partir da orientação sexual. O princípio da isonomia presente na Constituição Federal de 1988, geralmente não é respeitado, pois, as pessoas são julgadas a partir de suas diferenças e não são consideradas possuidoras dos direitos básicos que constituem a cidadania plena. É por isso que, como veremos nos processos onde a homossexualidade está envolvida, ela se torna o aspecto mais relevante a ser discutido ou investigado, deixando-se pouco espaço para questões de maior relevância, como o direito à vida ou à liberdade de escolha.

¹⁷⁴RIOS, R.R. Direitos fundamentais e orientação sexual: o direito brasileiro e a homossexualidade. In: *Revista do Centro de Estudos Judiciários Brasileiros*. Brasília: Conselho Federal de Justiça, v. 6, 1998.
VIANA, M.T. O dia a dia do juiz e as discriminações que o acompanham. In: *Revista da Faculdade de Direito*. Belo Horizonte: UFMG, nº 39, 2001.

¹⁷⁵ Apud: DIAS, M. B. *União Homossexual*. O preconceito e a justiça. Op. Cit., p. 207.

2.2. A homossexualidade que se vê nos tribunais

*Diga-me teu sexo e te direi quem és e,
sobretudo, o que vales.*

Tânia Navarro

Ao analisar processos criminais, vários (as) pesquisadores (as) têm constatado que nessas fontes historiográficas perpassam construções sociais sobre os sexos, as classes sociais e as raças¹⁷⁶. Parecem existir nas discussões jurídicas formas de representar condutas socialmente aceitas ou consideradas inadequadas, como também, vislumbram-se diversos tipos de discriminação contra grupos específicos. Mas, que aspectos podemos observar sobre a homossexualidade e seus (as) praticantes quando se apresentam nos autos criminais?

Uma primeira questão a ser discutida é, sobretudo, a recorrência do “qualificativo” homossexual quando juízes (as), delegados (as) e promotores (as) se referem à condição dos personagens que tomam parte nos processos. Em 13 processos de homicídio, analisados percebemos como caracterização constante de algumas pessoas, denominações como homossexual, gay, lésbica ou travesti. Como se constituíssem um “sobrenome”, cuja função é colocar cada um (a) em seu devido lugar. Mas por que isso ocorre, se com outros segmentos sociais isso não acontece? Nenhuma pessoa nos processos analisados é caracterizada como negro (a), pobre, lavadeira, advogado (a), cozinheira (o) ou heterossexual. O que faz a palavra homossexual ser tantas vezes repetida? Que manobra ou estratégia estaria por detrás destes discursos?

Conforme Mariza Corrêa, a função do poder judiciário é diminuir as diferenças entre os personagens que tomam parte nos processos penais, adequando os a modelos preestabelecidos. Estes se referem a qualificativos do sistema dualista de gênero, baseado nas atribuições socialmente aceitas para homens e para mulheres. Aos primeiros, as perguntas derivam do âmbito do mercado de trabalho, tratando-se de avaliar sua utilidade

¹⁷⁶ Sobre trabalhos que têm processos criminais como fonte de investigação ver: CAULFIELD, S. *Em defesa da honra*. Moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918- 1940). Campinas: Editora Unicamp, 2000; CORRÊA, M. *Morte em família*. Rio de Janeiro: Graal, 1983; ESTEVES, M. A. *Meninas Perdidas*. Os populares e o Cotidiano do amor no Rio de Janeiro da *Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989; FAUSTO, B. *Crime e Cotidiano*. A criminalidade em São Paulo (1880- 1924). São Paulo: Brasiliense, 1984; PUGA DE SOUSA, V. L. *Paixão, Sedução e Violência, 1960-1980*. Tese de Doutorado, USP, 1998, mimeo; dentre outros.

social: trabalhador honesto, pai de família responsável, dentre outras qualificações. Às últimas, as questões partem do âmbito doméstico, visando averiguar a sua fidelidade, ao marido ou à família¹⁷⁷.

Com relação aos (às) homossexuais, o discurso jurídico desdobra as suas características, criando sua classificação e produzindo efeitos de diferenciação. A sua “inadequação” aos modelos do ser homem e do ser mulher, acaba por tornar a sua diferença irreduzível aos parâmetros aceitos socialmente. Este aspecto também pode ser observado em referência às prostitutas. Desse modo, essa irreduzibilidade será sempre acentuada, enfatizada, principalmente, nos casos em que se torna possível chamar ao primeiro plano detalhes supostamente “escabrosos ou irregulares” da relação sexual dos (as) envolvidos¹⁷⁸ (as). Nos processos penais ainda permanece a ideologia do final do século XIX de caracterizar as pessoas por sua conduta sexual, criando uma “essência individual” que diferencia as pessoas “boas” das “pervertidas”.

Michel Foucault chama a atenção para a importância que a sexualidade assumiu nas sociedades modernas. Este autor considera que através do sexo criam-se verdades sobre as pessoas e sobre seu comportamento, constituindo desse modo, um destino do qual não se pode escapar. Sobre as formas de verdade que circulam no sistema jurídico, Foucault entende um determinado tipo de relação entre poder e saber, entre poder político e conhecimento, imbricado em práticas e disputas judiciais as quais, desde a Antiguidade Clássica Greco-romana, deram origem a modelos de instauração da verdade que se encontram vigentes nas sociedades modernas. Sendo assim, *cada sociedade tem o seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade; isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, as maneiras como se sancionam uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para obtenção da verdade, o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro.*¹⁷⁹

O funcionamento normativo do aparelho penal, desse modo, tem, por efeito, a objetivação das diferenças e das desigualdades, a manutenção das assimetrias, a

¹⁷⁷ CORRÊA, M. *Morte em família*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

¹⁷⁸ CORRÊA, M. *Generat Genus Justitiam?* In: *Revista USP*, Dossiê Judiciário, São Paulo: Edusp, nº 21, 1994.

¹⁷⁹ FOUCAULT, M. *A Verdade e as Formas Jurídicas*. Op. Cit., p. 12.

preservação das distâncias e das hierarquias. A desigualdade jurídica nos tribunais é decorrente das práticas judiciárias destinadas a separar, dividir, revelar as diferenças e ordenar as partilhas. É sob esta rubrica que subjaz a “vontade de saber” que percorre todo o processo penal e cujo resultado é promover a aplicação desigual das leis penais.¹⁸⁰

Segundo Roberto Kant de Lima, o modelo sobre o qual se baseiam as práticas judiciais brasileiras, está ligado a procedimentos inquisitoriais, a partir dos quais se estabelecem verdades e conhecimentos determinados sobre os (as) envolvidos (as). Nosso modelo jurídico diferencia-se daqueles existentes nos Estados Unidos e na Europa, onde prevalece o princípio da isonomia, as pessoas são julgadas, inobstante as diferenças de classe, raça, gênero, idade dentre outras. Kant de Lima ao examinar as disposições legais brasileiras, as práticas judiciais e policiais e os textos da cultura jurídico-processual, considera que no Brasil os procedimentos penais se baseiam em princípios inquisitoriais, os quais, se justificam teoricamente apenas em civilizações tradicionais ou em sociedades hierarquizadas. Nestas a desigualdade de direitos e deveres é explícita e substantiva.¹⁸¹

No Brasil, a idéia de igualdade jurídica se encontra associada à noção de semelhança e não à de diferença.¹⁸² Kant de Lima observou também, a representação hierarquizada que o Código de Processo e a legislação subsequente fazem da sociedade, dividindo-a em “pessoas especiais”, dignos de exceções e privilégios, e “indivíduos comuns”, indignos deles, quando estão sendo acusados de cometer a mesma infração.¹⁸³

Para ilustrar tal discussão, recorreremos a uma situação ocorrida em São Paulo no início dos anos 90 do século XX. O secretário de Justiça deste Estado se pronunciou sobre a possibilidade dos policiais e delegados se referirem a todas pessoas como cidadãos ao invés de chamá-los por elemento, indivíduo, meliante, como é hábito no jargão desses profissionais. A alegação contrária, advinda dos setores auferidos, foi a de que bandidos e presos não são cidadãos, ou não são cidadãos plenos.¹⁸⁴

¹⁸⁰ FOUQUALT, M. *Vigiar e Punir*. A história da violência nas prisões. Op. Cit.

¹⁸¹ LIMA, K. Constituição, Direitos Humanos e Processo Penal Inquisitorial: quem cala, consente? In: *Dados* - Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: IPERJ, vol. 33, nº 3, 1990.

¹⁸² RIOS, R.R. Direitos fundamentais e orientação sexual: o direito brasileiro e a homossexualidade. In: *Revista do Centro de Estudos Judiciários Brasileiros*. Op. Cit.

¹⁸³ LIMA, K. Op. Cit.

¹⁸⁴ Ver: ADORNO, S. Discriminação racial e justiça criminal em São Paulo. In: *Novos Estudos Cebrap*, nº 43. São Paulo, nov. 1995.

Ao estabelecer uma hierarquia de substâncias, de valores, a serem necessariamente observadas nas práticas sociais, o sistema jurídico impõe moral única e normalizadora, expulsando para a clandestinidade “tudo que não é espelho”, na impossível tarefa de exterminar, e não de controlar, os “maus comportamentos” em público. Tal característica ajusta-se a estratégias religiosas de ocupação total do espaço público, em que a intransigência dos atores é estimulada.¹⁸⁵

A conduta homossexual, sendo diferente da norma heterossexual, é forçada a aparecer e seus (as) praticantes chamados (as) a se confessarem, justificando-se perante o poder judiciário:

consta nos autos que a vítima era homossexual e trabalhava no moto-táxi P.

que o informante assim como a vítima era, também é homossexual, e que negou este fato na primeira vez que aqui esteve porque acredita que isto é uma coisa sua. (sic)¹⁸⁶

Muitas vezes o interrogatório chega a ser intrusivo, invadindo a intimidade das pessoas. Nos depoimentos das testemunhas abre-se espaço para a ingerência “normativa” dos agentes da lei na vida cotidiana dos (as) envolvidos (as). Uma “vontade de saber” insinua-se por todos os labirintos da existência pessoal. Diluem-se as fronteiras entre a intimidade e a privacidade.

QUE É DE CONHECIMENTO DO INFORMANTE QUE RENATO MENTIU DIZENDO QUE NÃO TINHA “CASO” COM A VÍTIMA, MAS TODOS SABEM QUE ELE REALMENTE MANTINHA UM RELACIONAMENTO AMOROSO COM A VÍTIMA, que o informante acredita que, pelo comportamento de José, ele era só “passivo”, enquanto que não pode dizer se Renato é “ativo e passivo também”, (grifos do processo), (sic)¹⁸⁷

Para Sérgio Adorno a preocupação com a promiscuidade sexual ou com os “desvios morais” nos processos criminais chega a ser redobrada em relação a outros comportamentos tidos como “ilegais”, como jogos e uso de drogas, por exemplo. Todos os sinais indicativos de rompimento com as relações “sexuais normais” são esmiuçados nos depoimentos.

¹⁸⁵ LIMA, K. Constituição, Direitos Humanos e Processo Penal Inquisitorial: quem cala, consente? Op. Cit., p. 485.

¹⁸⁶ Depoimento de Paulo G. Processo nº 702010140987, de 23/02/2001, arquivado na 2ª Vara Crime; p. 6.

¹⁸⁷ Depoimento de Donízio. Processo nº 702010140987, de 23/02/2001. Op. Cit., p. 4.

Conforme este autor, no poder judiciário ainda prevalece a idéia de que se há “desvio sexual”; há também desvio moral, em cuja origem pode se encontrar o crime.

*Quem não obedece às leis da natureza, não está, por conseguinte, preparado para aceitar e respeitar as convenções entre os homens. É como se a justiça dos homens estivesse incumbida não somente da tarefa de repor a sociedade fraturada com a ofensa criminal, mas também de corrigir os atentados contra a natureza.*¹⁸⁸

Ainda, conforme o autor, nos processos criminais podem ser observados preconceitos recorrentes que grassam sobre a população suspeita de ser violenta e perigosa. A análise desses documentos jurídicos revela, que para além das normas que captam de forma diretamente diferenciada os indivíduos, escalonando-os em gradações diversas de integração a um sistema opressor e injusto, permanece - como configuração dessa discriminação -, um imaginário excludente e preconceituoso que opera no silêncio das práticas jurídicas cotidianas. Teorias espúrias como a dos “três pêns” (pobres, pretos e prostitutas); a do “MIB” (miséria, ignorância e bebida); e, ainda, a da nordestinidade, deixam transparecer, no não dito dos discursos e das práticas dos operadores jurídicos, os artifícios que estes utilizam para “fazer justiça”, conduzindo com tendenciosidade, por exemplo, os trabalhos do júri.¹⁸⁹

Corretas ou não, estas idéias sobre crimes e criminosos (as) configuram um campo de convicções, crenças e certezas no qual a realidade social pode ser classificada e codificada sob a lógica e o discurso jurídicos. Assim, indicar quem é homossexual, travesti, gay ou lésbica, torna-se uma tentativa de descobrir tendências delituosas ou possíveis envolvimento irregulares. Também há, a construção de uma verdade sobre o sujeito, uma construção monolítica diante da qual só resta a submissão: a aceitar a condição de ser homossexual, não se recusar a responder as perguntas, pois prevalece a máxima de que “quem cala consente”.¹⁹⁰

*O delegado M.R. soube, por intermédio da Polícia Militar, que o moto-taxista era homossexual e por isso iria verificar se o crime teria alguma relação com a condição sexual do rapaz.*¹⁹¹

¹⁸⁸ ADORNO, S. Crime, justiça penal e desigualdade social. As mortes que se contam no tribunal do júri. In: *Revista USP*. Dossiê Judiciário, nº 24, 1994, p. 144.

¹⁸⁹ Idem.

¹⁹⁰ LIMA, k. Op. Cit.

¹⁹¹ Moto-taxista é morto com cinco tesouradas. In: *Jornal Correio*, Uberlândia, 24 de fevereiro de 2001, p. 14.

E em outro processo, onde se discute a morte de uma lésbica por um casal de heterossexuais:

Informa ainda estes autos que a vítima era dada a comportamento homossexual e assim, ao uso de drogas, (sic)¹⁹²

Além da indicação da prática homossexual, outros aspectos também merecem destaque na discussão dos processos penais. São os elementos que vem corroborar com as percepções moralistas e valorativas sobre a homossexualidade. No sistema judicial existe uma definição estrita daquilo que homens e mulheres podem fazer. Seguir estes modelos de conduta tem influência para tornar mais, ou menos, aceitável uma transgressão tão grave como a morte de outra pessoa. As definições sobre o masculino e o feminino nos processos são dualistas com um termo sempre se referindo ao outro. Com relação ao homoerotismo, ele desempenha o útil papel de contraste, sendo que, sua imagem negativa reforça inversamente os aspectos positivos e desejáveis da heterossexualidade. No Direito, a concepção de masculinidade se confunde com a prática da heterossexualidade, restando a gays e lésbicas a sujeição a denominações preconceituosas: relações anômalas, conduta antinatural, dentre outras.

No jargão dos processos e na retórica da defesa e da acusação públicas, sempre se distinguem os homens de bem dos malfeitores (e seus vários, inúmeros, sinônimos de que é rica a linguagem jurídica); as mulheres decentes das almas danadas. Nos processos criminais os discursos giram em torno da noção de diferença. Não só na diferença entre homens e mulheres mas, principalmente, na diferença dos homens entre si e das mulheres entre si.¹⁹³

A prática da homossexualidade implica em estar fora do modelo do “homem pai de família” e da “mãe dedicada ao lar”. Gays e lésbicas são vistos como transgressores (as) da norma heterossexual. A idéia de desvio, de um modo ou de outro, implica a existência de um comportamento “médio” ou “ideal”, que expressaria uma harmonia com as exigências do funcionamento do sistema social.¹⁹⁴ Neste caso a norma se refere à heterossexualidade

¹⁹² Processo nº 702010249531, de 18/08/1997, arquivado na 3ª Vara Crime, p. 5.

¹⁹³ CORRÊA, M. *Generat Genus Justitiam?* In: *Revista USP*, Dossiê Judiciário. Op. Cit., p. 128.

¹⁹⁴ VELHO, G. *Desvio e Divergência*. Ensaios sobre patologia social. Rio de Janeiro: Arquivo do Museu Nacional, 1985.

compulsiva. Para homens e mulheres existe também a exigência do respeito aos padrões de gênero: machos viris e fêmeas dóceis e sensíveis.

É por isso, que muitas pessoas negam a prática da homossexualidade, buscando “retornar”, talvez, ao padrão “normal”, ou tentando voltar ao modelo socialmente aceito. Como muitas sentenças se baseiam na maior ou menor adequação a estes princípios, é necessário criar estratégias para “readquirir” a imagem que foi poluída. Neste caso o depoimento de vizinhos e parentes é de elevada importância:

Nunca houve tentativa de relacionamento homossexual entre eu e a vítima. (...) Eu sou casada e tenho dois filhos de 4 e 8 anos, trabalho em casa,(sic)¹⁹⁵

E em outro processo:

que o acusado é uma pessoa calma e muito tranqüila, não tendo nenhum comportamento inadequado, que nada sabe que desabone a conduta do acusado; que nunca ouviu falar se o réu fosse homossexual; (sic)¹⁹⁶

Não havendo possibilidade de negar a homossexualidade e ao caracterizar-se a conduta homossexual como desviante parece ocorrer um processo de diferenciação, de particularização, daquele (a) que transgrediu a norma heterossexual. Ao se desviar da norma heterossexual, gays e lésbicas estariam apenas revelando sua essencial e irreduzível singularidade individual. O sistema jurídico trata então, nesse caso, de elaborar a singularização em termos propriamente individuais, ao colocar o homoerotismo como fruto de forças “infra-sociais” – biológicas, genéticas - que atuam em um organismo discreto, doentio ou anômalo.¹⁹⁷

No momento mesmo em que um ato transgressor se completa, quem o perpetuou está fora do círculo de moralidade que organiza e rege o comportamento dos membros de seu grupo; ultrapassa uma fronteira que deveria ser intransponível e assim se destaca - ou é destacado - dos demais, distanciando-se e separando-se deles.¹⁹⁸

Michel Foucault também apontou esta singularização das pessoas consideradas socialmente divergentes. Para este autor muitas instituições sociais foram criadas para “receber” estes indivíduos que se caracterizariam pela possibilidade de transgredir, de

¹⁹⁵ Depoimento de Andréia F. Processo nº 702960095256, de 06/06/1989, arquivado na 1ª Vara Crime, p. 12.

¹⁹⁶ Depoimento de Antonio S. Processo nº 702990036718, de 19/05/1999, arquivado na 1ª Vara Crime, p. 15.

¹⁹⁷ FOUCAULT, M. *Os Anormais*. Op. Cit.

¹⁹⁸ CARRARA, S. Singularidade, Igualdade e Transcendência: um ensaio sobre o significado social do crime. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 16, 1991, p. 83.

exceder as normas, de causar danos à sociedade. Loucos (as), criminosos (as), prostitutas, dentre outros, são figuras singularizadas, que têm semelhança com o homossexual dos séculos XIX e XX.¹⁹⁹

Que características surgem nos processos e corroboram a qualificação de gays e lésbicas como pessoas singulares? Haveria algum aspecto que sobressairia sobre os demais e se mostra em quase todos os processos?

O que podemos perceber como denominador comum à caracterização dos (as) homossexuais é a presença da noção de excesso, de descontrole das atitudes. Gays e lésbicas são vistos como pessoas descontroladas, impulsivas, confusas. Como no caso do vendedor Marcelo A. de 25 anos, assassinado pelo seu amante na cozinha da casa deste último. Durante o processo, o acusado Francisco A., de 30 anos, casado e pai de dois filhos, afirma que era perseguido pela vítima. Esta o “assediava” e o “incomodava” no trabalho e mesmo em casa. Francisco A. esfaqueou Marcelo A. na cozinha de sua casa e o enterrou no quintal, revelando o crime dias depois de o cometer. Nos autos criminais percebe-se a tentativa, a partir dos testemunhos dos (as) amigos (as) do acusado, de caracterizar Marcelo A. como uma pessoa diferente; com comportamento que “despertava atenção”:

Conforme o depoimento de Pedro amigo do acusado:

que conheceu a vítima numa certa ocasião em que ela lhe ofereceu um título de um clube e chamou a atenção do depoente pelo seu jeito de aparência de homossexual;²⁰⁰ (sic)

E também:

que quando conheceu Marcelo, este já apresentava aparência de ser um gay (homossexual) e usava trajes mais para o lado feminino,(sic)²⁰¹

Além da aparência, o comportamento de Marcelo A., em relação a Francisco A., foi considerado irregular:

o depoente ouvia comentários de que Francisco estava sendo assediado por um gay (homossexual) e que Francisco estava tendo dificuldades para se livrar da perseguição desse gay, (sic)²⁰²

¹⁹⁹ FOUCAULT, M. *A História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Op. Cit.

²⁰⁰ Processo nº 702960220698, de 26/02/1993, arquivado na 1ª Vara Crime, p. 13.

²⁰¹ Depoimento de Luiz C. Processo nº 702960220698, de 26/02/1993. Op. Cit., p. 14.

²⁰² Depoimento de Maria P. Processo nº 702960220698, de 26/02/1993. Op. Cit., p. 17.

A idéia de assédio percorre todo o processo. Marcelo A. é considerado descontrolado por procurar o acusado e este usa aquele argumento como defesa para se inocentar do crime. Apontar Marcelo A. como alguém descontrolado, não seria uma estratégia dos (as) defensores (as) de Francisco A.?

A partir de uma análise mais detalhada do processo, percebemos que a mãe da vítima parece compactuar dessa idéia. Em um de seus depoimentos ela afirmou que havia alterado um trecho de uma carta, que serviu para provar a existência do relacionamento entre a vítima e o acusado. No trecho lia-se:

Durante uma briga eu bati no Francisco (...) e depois que eu passei a tratar ele assim parece que ele apaixonou;(sic)²⁰³

A atitude da mãe de Marcelo A. pode ser entendida como uma tentativa de diminuir ou de retirar qualquer perspectiva comprometedora sobre o filho.

De encontro com esta concepção de impulsividade e de assédio, em outros processos observamos a noção de descontrole. Descontrole que leva a chantagem, a agressão, à retaliação.

o conduzido presente Marlon M. disse para o condutor que mantinha um relacionamento homossexual com Sebastião R. e que a vítima vinha chantageando-o dizendo que iria contar sobre o “caso” para seus pais; (...) (sic)²⁰⁴

Percebemos também que os homossexuais são considerados “confusos”, principalmente quando se trata de sua orientação sexual. No caso de Marcelo A., citado anteriormente, observamos suas idéias sobre a homossexualidade em uma carta enviada à irmã:

Eu abandonei aquela vida doida de se vestir de mulher. Agora sou entendido, não agüentava mais sofrer em meus namoros. Ninguém me chama mais do antigo nome “Tatiana”. Sabe C. agora eu sou mais ativo do que passivo, não curto muito esta onda de dá sem receber. (sic)²⁰⁵

E também, como percebemos em outro processo:

O declarante achou as conversas da vítima muito esquisitas e muito contraditórias, pois a vítima ficou o tempo todo dizendo que estava

²⁰³ Carta anexada ao processo nº 702960220698, de 26/02/1993. Op. Cit.

²⁰⁴ Auto de Infração. Processo nº 702960094176, de 06/02/1996, arquivado na 3ª Vara Crime; p. 8.

²⁰⁵ Trecho da Carta anexada ao processo nº 702960220698, de 26/02/1993. Op. Cit.

*tomando raiva dos amigos dele, e que também estava tomando raiva do homossexualismo*²⁰⁶, (sic)

Nos processos surgem distinções de gênero. Homossexuais masculinos são vistos como passivos, inofensivos, apesar de algumas exceções, a efeminação caracterizaria sua personalidade. Enquanto para as lésbicas apresentam-se outras características. “Mulheres másculas”, pessoas explosivas, frias e calculistas, agressivas, assim são consideradas as homossexuais femininas. Como muitos (as) estudiosos (as) já investigaram, as diferenças de gênero produzem considerações assimétricas sobre os crimes quando cometidos por homens e mulheres. Os delitos cometidos pelo sexo masculino são considerados como frutos de um “acesso irracional”, um momento de “loucura” ocasional. Enquanto os crimes atribuídos às mulheres são considerados decorrentes de sua natureza instável, de problemas intrínsecos a sua constituição física e psíquica. As mulheres quase sempre são consideradas irresponsáveis por seus atos devido a modificações no sistema nervoso durante o período menstrual ou à menopausa.²⁰⁷

Assim, no caso de Andréia F., 29 anos, acusada de matar Oliviana M. no apartamento da vítima, percebemos a permanência de certos modelos de comportamento que outros (as) pesquisadores (as) observaram em suas pesquisas. O crime ocorreu em 1989 e no processo observamos as construções que perpassam os comportamentos dos personagens. Oliviana é descrita como uma pessoa que:

*nunca teve atitudes contrárias à de uma mulher normal.*²⁰⁸

Enquanto, a acusada tenta de se defender usando o testemunho de pessoas conhecidas:

*Não sei informar se Andréia é lésbica, se tem envolvimento homossexual. Andréia cuida das crianças, trabalhando em casa.*²⁰⁹

A busca de atributos que caracterizariam Andréia F. como uma mulher “normal”, honesta e dona-de-casa, não são suficientes para afastar dúvidas sobre suas condutas. Para o delegado; Andréia F.

²⁰⁶ Depoimento de Paulo G. Processo nº 702010140987, de 23/02/2001, op. Cit., p. 6.

²⁰⁷ Ver: CORRÊA, M. *Morte em família*. Rio de Janeiro: Graal, 1983; HARRIS, R. *Assassinato e loucura*. Medicina, leis e sociedade no *fin de siècle*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993; PUGA DE SOUSA, V. L. *Paixão, Sedução e Violência, 1960-1980*. Tese de Doutorado, USP, 1998, mimeo; dentre outros.

²⁰⁸ Depoimento de José A. Processo nº 702960095256, de 06/06/1989, arquivado na 1ª Vara Crime, p. 8.

²⁰⁹ Depoimento de Leila M. Processo nº 702960095256, de 06/06/1989. Op. Cit., p. 11.

*passou a mostrar interesse íntimo com uma mulher de nome R., mostrando ser ela, uma mulher 'lésbica', fato este que poderá ser a verdadeira causa do crime.*²¹⁰ (sic)

Além de ser vista como lésbica, outros elementos constituíram um perfil singular para a acusada.

*O crime ocorreu de forma perversa e por motivo fútil e a acusada Andréia F. apresentou-se como uma mulher fria, que julgou a prática do homicídio, um mero ato natural.*²¹¹ (sic)

Considerada culpada, Andréia F. foi condenada a 12 anos de prisão por homicídio culposo, com direito a atenuantes devido ao fato de ser ré primária. O *modus operandi* do crime, uma facada nas costas da vítima, e a orientação sexual da acusada se tornaram os elementos mais significativos no julgamento. Ao contrário do que observou Mariza Corrêa²¹², neste processo não houve, por parte dos agentes judiciais, qualquer dificuldade em assimilar personagens limiars, obscuros ou ambíguos. Durante todo processo a acusada foi tratada como uma pessoa diferente devido à sua opção sexual. O gesto do promotor, que foi registrado na ata da sessão do júri, é esclarecedor sobre as concepções em torno da orientação homossexual da acusada:

*Pelo defensor foi requerido que constasse em ata que o Dr. Promotor colocou o pé sobre a mesa durante a réplica, referindo-se à ré como sapatão.*²¹³ (sic),

Os travestis também são outro de tipo de personagem que aparece nos processos e se tornam alvos de julgamentos moralizantes. Percebemos uma diferença entre ser considerado homossexual ou travesti. Ser visto como gay ou lésbica tem suas implicações, no entanto, a caracterização como travesti pode ser ainda mais desvalorizante. Devido à prostituição, muitos travestis são vistos como pessoas perigosas que sobrevivem da venda do corpo como também do fornecimento de drogas para clientes. A lógica policial concebe o travestir-se como um disfarce para o “assalto a homossexuais desprevenidos”, tornando-os vulneráveis a violência policial e à discriminação legal. A prostituição não é proibida

²¹⁰ Considerações do Delegado. Processo nº 702960095256, de 06/06/1989. Op. Cit., p. 16.

²¹¹ Idem, p. 11.

²¹² Mariza Corrêa afirma em um de seus trabalhos que a justiça tende a não considerar as diferenças individuais, julgando todas as pessoas a partir de modelos pré-estabelecidos. Contudo, com o aumento da visibilidade homossexual, esta categoria se tornou “acessível” às classes populares e aos magistrados, fazendo com gays e lésbicas sejam facilmente reconhecidos e categorizados quando presentes nos julgamentos. Ver: CORRÊA, M. *Generat Genus Justitiam?* In: *Revista USP*, Dossiê Judiciário, São Paulo: Edusp, nº 21, 1994.

²¹³ Ata do tribunal do júri. Processo nº 702960095256, de 06/06/1989, arquivado na 1ª Vara Crime, p. 37.

pelo Código Penal, muito menos o travestismo, porém esta regulação jurídica positiva não tem impedido a polícia de agir, inclusive de forma arbitrária, na repressão do *trottoir* ou prostituição de rua. Esta prostituição pobre vem sendo nos últimos anos duramente controlada e vigiada pelos organismos legais da cidade de Uberlândia.²¹⁴

Os travestis freqüentemente denunciam que são presos sem o flagrante delito, sem os direitos constitucionais, num total desconhecimento da sua identidade enquanto cidadãos.

Se a sociedade naturalizou o travesti bem sucedido no mundo da fama, se o reproduziu como forma de atualização do mito andrógino, como produto cultural exótico, o mesmo não se pode dizer dos travestis que vivem da prostituição. Para estes a sociedade reservou a violência didática e cotidiana. Conforme verificamos em um processo sobre a morte do travesti Ailton de 15 anos de idade:

quando eu e a vítima estávamos indo para um barzinho, parou uma Parati, e seu condutor desceu e quis bater em Ailton, ocasião em o mesmo pegou uma pedra e mandou que eu corresse,²¹⁵ (sic)

E ainda, em outro processo que trata da morte de um travesti chamado Marcos B.:

que a vítima constantemente tinha problemas “com turmas de boys” pois a vítima não aceitava desaforo, que constantemente surgem atritos no local sendo comum pessoas jogarem o carro em cima dos travestis bem como mostrarem arma de fogo e facção.²¹⁶ (sic)

O travesti é uma figura da rua e sobre as pessoas que sobrevivem nesse meio pesam concepções negativas. Ao contrário, o mundo da casa é cercado pela ordem, pelo controle e estabilidade, como nos apontou o antropólogo Roberto Damatta. Na rua é preciso estar atento para escapar do cerco daqueles que nos querem iludir e submeter, pois a regra básica do universo da rua é o engano²¹⁷. Na realidade o travesti não existe fora da rua, do mundo público. Não há lugar para ele na família brasileira ou na privacidade do lar. Dentro de casa há um universo controlado, onde tudo está em seus devidos lugares, enquanto o travesti

²¹⁴ Travestis em avenida geram reclamações de moradores. In: *Jornal Correio*, Uberlândia, 16 de setembro de 1998.

²¹⁵ Depoimento de Carlos H. Processo nº 702990473705, de 02/12/1995, arquivado na 2ª Vara Crime, p. 9.

²¹⁶ Depoimento de Marcos P. Processo nº 702960164672, de 09/06/1995, arquivado na 2ª Vara Crime, p. 13.

²¹⁷ DAMATTA, R. As raízes da violência no Brasil. Reflexões de um antropólogo social. In: _____. *A Violência Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

representa a inversão dos gêneros, a desordem ou o risco. São as “damas de paus”, como chamou Neuza Maria de Oliveira²¹⁸.

A casa é o espaço privado da ordem e hierarquia social natural baseada em sexo e idade; a rua, o espaço desprotegido e público da desordem, anonimato e perigos morais e físicos.

Diversos (as) pesquisadores (as) mostraram que o dualismo casa-rua não é um sistema cultural homogêneo ou estático. Os valores, práticas e relações associadas a cada um desses pólos mudam ao longo do tempo e variam entre os diferentes grupos sociais e indivíduos. Contudo, este pensamento dual permanece significativo em uma sociedade há muito dominada pelas estruturas paternalistas de poder das instituições criadas com base na família. Desse modo, o travesti uma figura da rua, representante do engano e da dissimulação, é visto como alguém que vive em perigo. No processo sobre a morte de Valdeci P., travesti assassinado com tiros e pauladas no ano de 1998, o juiz declarou:

*foi afastada a qualificadora do crime por que a atividade que se dedicava a vítima era de alto risco, perigosíssima pois, não lhe socorrendo assim, o fator surpresa.*²¹⁹ (sic)

O travesti representa também a ambigüidade, corpo e força masculinos em roupas femininas. Eles podem ser violentos e delicados, viris e efeminados. Sua infração maior não consiste, no entanto, somente na usurpação de um lugar legítimo no sistema das classificações sociais, mas, principalmente, na idéia de que é possível escapar a elas ou seja, na pretensão à mudança que a troca incompleta de papéis deixa transparecer.²²⁰ Ao confundir um travesti com uma mulher de “verdade”, os homens chegam a sentir repulsa, nojo ou vergonha. São inúmeros os episódios relatados dando conta aqui e ali de alguém que, percebido o equívoco, reage com uma violência que pode assumir proporções inimagináveis, dependendo da personalidade e temperamento do ludibriado. Em outros casos a agressividade pode dar lugar ao espanto:

que o depoente viu uma pessoa que pensou ser mulher, com corpo feminino caída na asfalto, de bruço, (...), que, o depoente pegou a vítima, colocou-a na maca e levou ao Pronto Socorro, que, uns dez minutos depois, o médico chegou dizendo que a vítima tinha falecido e que era homem; que

²¹⁸ OLIVEIRA, N. M. *Damas de Paus*. O jogo aberto dos travestis no espelho da mulher. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1994.

²¹⁹ Ata da sessão do Júri. Processo nº 702980146188, de 18/02/1998, arquivado na 3ª Vara Crime, p. 42.

²²⁰ SILVA, H. R. S. *Travesti: a invenção do feminino*. Rio de Janeiro: Relume – Dumará / ISER, 1993.

o depoente ficou assustado e até foi conferir, ficando “abismado”, vez que tinha corpo feminino.²²¹ (sic)

O discurso jurídico, além de tentar controlar aqueles que burlam os “papéis” de gênero, acaba também por difundir o preconceito. O travesti, na prostituição, cria a ilusão social de que não trabalha. Quando se trata então de uma pessoa, cuja imagem de mulher contrasta com os nomes masculinos registrados nas suas carteiras de identidade; é fácil para delegados (as) e promotores (as) arquitetarem e provarem a suspeita do disfarce para o assalto, erro de pessoa ou falsidade ideológica.

É como eles encaram um travesti; se um travesti roubou, se um travesti matou, praticou o tóxico, acham que todos são iguais, onde estão erradíssimos. Isto no meio de todo mundo, não é só no meio de travesti, não. Existe uma mulher que é prostituta, será que todas as mulheres são prostitutas?²²² (sic)

Os travestis, quando são presos sob alegação de assalto, a denúncia em geral é feita pelo cliente. Este, depois da polícia, é o elemento com quem o travesti mais se confronta de forma violenta, agressiva. É sem dúvida um confronto repleto de disfarces, ambigüidades e mentiras de parte a parte. Do lado do cliente é a clássica alegação de engano de pessoa ou de ter sido roubado durante o programa. Para os travestis estas denúncias são falsas, pois, na maioria das vezes, o que ocorre é a quebra do acordo por parte daquele: se recusando a pagar o preço combinado ou nada paga, ou ainda demanda uma prática sexual que não estava incluída no acordo do programa. Daí podem surgir os conflitos e as situações de violência.²²³

Contudo, é preciso retirar a imagem de vítima dos travestis. Em muitos casos eles também se utilizam da violência seja contra clientes seja contra pessoas no espaço público. Compreender a violência que rodeia o universo dos travestis como algo relacional ajuda a retirar as polaridades ou oposições entre vítimas e acusados (as). A agressão que sofre um travesti por um cliente deve ser observada como uma forma deste último de reafirmar sua virilidade. Nada muito distante dos dizeres de um travesti para reafirmar seu lado masculino:

²²¹ Depoimento de Mario A. Processo nº 702990473705, de 02/12/1995, arquivado na 2ª Vara Crime, p. 19.

²²² Depoimento do travesti Pâmela Volpi. Processo nº 702010082213, de 04/06/2001, arquivado na 1ª Vara Crime, p.14.

²²³ OLIVEIRA, N. M. *Damas de Paus*. Op. Cit.

*Já peguei seis clientes em uma noite e não dei nenhuma vez.*²²⁴ (sic)

Como afirma Hélio R. Silva, *isso é uma espécie de guerrilha contra os machões, os casados, os pais-de-família, todos aqueles que possuem proteção, para práticas não compatíveis com suas imagens públicas.*²²⁵

É preciso se indignar e se contrapor à violência. Mas não tenhamos a ilusão de que o caminho mais construtivo parta da pressuposição de uma dualidade entre vítima e agressor (a). Os travestis assassinados geralmente têm consciência das relações de risco ou que agem de forma perigosa: J.O transportava drogas²²⁶, Marcelinha agredia pessoas nas ruas²²⁷, Valdeci havia sido agredido por seu companheiro diversas vezes²²⁸, dentre outros exemplos. Devemos, contudo, entender as razões que levam os indivíduos a perpetrarem a violência e a suportarem que ela seja usual em suas vidas²²⁹.

*um rapaz já agrediu e tentou enforcar dois outros travestis, os quais após serem roubados, pois o rapaz levou o telefone celular e dinheiro deles, só não morreram porque conseguiram fugir; que a vítima, a qual era conhecida pela alcunha de Jennifer, também teve o seu aparelho celular e o seu dinheiro roubado; e que constantemente vivia sendo importunada;*²³⁰ (sic)

Observamos que consciente ou inconscientemente, a vítima formula e executa estratégias para conviver com a violência. Acaba, pois, participando desta. A posição vitimista, na qual a vítima figura como passiva, sem vontade e sem autonomia, além de não dar conta da realidade histórica, revela um pensamento dualista, autoritário e determinista²³¹. A homofobia é fruto de relações históricas nas quais diversos sujeitos participam de diferentes maneiras.

A partir da análise dos processos, consideramos então, que se trata de relações e não de ações de violência e, portanto, de um fenômeno de mão dupla, no qual os (as) envolvidos (as) são de fato, participantes, não existindo passividade absoluta nem anulação da vontade do outro. Não obstante, percebemos que se está lidando com uma organização

²²⁴ Depoimento do travesti Pâmela Volpi. Processo nº 702010082213, de 04/06/2001. Op. Cit., p. 14.

²²⁵ SILVA, H. R. *Travesti. A invenção do feminino*. Op. Cit., p. 99.

²²⁶ Processo nº 702010140987, de 23/02/2001, arquivado na 2ª Vara Crime.

²²⁷ Processo nº 702990473705, de 02/12/1995, arquivado na 2ª Vara Crime.

²²⁸ Processo nº 702980146188, de 18/02/1998, arquivado na 3ª Vara Crime.

²²⁹ GREGORI, M. F. Cenas e queixas. Mulheres e relações violentas. IN: *Novos Estudos Cebrap*, nº 23, 1989.

²³⁰ Depoimento de Alan P. Processo nº 702010082213, de 04/06/2001, arquivado na 1ª Vara Crime, p. 19.

²³¹ GREGORI, M. F. Op. Cit.

social de gênero hierarquizada e assimétrica²³², com supremacia masculina heterossexual, e que, tendencialmente, em se tratando de relações de gênero, a violência recai sobre as mulheres, as crianças e os (as) homossexuais.

O fato de concebermos a violência como uma relação de sujeitos co-participantes, favorece a não-absolutização e reificação destas categorias²³³, as de vítima e de agressor, possibilitando a análise do contexto e da situação de produção da violência e, sobretudo, a não-mediação do conhecimento por estereótipos ou preconceitos.

*Necessário se faz romper a ideologia do vitimismo e discutir como as mulheres e homens participam da definição e hierarquização de papéis que se constroem em múltiplos espaços societários; e, ao mesmo tempo, como lhes é possível romper este esquema estratificado e de sujeição.*²³⁴

Para Saffioti e Almeida, se a cultura da violência impregna as relações sociais, pode-se dizer que as formas de violência perpetradas contra algumas categorias sociais tornam-se a particularização da violência que perpassa a sociedade²³⁵. A homofobia seria então, um tipo peculiar de intolerância que perpassa a base de nossa cultura. Sendo assim, de que forma as instituições jurídicas atuam com relação a esta violência estrutural?

O discurso jurídico apresenta a violência como algo anormal ou patológico. Um fenômeno isolado que surge nas práticas entre os sujeitos sociais. Contudo, conforme observaram diferentes autores (as), a violência na cultura brasileira se mostra como uma característica comum nas relações entre as classes, raças e sexos. Ocorre a incorporação da violência que não é mostrada ou discutida pelas instâncias oficiais. A violência branca, segundo Régis de Moraes, é a violência institucionalizada e que não percebemos como agressiva por que já foi por nós naturalizada²³⁶.

As representações que são construídas sobre a homossexualidade nos processos podem ser consideradas como sinais de um tipo específico e implícito de violência. Se considerarmos, conforme Roger Chartier²³⁷, que as representações são construções

²³²SAFFIOTI, H.I.B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. In: *Cadernos Pagu*. Campinas: UNICAMP, nº 16, 2001.

²³³SAFFIOTI, H.I.B. e ALMEIDA, S. S. *Violência de Gênero*. Poder e Impotência. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

²³⁴ Idem, p. 185.

²³⁵ Ibidem.

²³⁶ MORAIS, R. *O que é violência urbana*. Op. Cit.

²³⁷ CHARTIER, R. *A História Cultural*. Entre práticas e representações. Op. Cit.

imagéticas e discursivas e que enunciam ou presentificam o outro e acabam por recriar o real; a evocação do comportamento homossexual, não precisa ter correspondência direta com as práticas ou com as pessoas representadas. Ou seja, a adequação das representações não se mede por critérios de autenticidade ou veracidade, mas pela sua capacidade mobilizadora, de motivar práticas sociais e de conquistar credibilidade, indo ao encontro dos valores e das crenças sociais estabelecidos.

A partir das representações que observamos nos autos-criminais com relação à homossexualidade, podemos considerar a existência da violência simbólica. Esta impregna o corpo e a alma das categorias dominadas, no caso os (as) homossexuais, fornecendo-lhes esquemas cognitivos conformes à hierarquização entre as identidades sexuais. Como o poder masculino e heterossexual atravessa todas as relações sociais, transformando-se em algo objetivo, traduzindo-se em estruturas assimétricas, em objetos, em senso comum²³⁸, resta aos (às) homossexuais, em muitos casos, se dobrarem à classificação:

que o depoente leva vida irregular, que infelizmente sobrevive como “travesti”, e faz ponto nesta cidade no local conhecido como ponto das “Meninas”, que é homossexual e que conhecia a vítima desde o ano de 1993;²³⁹ (sic)

Ao inscrever-se nas práticas e nos fatos, ao organizar a realidade e o cotidiano, a diferença entre as identidades sexuais torna-se sujeição de uns e dominação de outros. Esta hierarquização é construída no e pelo discurso judiciário que funda e legitima a valorização da heterossexualidade em detrimento da homossexualidade. Considerar o homoerotismo como relação anômala, anormal é prática corrente nos meios jurídicos, o que faz os homossexuais serem vistos como pessoas inferiores ou de segunda classe:

que afirma a informante que o seu pai há muitos anos era “homossexual” e que este SEU DEFEITO incomodava a depoente sendo este o motivo que a fez sair de casa, e que também a frequência de muitos homens e garotos em sua casa lhe trazia transtornos, pode afirmar a informante que ultimamente o seu pai não estava escondendo o seu modo de agir, como sendo homossexual;²⁴⁰ (grifo nosso), (sic)

Observa-se também uma certa radicalidade por parte do discurso jurídico ao considerar a homossexualidade como deficiência. Como nas considerações e na sentença pronunciada por um juiz:

²³⁸ SAFFIOTI, H. I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. Op. Cit.

²³⁹ Depoimento de Flavio G. Processo nº 702990473705, de 02/12/1995, arquivado na 2ª Vara Crime, p. 22.

²⁴⁰ Depoimento de Lúcia S. Processo nº 702980133814, de 27/04/1994, arquivado na 2ª Vara Crime, p. 10.

Assim, com tamanha desgraça (defeito físico em ambos os sentidos), com tanto requinte de perversidade (que foi o crime), considerando a natureza do crime e a larga repercussão que o crime teve na época, considerando o número de ferimentos provocados na vítima, considerando ser a vítima aleijada e homossexual, declaro os réus culpados pelo crime em questão.²⁴¹ (sic)

Assim, o discurso jurídico constrói representações sobre a homossexualidade, que são facilmente absolvidas por outros segmentos sociais:

que o depoente ficou sabendo por boatos que um veado tinha sido assassinado; e que este veado tinha sido baleado por um homem em um carro preto e que este homem jogou o veado para fora do carro; que o depoente acha que veado tem mais é que morrer;²⁴² (sic)

Este tipo de fala observada nos depoimentos de diversas testemunhas mostra como a discriminação ainda está impregnada nas concepções sobre sexualidade. Atuando de forma implícita, este tipo de declaração *inspira camadas de discursos (ou de imagens) que constituem, nos vários séculos, modelos de compreensão com variações restritas e repetições incansáveis, e que, como se pode esperar, só se modificam quando se transforma o mundo social todo.*²⁴³

As representações da homossexualidade e os julgamentos morais, que perpassam os processos criminais, parecem cumprir, de modo geral, três funções ou perspectivas. A primeira se refere à preservação da organização social de gênero, fundada na hierarquia e desigualdade de lugares sociais sexuados que subalternizam o gênero feminino ou as categorias que fogem ao padrão masculino heterossexual. A segunda é ampliar e reatualizar a desigualdade na proporção direta em que o poder masculino é ameaçado, ou seja, quanto mais gays e lésbicas buscarem visibilidade maior será a intolerância contra eles (as). E por último, é mesclar a homofobia com outras crenças de caráter positivo como a defesa da honra ou da masculinidade, não visando abolir a violência, mas alimentá-la.

A exacerbação da homossexualidade, colocada como principal característica das pessoas, acaba por reforçar padrões de desigualdade social²⁴⁴, já que a lei nega a

²⁴¹ Sentença pronunciada pelo Juiz da 1ª Vara Crime de Uberlândia. Processo nº 702980210588, de 27/03/1988, arquivado na 1ª Vara Crime, p. 58.

²⁴² Depoimento de José M. Processo nº 702010082213, de 04/06/2001, arquivado na 1ª Vara Crime, p. 21.

²⁴³ CHARTIER, R. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica). In: *Cadernos Pagu*. Op. Cit. p. 45.

²⁴⁴ ARRIOLA, E. R. Desigualdades de Gênero: lésbicas, gays e teoria legal feminista. In: *Estudos Feministas*. Op. Cit.

complexidade da identidade humana e a diversidade dos indivíduos. Assim, somos hetero ou homossexuais, nada mais é considerado²⁴⁵.

A sexualidade gay é tipicamente apresentada em oposição à norma de uma cultura heterossexual dominante. Em consequência, o (a) homossexual é convenientemente mostrado (a) como ficando fora dos modelos que encorajam um júri a decidir em favor de seus direitos. As leis autorizam o preconceito e relegam as pessoas homossexuais a um status social degradante perpetuando estereótipos sobre o significado do ser mulher ou ser homem.

*Quando o Direito opera com uma série de representações sobre a naturalidade, atualiza a idéia de que existe uma espécie de essência de determinados grupos, essência essa sempre combinada através de julgamentos preconceituosos, em relação a gênero e sexualidade. Num quadro de uma sociedade que se deseja igualitária, fundada em direitos humanos universais, estamos operando de uma maneira inadequada e injusta.*²⁴⁶

Os tribunais deveriam reconhecer que as identidades individuais transcendem rótulos estreitamente definidos. Os estereótipos, como representações simples e cruas do mundo, perpetuam um sentido necessário de diferença, exacerbando-o, entre nós e o outro. Este se torna ameaçador na medida em que explicita o que há de familiar e, por que o outro é antes de tudo meu semelhante que sua alteridade me escandaliza e incomoda.

Em suma, ao seguir a lógica da desigualdade, o sistema judiciário não pode ser visto como paradigma da diferença, por que as diferenças que reconhece e acentua são diferenças “reguladoras” - baseadas no preconceito, na discriminação e na estereotipia - e não diferenças “emancipatórias” - assentadas em necessidades e interesses dos (as) homossexuais como de outros segmentos marginalizados.

²⁴⁵ PHILIPPI, J. N. Igualdade e diferença – breves anotações acerca do estatuto ético do Direito moderno. In: DORA, D. D. (Org.) *Masculino feminino*. Igualdade e diferença na justiça. Porto Alegre: Sulina, 1997, p. 31/42.

²⁴⁶ HEILBORN, M. L. Corpo, sexualidade e gênero. In: DORA, D. D. (Org.) *Masculino feminino*. Igualdade e diferença na justiça. Porto Alegre: Sulina, 1997, p. 49.

2.3. Em busca da masculinidade “perdida”

*Seja duro consigo mesmo,
Casto na intensidade de sua força
e na paixão de sua sexualidade,
Amor e luxúria devem ser mantidos separados.
Assim como vida e morte são opostos.
Mas vida e honra formam uma só coisa.*

Josef Weinheber (poeta alemão)

Nas discussões a respeito das questões de gênero, até há bem pouco tempo, o conceito de masculinidade era considerado óbvio²⁴⁷. Tornando-se assim, o ideal de uma sociedade estabelecida e ordenada. Como a noção de homem normal era clara e objetiva, a atenção voltou-se, em vez disso, para os (as) excluídos (as) ou marginalizados (as) pela sociedade, pois eles (as) haviam sido ignorados (as) pelos (as) historiadores (as). Mas atualmente diversos (as) pesquisadores (as) tratam de investigar em maior profundidade a imagem histórica da masculinidade, tão marcante na sociedade moderna²⁴⁸, e também o papel que os (as) excluídos (as) ou marginalizados (as) tiveram na construção dessa imagem. Os (as) que estão dentro e os (as) que estão fora não podem ser separados (as) facilmente; historicamente, vinculam-se entre si. “Normais e anormais”, “degenerados (as) e sadios (as)” fazem parte de um mesmo contexto.

*A masculinidade foi a rocha sobre a qual a sociedade burguesa construiu boa parte de sua auto-imagem, mas a imagem idealizada da masculinidade parece igualmente importante para a evolução da chamada sexualidade anormal, em grande parte determinada pela contra-imagem que faziam representar. Todos os marginalizados da sociedade, sejam judeus, homossexuais ou ciganos, compartilham muitos dos mesmos estereótipos e atitudes no que concerne à sociedade.*²⁴⁹

Nossa cultura, pelo menos até finais do século XX, é permeada por valores machistas e heterossexistas. Aos homens cabe o controle da sociedade, enquanto às mulheres, é reservado o espaço privado do lar. Essa perspectiva ambivalente é encontrada

²⁴⁷ MOOSE, G. L. Masculinidade e decadência. In: PORTER, R. (Org.) *Conhecimento Sexual, Ciência Sexual*. A história das atitudes em relação à sexualidade. São Paulo: UNESP, 1998.

²⁴⁸ NOLASCO, S. (Org.) *O Mito da Masculinidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.; e ALBUQUERQUE Jr., D. M. Os nomes do pai: a edipianização dos sujeitos e a produção histórica das masculinidades. In: RAGO, M. , ORLANDI, L. B. L. e VEIGA-NETO, A. (Orgs.) *Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

²⁴⁹ MOOSE, G. L. Masculinidade e decadência. Op. Cit., p. 304.

no cerne das situações de violência, pois os machos aprendem que para serem “verdadeiros machos” não podem ser confundidos com as fêmeas ou com os “maricas”. A busca pela virilidade é demonstrada na procura incessante por substâncias afrodisíacas que melhoram o desempenho sexual como a pílula Viagra, por exemplo.

A afirmação constante da virilidade torna-se um traço de personalidade nos homens. Ocorre então, a transformação de uma identidade, constituída historicamente em essência social e em “destino”.²⁵⁰ Na cultura brasileira, vemos frequentemente o uso da virilidade: na violência conjugal, na homofobia, nas brigas de torcida. Contudo, devemos perceber também, que não só os (as) homossexuais e as mulheres são vítimas do machismo, mas os próprios homens se tornam prisioneiros dessas representações e valores.

*A virilidade, deve ser percebida, como uma noção eminentemente relacional, construída diante dos outros homens, para os outros homens e contra a feminilidade, por uma espécie de medo do feminino, e construída, primeiramente, dentro de si mesmo.*²⁵¹

A celebração dos valores viris tem sua contrapartida nos medos e nas angústias que o feminino faz emergir. Assim, a busca constante pelo ideal de virilidade, pode tornar-se o princípio de uma enorme fragilidade, e esta leva, paradoxalmente, ao recurso, obrigatório por vezes, à violência ou uso das agressões físicas.

É significativo que os homens brasileiros associem o pênis a armas de diferentes tipos. Frequentemente observamos vocábulos como “pistola”, “pau”, “cassete”, referindo-se ao órgão masculino e ouvimos a afirmação “Eu sou espada” demonstrando a co-relação entre penetração e dominação. Conforme Richard Parker, essas ligações explicitam a relação entre a virilidade e a violência na tradição brasileira²⁵².

Analisando processos criminais onde as vítimas são homossexuais, percebemos o jogo de força que se realiza entre a afirmação da virilidade e um de seus “opostos”, a homossexualidade. Em três casos de homicídio, que serão tomados nesta parte do capítulo para discussão, observamos a “angústia” que a subtração da masculinidade, ou a sua possibilidade de perda, suscita nos homens. O contato homoerótico causa medo aos “ditos”

²⁵⁰ BOURDIEU, P. A dominação masculina. In: *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol 20, nº 2, 1995.

²⁵¹ BOURDIEU, P. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, p. 67.

²⁵² PARKER, R. *Corpos, Prazeres e Paixões*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1998.

machos heterossexuais e estes se sentem “inferiorizados” diante das demais pessoas se forem identificados como sendo amantes dos homossexuais.

1º CASO:

No ano de 1988, um assassinato chocou a cidade de Uberlândia, devido à crueldade dos autores do crime. A vítima, uma pessoa paraplégica, foi brutalmente esfaqueada por dois homens que se sentiram ofendidos ao receber a proposta de praticar sexo com um homossexual²⁵³.

Anísio C., de 34 anos, ficara paraplégico devido a um tiro que recebera na coluna. Movimentava-se com a ajuda de um triciclo motorizado. Conforme depoimento de seus vizinhos, ele era conhecido no bairro tanto pela deficiência quanto por sua homossexualidade. Esta última parecia chamar mais a atenção do que sua incapacidade:

*embora a vítima sempre reconhecesse que era travesti, o fato é que ainda assim o povo lá gostava muito dele;*²⁵⁴ (sic)

E ainda:

*a vítima era considerada “travesti”, que muito embora fosse assim considerado, era um pobre coitado;*²⁵⁵ (sic)

Em uma noite se sexta-feira, Anísio C. se aproximou de dois homens que estavam bebendo em um bar. Disse a eles que gostaria de ter relação sexual com um deles. Otacílio e Walner, com 29 e 31 anos respectivamente, a princípio recusaram a proposta de Anísio. Assim, iniciou-se uma discussão entre os três. Conforme o depoimento das testemunhas, a vítima continuou a insistir no seu pedido, chegando a praguejar contra os acusados. Estes então, aparentemente, aceitaram a proposta de Anísio.

Conforme o depoimento do dono do bar, um dos acusados, Otacílio, saiu

*dizendo que ia comer o cú de Anísio.*²⁵⁶ (sic)

²⁵³ Paraplégico é assassinado com 80 facadas no Bairro Altamira II. In: *Jornal Correio*, Uberlândia, 28 de março de 1988. Ver também: No banco dos réus os assassinos do Bairro Altamira II. In: *Jornal Correio*, Uberlândia, 01 de junho de 1990.

²⁵⁴ Depoimento de Josías A. Processo nº 702980210588, de 27/03/1988, arquivado na 1ª Vara Crime, p. 13.

²⁵⁵ Depoimento de Maria de L. Processo nº 702980210588, de 27/03/1988. Op. Cit., p. 18.

²⁵⁶ Depoimento de Josías A. Processo nº 702980210588, de 27/03/1988, arquivado na 1ª Vara Crime, p. 13.

Os dois amigos e a vítima se retiraram do bar e se dirigiram para um lugar deserto, onde ocorreu o crime. A seqüência dos acontecimentos que levaram à morte de Anísio foi assim descrita por um dos acusados:

esclarece ainda o declarante que antes de começar a dar as facadas em Anísio, ele mais Teia [Walner] derrubaram Anísio da cadeira motorizada e então ele caído e sem poder se levantar, começaram então a desferir as facadas, além ainda de chutes e socos;²⁵⁷

Após cometer o crime os acusados abandonaram o corpo da vítima no local e se dirigiram para suas casas. A polícia foi chamada horas depois por uma pessoa que encontrou o cadáver. Passado algum tempo, a polícia conseguiu descobrir os suspeitos do crime prendendo-os logo em seguida.²⁵⁸

No bairro onde moravam a vítima e os acusados, as discussões gravitaram sobre a crueldade do crime. Além das condições físicas nas quais se encontrava a vítima e o modo como o homicídio ocorreu, também chamou a atenção da população, o número de golpes deferidos no corpo de Anísio: cerca de 80 facadas.

O delegado demonstrou sua indignação no relatório que enviou ao Ministério Público:

os acusados usaram de extrema crueldade contra a vítima, que foi colocada fora de qualquer resistência, porque antes de ser assassinada, foi jogada fora de seu triciclomotor, tirando assim, todos os seus meios de movimentar, visto o seu estado físico;²⁵⁹ (sic)

Estando os acusados presos e o processo caminhando na Justiça Criminal, as discussões que surgiram nos jornais da cidade giraram em torno das motivações do crime. E aqui, nos propomos a discutir, não utilizando os mesmos pressupostos que os semanários da época, os motivos desse crime que obteve grande repercussão. Que razões teriam os acusados para agir de forma brutal contra uma pessoa da qual poderiam se desvencilhar facilmente? O que o comportamento da vítima suscitou nos assassinos? O que aconteceu para emergir tanta violência?

²⁵⁷ Depoimento de Otacílio ao delegado. Processo nº 702980210588, de 27/03/1988, arquivado na 1ª Vara Crime, p. 3.

²⁵⁸ Paraplégico é assassinado com 80 facadas no Bairro Altamira II. In: *Jornal Correio*, Uberlândia, 28 de março de 1988.

²⁵⁹ Considerações do delegado, enviadas ao Ministério Público. Processo nº 702980210588, de 27/03/1988. Op. Cit., p. 15.

Um caminho que pode ser utilizado para elucidar as interrogações acima perpassa pelas questões de gênero e, principalmente, pela noção de masculinidade. Como vimos Anísio era visto como um “pobre coitado” pelos (as) vizinhos (as). E também, ele possuía “uma dupla deficiência”, conforme a fala do Juiz, durante a leitura da sentença que condenou os réus a 17 anos de prisão.

Assim, com tamanha desgraça (defeito físico em ambos os sentidos), com tanto requinte de perversidade (que foi o crime), e considerando a natureza do crime, considerando a larga repercussão que o crime teve na época, considerando o número de ferimentos provocados na vítima, considerando ser a vítima aleijada e homossexual, declaro os réus culpados pelo crime em questão.²⁶⁰ (sic)

Os algozes da vítima eram “machos”, ou se consideravam como tal, na dupla acepção da palavra: no sentido biológico e no sentido sócio-cultural. Este último interessa mais à nossa discussão. O significado socialmente aceito do “ser homem” está ligado a um conjunto de atitudes, idéias, valores, símbolos e comportamentos. Se portar de forma masculina é tomar a frente das coisas, agir com razão e tomar decisões, ser sujeito de seu destino e não ser dominado pelos outros. Às condutas adequadas ao homem, cabem também, a defesa de sua honra e a de sua família, a proteção de seu prestígio, fama e reputação. Conforme Peter Gay, a virilidade deve ser entendida como capacidade reprodutiva, sexual e social, e também como aptidão ao combate e ao exercício da violência, sobretudo em caso de vingança²⁶¹. Assim, o que os acusados tentaram ao assassinar Anísio, foi recuperar ou não deixar que sua masculinidade fosse manchada por um homossexual. Ao dizer que iria “comer o cú de Anísio”, Otacílio deu uma amostra de quem dominaria a situação. O assédio de Anísio incomodou os acusados, pois, retirou-lhes seu lugar de homem: a iniciativa na busca do contato sexual como também, sentiram-se humilhados por um homossexual, um “pobre coitado”. O que os acusados fizeram foi demonstrar quem é que manda, restabelecer a ordem das coisas, o lugar de cada um.

O assédio de Anísio teria deixado os acusados ofendidos. Segundo Otacílio:

que a vítima era homossexual e sempre que encontrava com o acusado presente falava bobagens;²⁶² (sic)

²⁶⁰ Sentença pronunciada pelo Juiz da 1ª Vara Crime de Uberlândia. Processo nº 702980210588, de 27/03/1988, arquivado na 1ª Vara Crime, p. 58.

²⁶¹ GAY, P. *A Experiência Burguesa da Rainha Vitória a Freud. O cultivo do Ódio*. Op. Cit.

²⁶² Depoimento de Otacílio ao delegado. Processo nº 702980210588, de 27/03/1988, arquivado na 1ª Vara Crime, p. 3.

Quando um homem é ofendido ou constrangido em público, na maioria dos casos, reage da mesma forma ou de modo mais agressivo. A masculinidade é moldada de forma relacional, frente a outros homens e para outros homens. Como a honra é experimentada diante dos outros, a virilidade tem que ser validada pelos outros homens; *em sua verdade de violência real ou potencial, e atestada pelo reconhecimento de fazer parte de um grupo de “verdadeiros homens”*.²⁶³

Sendo Anísio um homossexual, ele deveria conhecer o “seu lugar”; o dos homens efeminados semelhantes às mulheres. A vítima então, não demonstrou respeito aos “verdadeiros machos”, não demonstrou deferência a quem mandava. Roberto Damatta, ao estudar a violência no Brasil, considera que ela é pensada muito mais como um mecanismo social do que como um processo. Dessa forma, a violência é usada de modo a compensar as desigualdades; de classe, como também, as de gênero, envolvendo homens e mulheres, hetero e homossexuais. Assim, o assassinato de uma pessoa, serviria, conforme Damatta, para restabelecer a ordem das coisas²⁶⁴.

É importante assinalar que o advogado de defesa utiliza como argumento, a tese de que a vítima teria maculado a hombridade de seus clientes e estes agiram em defesa de sua honra.

*Apuramos ainda, que a vítima, tinha gênio irascível, chegando mesmo a agredir várias pessoas na cidade com copos de cerveja e que cortara o rosto de um amigo com uma gilete, e que com relação aos acusados, provocou e zombou deles no bar;*²⁶⁵ (sic)

Ora, será que o comportamento da vítima deveria ser alvo de tamanha violência? Pierre Bourdieu coloca que muitos atos de covardia surgem quando se tem medo de perder a estima ou a consideração do grupo ao qual a pessoa pertence; seja de trabalho ou de amigos. “Quebrar a cara” diante dos companheiros e se ver remetido à categoria, tipicamente feminina, dos “fracos”, dos “delicados”, dos “mulherzinhas”, dos “veados”, são situações que levam os homens a agirem de forma agressiva e em muitos casos, com crueldade. *Por conseguinte, o que chamamos de “coragem” muitas vezes tem suas raízes em uma forma de covardia: para comprová-lo, basta lembrar todas as situações em que,*

²⁶³ BOURDIEU, P. *A Dominação Masculina*. Op. Cit., p. 65.

²⁶⁴ DAMATTA, R. *As raízes da violência no Brasil*. Reflexões de um antropólogo social. Op. Cit.

²⁶⁵ Alegações do advogado de defesa. Processo nº 702980210588, de 27/03/1988. Op. Cit., p. 49.

*para lograr atos como matar, torturar ou violentar, a vontade de dominação ou de opressão baseou-se no medo “viril” de ser excluído do mundo dos “homens” sem fraquezas, dos que são por vezes chamados de “duros” porque são duros para com o próprio sofrimento e sobretudo para com o sofrimento dos outros (...).*²⁶⁶

Se retomarmos aqui o conceito de *álibi social* para a agressão, conforme Peter Gay, e as suas três modalidades; a da concorrência, do outro conveniente e do culto da masculinidade, poderemos considerar que os acusados agiram orientados pela última justificativa. O citado autor considera que os valores ligados ao culto da masculinidade receberam extraordinária valorização na história do Ocidente, perdurando a partir de crenças e valores até a atualidade.²⁶⁷ Desde a Antigüidade Clássica que a educação dos homens está pautada pela busca da defesa da honra pessoal, pelas atitudes de coragem e bravura e pela recusa dos aspectos ligados ao universo feminino. A exibição destes aspectos para corroborar a imagem masculina deve ser uma constante para que não se perda o status social de “macho”. A exacerbação da masculinidade pode, contudo, levar ao medo descontrolado contra aqueles segmentos que vão contra ou não se caracterizam pelo comportamento viril.

O medo de ser considerado ou percebido como homossexual pode levar a conseqüências irracionais. Isso pode ser visto na violência exacerbada que freqüentemente caracteriza os crimes contra homossexuais: torturas gratuitas e mais de uma centena de facadas. Se dez golpes bastam para matar, que explicação dar às outras setenta facadas dadas pelos acusados contra Anísio.

Os homicídios de homossexuais foram identificados, segundo Luis Mott, como *overkill*, isto é, chamados “sobre morte” ou crimes de ódio.²⁶⁸ Os assassinos procuram matar aquilo que está além do corpo da vítima: o medo que a homossexualidade ou a efeminização representa para o macho. Quando o medo se transforma em impotência, quando os machos não vêem saída, geralmente, a resposta é a violência. E isto, nós veremos no próximo caso.

²⁶⁶ BOURDIEU, P. *A Dominação Masculina*. Op. Cit., p. 66.

²⁶⁷ GAY, P. *A Experiência Burguesa da Rainha Vitória a Freud. O cultivo do Ódio*. Op. Cit.

²⁶⁸ MOTT, L. Os homossexuais: as vítimas principais da violência. In: VELHO, G. e ALVITO, M. (Orgs.) *Cidadania e Violência*. Op. Cit.

2º Caso:

Neste processo criminal veremos como as desigualdades de gênero se relacionam com as assimetrias de classe social, fazendo com que pessoas que ocupam lugares semelhantes na hierarquia de gênero sejam vistas ou julgadas de modo diferenciado.

Fernando J., um pedreiro de 25 anos, se encontrava no trevo da rodovia que liga Araguari²⁶⁹ a Uberlândia, a espera de carona. Naquele dia havia consumido bebida alcoólica após discutir com sua esposa. A desavença foi o motivo alegado por Fernando para vir a Uberlândia e dormir na casa de seus pais que residiam em um bairro afastado do centro da cidade.²⁷⁰

Por volta das nove horas da noite, um carro branco parou à frente de Fernando e seu condutor sinalizou para que ele entrasse no veículo. O motorista era um conhecido cirurgião plástico de Uberlândia, seu nome era Davi T., tinha 45 anos e era homossexual. No trajeto da viagem, o médico parou o carro algumas vezes e, conforme o depoimento do pedreiro, tentou praticar sexo oral com ele, mas o pênis de Fernando não entrava em ereção. Chegando próximo ao bairro onde os pais do pedreiro moravam, o médico disse que queria “comer” o pedreiro. E este reagiu de forma agressiva:

A vítima parou e rapidamente tirou suas próprias vestes e veio para cima do declarante, abraçando-o, (...) e dizia que queria “comer” o declarante, demonstrando que estava muito excitado. O acusado disse que então iria tentar “comê-lo” primeiro, se conseguisse, a vítima poderia fazer o mesmo consigo. Nesse momento estavam dentro do carro quando a vítima se virou de costas para o declarante, e este agarrou-a pelo pescoço dando-lhe uma gravata,..²⁷¹ (sic)

Após enforcar a vítima, Fernando jogou o corpo do médico para fora do carro, chegando a passar com o veículo sobre o cadáver. Transtornado, Fernando se dirigiu até a casa dos pais aos quais contou toda a história. Com a ajuda do irmão levou o automóvel da vítima que ainda estava em seu poder e o abandonou em um lugar deserto.

²⁶⁹ Araguari é uma cidade que se encontra localizada a 25 quilômetros de Uberlândia. Possui cerca de 100 mil habitantes e se destaca pela produção de café.

²⁷⁰ Dados retirados do Processo nº 702990036718, de 19/05/1999, arquivado na 1ª Vara Crime; ps. 4, 5 e 6.

²⁷¹ Depoimento de Fernando ao delegado. Processo nº 702990036718, de 19/05/1999. Op. Cit., p. 5.

O corpo da vítima foi encontrado na manhã seguinte por pessoas que passaram pelo local do crime²⁷². Fernando J. se entregou à polícia em uma Delegacia de Araguari alguns dias depois para fugir do flagrante²⁷³. Este homicídio alcançou grande notoriedade devido ao status social ocupado pelo médico na sociedade uberlandense. Mas antes de discutir este aspecto, analisaremos a conduta do acusado.

Durante o processo, Fernando se coloca contra a prática da homossexualidade, tentando reiterar suas características de pai de família, bom marido e homem trabalhador. Sendo uma pessoa com tais “requisitos”, o que levou o acusado a praticar o crime? O medo de ser penetrado, ou “comido”, poderia ser uma das motivações para o homicídio?

Segundo os depoimentos do acusado, percebemos que ele se sentiu impotente frente ao assédio da vítima. Por estar alcoolizado deve ter se visto vulnerável, principalmente, porque não pode satisfazer os desejos do médico. Não conseguiu ser ativo na relação e corria o risco de se tornar passivo.

*Meu amigo, mesmo, se você fosse uma mulher, eu não te comia. O meu pau não levanta. Nunca aconteceu comigo,*²⁷⁴ (sic)

Muitos homens consideram que possuir uma mulher ou agir de forma ativa numa relação hetero ou homossexual, reforça a alteridade desejada, afastando o espectro negativo da identidade masculina: ter uma mulher para não ser uma mulher. Para alguns, o fato de não ser homossexual basta como garantia de masculinidade. Assim, o fato de não ter ereção e de não poder “comer” o médico deixou o pedreiro transtornado.

Segundo Badinter, no meio masculino existe a convicção de que a atividade sexual confirmaria o gênero: o homem é homem quando está em ereção. Portanto, qualquer dificuldade com seu pênis é uma fonte de profunda humilhação e desespero, um indício da perda da masculinidade²⁷⁵. Assim, Fernando deve ter se sentido “meio homem” quando percebeu que seu pênis não ficava ereto. O “nunca aconteceu comigo” é um sinal de que o homem deve ser homem a todo o momento e jamais deve falhar.

²⁷² Médico é encontrado morto em condição misteriosa. In: *Jornal Correio*, Uberlândia, 19 de maio de 1999.

²⁷³ Preso suspeito de matar médico em Uberlândia. In: *Jornal Correio*, Uberlândia, 24 de maio de 1999.

²⁷⁴ Depoimento de Fernando ao delegado. Processo nº 702990036718, de 19/05/1999. Op. Cit., p. 5.

²⁷⁵ BADINTER, E. XY. *A Identidade Masculina*. Op. Cit.

*Para quebrar a identificação entre desempenho sexual e masculinidade é preciso aprender a dissociar sexualidade e sentimento de virilidade. A confirmação da masculinidade não é obrigatoriamente um pênis ereto.*²⁷⁶

Quando o médico disse que queria “comê-lo”, o que o acusado deve ter pensado? Nas relações homossexuais, quando ocorre a penetração de um sobre o outro, afirma-se a superioridade de um, “feminizando-se” o outro. Quem sofre a penetração sofre a desonra e a perda do estatuto de homem íntegro e de cidadão. Isto ocorre desde a Antiguidade Clássica dentre os gregos e romanos, resguardando-se as especificidades dos tempos históricos. A pior humilhação para um homem que se considera macho, então, é ser transformado em mulher.

*Se a relação sexual se mostra como uma relação social de dominação, é por que ela está construída através do princípio de divisão fundamental entre o masculino, ativo, e o feminino, passivo, e porque este princípio cria, organiza, expressa e dirige o desejo – o desejo masculino como desejo de posse, como dominação erotizada, e o desejo feminino como desejo da dominação masculina,(...).*²⁷⁷

Fernando então, não resistiu ao ver o médico debruçado sobre os bancos do carro aguardando para ser penetrado. Aplicou-lhe uma gravata, sufocando Davi T. até a morte. Não furtou nada do médico, levou o carro abandonando-o depois. Manteve dessa forma, sua integridade física, matou para não ser desonrado, ou diríamos penetrado. Uma vida por sua reputação de macho.

Fernando J. se esmerou para livrar sua imagem de qualquer conotação negativa. As testemunhas que depuseram a seu favor enfatizaram as suas características de bom pai, pessoa tranqüila e trabalhadora, dentre outras. E rechaçaram principalmente, as idéias que poderiam ligar o acusado à homossexualidade. Ao ser questionado por um repórter se alguma vez havia saído com um homossexual, Fernando respondeu que:

*Nunca eu peguei uma carona assim, e nunca peguei carona assim com esse tipo de pessoa. Eu não pensava que ele fosse fazer isso comigo.*²⁷⁸
(sic)

²⁷⁶ Idem, p. 129.

²⁷⁷ BOURDIEU, P. *A Dominação Masculina*. Op. Cit., p. 31.

²⁷⁸ Pedreiro que matou médico dá entrevista ao Correio. In: *Jornal Correio*, Uberlândia, 24 de junho de 1999, p. 18.

Durante o julgamento, a defesa procurou salientar que Fernando agira de modo irracional, transtornado pelo “violento assédio do médico”. Contudo, a promotoria se valeu da posição da qual gozava Davi T. na sociedade como também do *modus operandi* do crime. O promotor na maior parte do tempo de suas alegações buscou enquadrar o réu pela prática de homicídio qualificado e com agravantes. Constituiu estratégia da acusação, caracterizar a ocorrência em sua maior gravidade, postura que procurou manter até o desfecho do processo. Não raro valeu-se das circunstâncias qualificadoras contidas no próprio Código Penal, indicativas da prática delituosa motivada por torpeza - passar o carro sobre o corpo da vítima - e futilidade - o assédio sexual.

Em contrapartida, a defensoria cuidou de atenuar as circunstâncias do crime, buscando desqualificá-lo, mostrando ser um “homicídio simples”. O defensor de Fernando tentou reafirmar sua adequação aos modelos sociais e exacerbou a situação de assédio promovida pela vítima.

A tática da defesa não logrou êxito. Contra Fernando pesou a aceitação pública da imagem da vítima: bom médico, socialmente atuante, dentre outras. Em que pese sua homossexualidade e sua conduta na situação do crime, nada ofuscou a representação que dele se fazia. Somente duas testemunhas, que não o conheciam diretamente, cogitaram sua orientação sexual, por ouvir de outras pessoas, e muitos foram os elogios direcionados a sua competência profissional. Segundo Sérgio Adorno, este tipo de comportamento durante o julgamento é comum, pois, em torno da sentença judicial gravita todo um mundo social com seus dilemas, dramas, impasses e infortúnios.²⁷⁹

O assassinato do médico causou grande comoção na sociedade uberlandense. Desse modo, elementos passionais imiscuíram-se no julgamento, demonstrando que duas linhas de ação percorreram os autos criminais: aquela que apela para regras fixas e formais e outra, que emerge a partir de normas sociais, não escritas e informais, sob o ponto de vista de quem julga.²⁸⁰

Fernando foi condenado a 18 anos de prisão. Seu crime foi considerado homicídio qualificado e com agravantes. Com relação a Davi T., muitas foram as manifestações de

²⁷⁹ ADORNO, S. Crime, justiça penal e desigualdade social. As mortes que se contam no tribunal do júri. Op. Cit.

²⁸⁰ Idem.

solidariedade com a família e de respeito a sua pessoa. Um artigo de jornal, intitulado “Davi T., um grande uberlandense”, publicado logo após sua morte, demonstra o que foi dito:

Uberlândia perdeu, esta semana, um grande médico e uma grande figura humana. Davi T., cirurgião plástico, era um profissional de medicina exemplar e dedicado. (...) Sua morte prematura é uma perda irreparável para a família, para seus colegas médicos e para os muitos desvalidos que ele auxiliou, naquele tipo de caridade discreta que pauta a vida das pessoas de bom coração.

Davi T. morreu sob condições trágicas. A violência do crime fez com que o caso ganhasse repercussão pública, o que é perfeitamente compreensível. A causa está supostamente relacionada a aspectos estritamente pessoais da vida do médico e é impossível realizar uma correta cobertura jornalística sem se referir a eles, ainda que com a devida omissão de detalhes que só têm relevância para mentes sórdidas.

Davi T. merece ser lembrado pelo seu legado como bom médico e bom cidadão. (...)

Esta é a imagem pela qual ele merece ser lembrado e é sem dúvida, a imagem que teria sido preservada se ainda estivesse vivo.²⁸¹ (sic)

Este processo é relevante para demonstrar que nossa cultura condena ou aprova certas condutas, como a homossexualidade, por exemplo, quando praticada por alguém pertencente a um determinado grupo ou extrato social. A análise contribui para desfazer a imagem de uma justiça cega, neutra e igualitária, revela os debates e disputas de poder no interior dos tribunais e aponta para a complexidade dos processos.

Para demonstrar a complexidade deste processo é necessário ver as declaração do advogado de defesa após o julgamento:

A justiça foi feita. O réu deveria ser condenado, tendo em vista a ação violenta e covarde praticada por ele contra o conceituado cirurgião plástico Davi T., que causara grande revolta na sociedade uberlandense.²⁸² (sic)

Conforme afirma Foucault:

... seria hipocrisia ou ingenuidade acreditar que a lei é feita para todo mundo em nome de todo mundo; que é mais prudente reconhecer que ela é feita para alguns e se aplica a outros; que em princípio ela obriga a todos os cidadãos, mas se dirige principalmente às classes mais numerosas e menos esclarecidas; que, ao contrário do que

²⁸¹ Davi T., um grande uberlandense. In: *Jornal Correio*, Uberlândia, 22 de maio de 1999, p. 2.

²⁸² Pedreiro é condenado a 18 anos de prisão. In: *Jornal Correio*, Uberlândia, 13 de novembro de 1999, p. 13.

*acontece com as leis políticas ou civis, sua aplicação não se refere a todos da mesma forma; que nos tribunais não é a sociedade inteira que julga um dos seus membros, mas uma categoria social encarregada da ordem sanciona outra fadada à desordem. (...) A lei e a justiça não hesitam proclamar sua necessária dessimetria de classe.*²⁸³

Se seguirmos o raciocínio de Foucault, poderemos dizer que enquanto Fernando buscou defender sua honra como homem ou macho, e estes valores para as classes populares são muito importantes²⁸⁴; contudo, os magistrados que “exercem a justiça”, procuraram reparar a perda de uma pessoa que compunha seu grupo social.

²⁸³ FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. A história da violência nas prisões. Op. Cit., p. 243.

²⁸⁴ OLIVEIRA, P. P. M. Crises, valores e vivências da masculinidade. In: *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, nº 56, 2000.

3º CASO:

O contrário do caso anterior pode ser observado em outro processo, onde a morte de um homossexual por seu jovem companheiro não suscitou tantos debates. Neste último processo, veremos, como durante o decorrer de um julgamento a adequação aos modelos socialmente construídos são relevantes para o resultado final de absolvição ou condenação. Como também, observaremos o papel desempenhado pelos personagens e sua influência na declaração da sentença.

Marlon, de 18 anos, e Sebastião, de 42, mantiveram um relacionamento homossexual por cerca de 2 anos. Os dois trabalharam juntos em uma construção como serventes de pedreiro. Sebastião conheceu Marlon quando morou no fundo da casa deste último, vivendo como inquilino de seus pais. O relacionamento começou devido ao fornecimento de drogas que Sebastião fazia para Marlon.

Um dia Sebastião fotografou Marlon em poses eróticas e passou a chantageá-lo com as fotos. Dizia que se Marlon o deixasse ou o contrariasse mostraria as fotografias à família do rapaz.

Em fevereiro de 1996, em uma noite de sábado, Marlon e Sebastião discutiram e este último disse que iria mostrar as fotos à mãe do rapaz. Marlon foi para sua casa esperar a chegada de Sebastião e quando este se aproximou do portão iniciou-se uma discussão. O rapaz foi até a cozinha e apanhou uma faca, passando a ameaçar Sebastião. Marcelo, irmão de Marlon, percebendo a discussão, partiu para cima de Sebastião, agarrando-o e imobilizando-o. Marlon aproveitou as circunstâncias e desferiu cinco golpes contra Sebastião que caiu no asfalto com o corpo coberto de sangue.

Marcelo ainda chutou o corpo da vítima enquanto Marlon corria para dentro de casa. Os vizinhos chamaram a polícia para socorrer a vítima que faleceu no hospital. Marcelo se apresentou ao Coronel da Companhia do Exército a qual servia como soldado. Seu irmão foi preso na rodoviária de Uberlândia enquanto esperava um ônibus para fugir²⁸⁵.

Este processo é significativo por demonstrar como as circunstâncias de um crime podem ser modificadas, alterando-se suas conclusões, conforme a atuação e as estratégias dos “atores ou atrizes” que tomam parte na discussão dos fatos. Mariza Corrêa considera

²⁸⁵ Dados retirados do Processo nº 702960094176, de 06/02/1996, arquivado na 3ª Vara Crime.

que os autos criminais são de certo modo uma invenção, uma obra de ficção social. Reproduzindo suas palavras: *No momento em que os atos se transformam em autos, os fatos em versões, o concreto perde quase toda a sua importância e o debate se dá entre os atores jurídicos, cada um deles usando a parte do “real” que melhor reforce o seu ponto de vista. Neste sentido é o real que é processado, moído até que se possa extrair dele um esquema elementar sobre o qual se construirá um modelo de culpa e um modelo de inocência.*²⁸⁶

Sendo assim, comecemos nossa análise pelo motivo do crime: a tentativa de divulgação das fotos e da relação homossexual.

Em muitos relacionamentos homossexuais o que se observa é a permanência do silêncio sobre a relação. Isto é, o caso amoroso não deve ser publicizado, a homossexualidade ou o contato homoerótico precisa ser mantido em segredo. Devido ao preconceito que recai sobre quem é visto como homossexual; tais ligações estão relegadas ao obscurantismo. Muitos (as) sabiam do caso entre Marlon e Sebastião, mas na família do rapaz não se discutia tal assunto.

Sebastião ao ameaçar publicizar a relação e as fotos, agiu no sentido de romper uma ligação contratual baseada no silêncio e na dissimulação. Tanto que, nos depoimentos do acusado, de seu irmão e de seus pais, há uma veemente tentativa em afastar Marlon da homossexualidade e caracterizar somente Sebastião como gay. Ao romper a relação Sebastião merecia o castigo, pois, acabaria por manchar a honra do rapaz e de sua família. A vergonha iria se abater sobre ele “poluindo” sua imagem de homem normal ou de macho, principalmente por que nas fotos havia posições onde Marlon aparece como passivo durante o coito sexual.²⁸⁷

No depoimento ao delegado Marlon disse que:

*Sebastião passou a assediar o declarante dizendo que se o declarante não “liberasse” para ele iria contar sobre isso a seus pais; que o declarante diz que “liberar” é manter relação sexuais, homossexuais, praticando sexo anal e outras variações; (...) o declarante se diz um homem normal, que não é homossexual e que mantinha esse tipo de relacionamento com a vítima com medo das chantagens que sofria;*²⁸⁸ (sic)

²⁸⁶ CORRÊA, M. *Morte em Família*. Op. Cit., p. 40.

²⁸⁷ As fotografias estão anexadas ao processo e puderam ser analisadas. Existem cerca de 12 fotos, onde o acusado e a vítima se apresentam em diferentes poses eróticas, usando bebidas alcoólicas.

²⁸⁸ Depoimento de Marlon ao delegado. Processo nº 702960094176, de 06/02/1996. Op. Cit., p. 3.

Enquanto o pai dos acusados declarava aos jornais que:

*O morto era homossexual e vivia perseguindo meu filho. Marlon é uma pessoa normal, trabalha e estuda.*²⁸⁹

Instaurado o inquérito, o processo foi encaminhado para o promotor de justiça que apresentou denúncia contra Marcelo e Marlon. A promotoria utilizou a estratégia de qualificar o crime e de agravar a ação dos acusados, visando a favorecer a condenação.

*Os acusados agiram de maneira fria e premeditada, covarde e traiçoeira, com uma faca de cozinha, eliminaram a vítima Sebastião R. V. com cinco violentos golpes, (...).*²⁹⁰ (sic)

Contudo, a tática empregada pela defesa mostrou-se vencedora devido a diversos aspectos que dão singularidade a este processo. Para começar, na leitura do primeiro depoimento de Marlon ao delegado, observamos que o acusado disse que havia apanhado a faca na cozinha de casa e esfaqueado Sebastião. Mas ao ser entrevistado pelo Juiz no dia do julgamento, ele declarou que quem estava com a arma do crime era a vítima e que a tomou de suas mãos para depois cometer o assassinato. A arma do crime, então, mudou de mãos ao longo do processo. Prestando atenção, localizamos outros elementos significativos.

No dia do crime, Marlon disse ao Delegado que estava em casa com sua mãe antes da chegada de Sebastião. No entanto, aos descrever os acontecimentos ao juiz, diz que além de sua mãe estava também na companhia de sua namorada.

E com relação a Marcelo, percebemos que em seus depoimentos, ele tenta se colocar como isento de qualquer atitude agressiva contra Sebastião, mesmo tendo declarado ao delegado, meses atrás, que o imobilizara e o agredira. Disse que não segurou a vítima ou a atingiu e que não teve participação direta no crime.

Que sentido tem essas “pequenas modificações” nos depoimentos dos acusados? Teriam elas influência na decisão do júri? Conforme Sérgio Adorno, devemos perceber os processos criminais como territórios onde se desenvolvem sutis jogos de poder revestidos do saber jurídico. Para Adorno, nestes terrenos não está em pauta a severidade dos procedimentos judiciários ou a justeza das leis, mas a construção de verdades a partir dos depoimentos dos (as) acusados (as) e testemunhas e do trabalho dos “manipuladores

²⁸⁹ Rapaz mata servente de pedreiro no Martins. Segundo a polícia, ambos eram homossexuais e brigaram sábado à noite. In: *Jornal Correio*, Uberlândia, 06 de fevereiro de 1996, p. 10.

²⁹⁰ Alegação do Ministério Público. Processo nº 702960094176, de 06/02/1996. Op. Cit., p. 34.

técnicos”.²⁹¹ Estes seriam os (as) juízes, advogados (as), promotores (as), investigadores (as) e outros indivíduos envolvidos nos procedimentos de apuração dos fatos para compor os processos.

No caso em questão, podemos observar que a estratégia da defesa se orientou no sentido de adequar o principal acusado ao modelo heterossexual e denegrir a imagem da vítima. O experiente advogado construiu sua argumentação visando poluir a vida de Sebastião:

Através deste breve relato Excelentíssimo Juiz a defesa mostra que a vítima, pessoa afamada na violência e na truculência foi quem real e efetivamente provocou toda a confusão, cavando assim, sua própria sepultura.

Sebastião R.V., aqui travestida de infeliz vítima, ao longo de sua vida trouxe o martírio e o medo para incontável número de pessoas, tendo sua ficha de antecedentes criminais tão longa quanto suas peripécias, pois fora processado por quase todos os crimes capitulados no Código Penal,²⁹² (sic)

Além da alegação da defesa, as testemunhas também assumiram um papel importante no processo. Os depoimentos a favor dos réus, constituíram a base dos argumentos do defensor tanto para condenar o comportamento de Sebastião quanto para sanear a identidade dos ofensores.

o depoente não pode informar com exatidão se a vítima era homossexual, (...), que a vítima era uma pessoa muito violenta, andava armada e causava constantemente medo no depoente,(...)

os denunciados são pessoas bem relacionadas no bairro e que teriam recebido boa educação; que entende que a vítima era uma pessoa agressiva e violenta,²⁹³ (sic)

O advogado utilizou também a ficha criminal da vítima, ao passo que as testemunhas contribuíram para enaltecer a conduta dos acusados. No decorrer do processo percebemos que ocorreu então, uma inversão simbólica das posições. Marlon, conforme os depoimentos, vai retomando assim a sua masculinidade-heterossexual, torna-se uma pessoa “normal” que foi coagida por um mal feitor e vítima. Enquanto Sebastião passou simbolicamente de vítima para réu: o comportamento agressivo, a homossexualidade e o

²⁹¹ ADORNO, S. Crime, justiça penal e desigualdade social. As mortes que se contam no tribunal do júri. Op. Cit.

²⁹² Alegações da Advogado de Defesa. Processo nº 702960094176, de 06/02/1996. Op. Cit., p. 37.

²⁹³ Depoimento de Marcos A. Processo nº 702960094176, de 06/02/1996. Op. Cit., p. 29.

fato de abandonar sua esposa e suas filhas há alguns anos, depuseram contra sua imagem. Pode-se pensar que o réu antecipou-se à justiça, livrando a sociedade daqueles que agredem, chantageam e perturbam seu funcionamento regular e ordeiro.²⁹⁴

Percebemos que não é apenas o crime ou a pessoa do réu que constitui matéria privilegiada dos tribunais, mas o maior ou menor ajustamento dos personagens a modelos de comportamento considerados legítimos e naturais, como sejam, o de pai provedor do lar, boa esposa, filho prodígio, vizinho solidário. É desse maior ou menor ajustamento que se retiram as razões para condenar ou absolver. Conforme Boris Fausto: *Esse modelo de culpa e de inocência apresentado aos julgadores não se constrói arbitrariamente, mas segundo uma lógica ordenadora constituída por um conjunto de normas sociais. Tais normas abrangem tanto aquelas cuja violação acarreta uma sanção penal como outras que dizem respeito à conformidade com identidades sociais – a conduta adequada segundo sexo, segundo o papel exercido na família etc. Se o comportamento desviante não implica de per si a aplicação da pena, ele é trazido à baila quando as normas do primeiro tipo são transgredidas, transformando-se nessa atualização em “preceito penal”. Ou seja, o comportamento inadequado pode importar em condenação ou em exasperação da pena, produzindo o comportamento oposto o resultado inverso.*²⁹⁵

Quanto à sentença, diferentemente do caso do médico Davi T., não existiram agravantes. Marcelo foi absolvido de qualquer participação no crime. Marlon recebeu a sentença de 2 anos de prisão, com o cumprimento da pena em regime aberto. Talvez o único condenado tenha sido Sebastião por se encontrar fora das normas sociais estabelecidas.

Conforme Sérgio Adorno, não devemos procurar no sistema penal uma relação de equidade entre justiça e equidade jurídica, pois as leis são baseadas no princípio da norma e não existem para instaurar igualdade para aqueles que fogem da média da população.

A distribuição desigual de sentenças condenatórias não é efeito de um desconhecimento profundo das regras e princípios que regem os procedimentos legais e normativos. Tudo releva de outra origem: a de uma justiça penal incapaz de traduzir

²⁹⁴ ADORNO, S. Crime, justiça penal e desigualdade social. As mortes que se contam no tribunal do júri. Op. Cit.

²⁹⁵ FAUSTO, B. *Crime e Cotidiano*. A criminalidade em São Paulo (1880- 1924). São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 32.

*diferenças e desigualdades em direitos, incapaz de fazer de norma uma medida comum, isto é, incapaz de fundar o consenso em meio às diferenças e desigualdades e, por essa via, construir uma sociabilidade baseada na solidariedade.*²⁹⁶

A análise dos processos criminais constitui, desse modo, importante instrumento para o pesquisador que pode captar ao mesmo tempo o significado histórico de dois “acontecimentos” diversos: aquele que produziu a quebra da norma legal e um outro que se instaura, a partir da atuação do aparelho repressivo. Sendo assim, é possível apreender regularidades que permitem perceber valores, representações e comportamentos ligados à violência e à sexualidade humana. E perceber também, momentos ou situações onde o comportamento homossexual é tolerado ou totalmente rechaçado.

²⁹⁶ ADORNO, S. Op. Cit., p. 149.

Capítulo III: Permanências e recusas: homofobia e formas de resistência

3.1. Ainda, a homofobia

Papai não gostou

Quando você era pequeno mamãe
estranhou, papai não gostou
Em vez de um revólver, queria a boneca,
Mamãe a boneca, a bonequinha
A boneca nenê
O que os vizinhos vão pensar?
Largou o Karatê, iããã
Pra fazer *ballet*, pra fazer *ballet*,
Pra fazer *ballet*
E na escola não brigava, nem
Jogava bola
Vivia com tédio
Mamãe estranhou
Papai não gostou
E logo procurou um remédio
Mas o doutor falou: cuidado meu amigo,
A natureza tem seus mistérios e quando ele fez dezessete
Dezessete primaveras
A sua mãe teve um chilique
Ele estava se maquiando na
Penteadeira dela
Usando o seu vestido mais chique
Papai não gostou
Mamãe desmaiou
E seu pai desesperado exclamou:
Não, não pode ser, meu filho
Meu filhinho querido
É um travesti, é um travesti
O que os vizinhos vão pensar?
Você foi expulso de casa
E ficou na rua da amargura
Tentou de tudo, mas já sabia
Seu mal não tem cura, não
Tem cura
Era menor e foi parar no juizado
De lá pro reformatório foi só
Um passo
Mas quando saiu estava bem mudado
Portanto motoristas cuidado:
mulher bonita de madrugada
na rua é perigo

pode ser ele
E ele agora é diferente, ele
Agora mudou
Ele agora: anda armado...²⁹⁷

Além de discutir a violência e a discriminação contra os (as) homossexuais nos processos, faz-se necessário também, investigar a homofobia que perpassa as relações cotidianas. Sendo assim, serão enfocadas as concepções sobre a homossexualidade quando gays, lésbicas e travestis falam sobre família, trabalho, lazer, dentre outros aspectos de suas vidas. Através da análise de entrevistas, buscaremos vislumbrar nos depoimentos, as permanências e as mudanças que envolvem os relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo.

Nesta parte do texto optamos por trabalhar com a História Oral, captando a trajetória de vida de homossexuais, através de seus depoimentos. Muitos (as) pesquisadores (as) já criticaram o uso da história oral. O principal argumento usado por esses críticos era que a memória não é confiável como fonte histórica porque fica distorcida pela deterioração física, em alguns casos, pela nostalgia e emoção dos (as) entrevistados (as) em outros, pelas tendências pessoais tanto do entrevistador como do entrevistado e pela influência das versões coletivas e retrospectivas do passado.²⁹⁸

Contudo, acreditamos que ao contrário, a história oral, torna possível um julgamento mais completo; sendo que as testemunhas podem agora, ser convocadas também dentre as classes subalternas, as pessoas comuns e marginalizadas. Isso propicia uma reconstrução mais realista e mais imparcial do passado, uma contestação do relato tido como verdadeiro e considerado oficial. Ao fazê-lo, a história oral tem um compromisso radical em favor da mensagem social da história como um todo e não apenas com os relatos das pessoas tidas como “vencedoras”, “normais” e “importantes”.²⁹⁹

Para Alessandro Portelli é preciso ouvir aqueles que não foram ouvidos - as pessoas comuns, os trabalhadores, os pobres e os marginalizados, os homossexuais, os negros, as

²⁹⁷ BARRETI, B. & BARNABÉ, A. *Papai Não Gostou*. Vânia Bastos e Arrigo Barnabé. LP “Tubarões Voadores”, 1984.

²⁹⁸ THOMSON, A. Recompondo a memória: questões sobre a relação entre história oral e as memórias. In: *Projeto História*, Dossiê Ética e História Oral, São Paulo, n° 15, 1997.

²⁹⁹ TOMPSON, P. *A voz do passado*. História Oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

mulheres, os colonizados. Na área de atuação do (a) historiador (a), a voz de todos esses indivíduos, antes considerados obscuros, é igualmente importante e necessária.³⁰⁰

Ecléa Bosi, ao trabalhar com a memória de velhos, mostra que o modo de lembrar é individual tanto quanto social³⁰¹. O grupo e a cultura onde vivemos nos transmitem, nos ajudam a reter como também, reforçam as lembranças, os valores e as crenças do nosso tempo histórico. Assim, quando uma pessoa homossexual fala dos conflitos vivenciados devido à sua orientação sexual, ela vai paulatinamente individualizando a memória comunitária, mas, nos fornece elementos para analisar o meio social donde emergem o preconceito e a homofobia.

Alessandro Portelli também considera que a memória pessoal é uma memória social, familiar e grupal. Em suas palavras: *Se considerarmos a memória um processo, e não um depósito de dados, poderemos constatar que, à semelhança da linguagem, a memória é social, tornando-se concreta apenas quando mentalizada ou verbalizada pelas pessoas. A memória é um processo individual, que ocorre em um meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados. Em vista disso, as recordações podem ser semelhantes, contraditórias ou sobrepostas.*³⁰²

Como vimos nos capítulos anteriores, muitas pessoas que apreciam relações sexuais com outras de mesmo sexo têm de lidar com a estrutura familiar brasileira que, apesar da modernização e urbanização, ainda permanece como esteio da sociedade neste país, oferecendo suporte significativo para seus membros e protegendo-os de uma áspera realidade social e econômica. Para muitos, pertencer a uma subcultura social e sexual “semiclandestina”, de um lado, e manter uma relação próxima com sua família de outro, se resolve por meio da adoção de uma complexa vida dupla.³⁰³

A hostilidade de membros da família diante de manifestações de feminilidade nos homens, a descoberta pelos parentes ou pais da vida secreta de alguns, ou o medo da revelação, tudo isso provoca uma variedade de reações. Muitos (as) jovens deixam as casas de seus pais antes de se casarem ou mudam-se para grandes centros urbanos para escapar ao controle diário de suas famílias sem ter de cortar os laços familiares. Ao contrário,

³⁰⁰ PORTELLI, A. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. In: *Projeto História*. Op. Cit.

³⁰¹ BOSI, E. *Memória e Sociedade*. Lembranças de velhos. 2 ed., São Paulo: T. A. Queiroz/ EDUSP, 1987.

³⁰² PORTELLI, A. Op. Cit., p. 16.

³⁰³ MACRAE, E. *A construção da igualdade*. Identidade sexual e política no Brasil da ‘abertura’. Op. Cit.

procuram formas de manterem-se distantes de membros da família que lhes negam apoio ou são abertamente hostis. As estruturas familiares alternativas e as redes de apoio que essas pessoas criam ao integrar-se nas subculturas homossexual dos grandes centros urbanos tornam-se meios fundamentais para que muitos consigam sobreviver e prosperar sem laços estreitos com a família. Com o passar dos anos, essas famílias alternativas transformam-se em uma comunidade, que agora oferece aos gays das grandes cidades uma variedade de opções sociais e mecanismos de apoio que incluem desde bares e casas noturnas até jornais, revistas e organizações ativistas.³⁰⁴

Sendo a família um dos principais meios de suporte social, muitos homossexuais se sentem confusos com relação à sua sexualidade. Muitos pais se utilizam de críticas abertas às pessoas declaradamente homossexuais como forma de garantir que os filhos não apresentem tal conduta. No depoimento de Marcelo, artesão de 36 anos, percebemos como sua família construiu uma imagem negativa sobre a homossexualidade com o intuito de coibir qualquer manifestação homoerótica em seu seio:

Eu venho de uma família muito castradora, conservadora, tradicional até ao extremo; eles têm o conceito de gay como pederasta, o gay é aquele que se veste de mulher. Para eles é um homem afeminado, o passivo, que faz programa e eu não conseguia ver isso. Então eu nunca me abri com minha família, olha porque eu já conhecia a opinião dos meus pais. Aí, eu me fechei. Dos 15 aos 18 anos eu passei uma época muito difícil da minha vida. Porque eu queria conversar com meus pais, falar o que eu era, mas não tinha abertura. Então eu corria, corria para a biblioteca para me informar, para assistir filmes, lia alguns artigos, e na cabeça de um adolescente isso é muito preocupante, eu queria saber porque eu vim diferente, porque eu sou diferente.³⁰⁵ (sic)

O preconceito explicitado pela família de Marcelo fez com que ele desde jovem adotasse estratégias para sobreviver. O que ocorre com frequência é a prática do *passing*, ou do ocultamento da homossexualidade³⁰⁶. Este tipo de conduta é considerado “normal” em situações de trabalho, de relacionamentos com familiares e conhecidos menos íntimos, que não podem tomar conhecimento da orientação sexual do indivíduo. Porém, a própria necessidade de adotar uma estratégia de *passing*, leva as pessoas não só a ocultarem as suas

³⁰⁴ MACRAE, E. Em defesa do gueto. Op. Cit.

³⁰⁵ Entrevista com Marcelo, realizada em 28 de julho de 2003.

³⁰⁶ MACRAE, E. Em defesa do gueto. Op. Cit.

preferências sexuais, mas até, a simularem uma vivência heterossexual, inventando namoradas e noivas, o que acaba sendo um fardo desagradável.

Muitas vezes eu tinha paqueras, tinha namoradas, mais assim entre aspás, eu combinava com elas para ir lá pra casa, pra dar uma satisfação para os meus pais.³⁰⁷ (sic)

A prática do ocultamento da orientação tem conseqüências psíquicas diretas que dificultam a formação ou a conservação de relacionamentos, cria uma ansiedade constante e requer uma atenção permanente para evitar que situações inesperadas comprometam a dissimulação.

A necessidade sentida em muitas ocasiões da vida cotidiana em adotar essa prática para evitar vexames e perseguições é justificadamente percebida por muitos homossexuais como uma opressão. O fato de que os heterossexuais não estão sujeitos a ela da mesma forma configura então uma condição de discriminação.³⁰⁸

Assumir-se homossexual perante a família acaba-se tornando uma batalha, com idas e vindas. Para muitos pais, os filhos estão passando uma fase e que logo irão “consertar” e seguir o caminho “correto”. Pequenas disputas são travadas durante as reuniões familiares, gays e lésbicas sabem que são aceitos, mas, não totalmente compreendidos. Tal aspecto pode ser vislumbrado no depoimento de Joel, dono de um bar GLS, que há 13 anos convive com seu companheiro Marcelo:

Eu obriguei a minha família a me aceitar e a aceitar os meus amigos.(...) O dia em que eu perdi meu irmão, que era soropositivo, a minha mãe depois disso ficou traumatizada. Perguntou se eu estava usando camisinha com o Marcelo. E aí, ela um dia num almoço lá na casa dela, tava a família toda reunida, irmãos, cunhados, tava todo mundo lá, todos, e a minha mãe tocou no assunto, sabe. Falou que eu tava passando uma fase. Eu achei um desrespeito na frente do Marcelo. E eu falei pra ela: Olha mãe, eu não tô passando uma fase. Se a senhora tá com medo que eu morra de Aids, eu me cuido, o meu irmão mesmo me ensinou a me cuidar. Então, se a senhora tem medo por causa disso, pode ficar tranqüila. Aí ela disse: ah não, você tá passando por uma fase! Ela sempre disse que eu era gay e quando eu me assumo ela queria me convencer do contrário. Aí eu falei: mãe eu não vou brigar com a senhora e não vou ficar com mulher para agradar a senhora. Eu já cheguei até a casar. Já tive amigos gays, o meu melhor amigo era enrustido, sabe, ele fazia um jogo de esconde. Então eu falei pra minha mãe que eu gostava era de homem. Eu disse assim: vou falar

³⁰⁷ Entrevista com Marcelo.

³⁰⁸ MACRAE, E. *A construção da igualdade*. Op. Cit.

*alto e claro aqui, para todo mundo ouvir: eu não gosto de mulher, eu gosto é de homem. Eu não vou ficar com mulher para agradar você ou pra fazer ninguém feliz, não adianta. Eu já tentei me enganar e não consegui.*³⁰⁹ (sic)

James Green observou que muitos brasileiros (as) aceitam a homossexualidade de parentes se estes dão apoio financeiro significativo a suas famílias. As histórias de vida de homossexuais e travestis publicadas em jornais e revistas confirmam essa relação entre tolerância relutante de um filho efeminado ou travesti e a contribuição financeira que eles dão aos parentes.³¹⁰ Muitas vezes, está implícita uma política do “não pergunte, não conte”.

Ainda é comum que um homem adulto continue a viver com seus pais contribuindo para a renda familiar e saindo com amigos gays nos fins de semana, sem jamais mencionar a existência de um namorado ou detalhes de sua vida social à sua família. Se ele sai de casa para montar seu próprio apartamento, buscando maior liberdade e independência, é possível que ainda continue a contribuir com as despesas familiares. A família aprende a suprimir as eternas perguntas sobre namoradas ou planos de casamento, para não ter de ouvir muitos detalhes que possam romper essa trégua silenciosa ou pôr em risco a renda suplementar que um filho solteiro pode prover.³¹¹ Com relação aos travestis parece acontecer o mesmo processo. Conforme o depoimento de Luciane, 29 anos:

*Hoje nós somos super amigáveis. Quando eu sai de casa, fui expulsa por meu irmão. Só tive o apoio de uma irmã minha e, o decorrer do tempo, eu conseguia me levantar, consegui alugar uma casa, mobiliar a casa. Hoje sou super aceita, porque minhas irmãs quando precisam de mim, no caso, para ficar em hospital com sobrinho eles recorrem a mim. Quando precisam de mim para fazer compras em supermercado eles recorrem a mim (...). Então, a única vantagem de ser travesti, ou de ser parente de travesti é que nós, felizmente, não sabemos guardar rancor, nem ódio (...)*³¹² (sic)

Heleieth Saffioti ao analisar as relações de violência que se estabelecem no seio familiar, considera que a ordem patriarcal de gênero prescinde mesmo da presença física de uma figura masculina para funcionar. Agentes sociais subalternos; como criados (as), asseguram a perfeita operação da bem enraizada hierarquia de gênero.³¹³ A violência de gênero praticada diretamente pelo patriarca ou por seus prepostos pode recair sobre outro

³⁰⁹ Entrevista com Joel, realizada em 28 de julho de 2003.

³¹⁰ GREEN, J. *Além do Carnaval. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. Op. Cit.

³¹¹ Idem.

³¹² Entrevista realizada com o travesti Luciane, dia 03 de julho de 2003.

³¹³ SAFFIOTI, H. I. B. *Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero*. Op. Cit.

homem ou de pessoas que transgridam as estruturas sexuais determinadas. Desse modo, os (as) homossexuais, como vimos nas entrevistas anteriores, são discriminados também por mulheres que muitas vezes são mais machistas quando, por exemplo, ensinam aos filhos e filhas como agirem, a se portar, etc.

Joel, ao falar das concepções de sua mãe e de suas irmãs sobre a homossexualidade, nos revela as diferentes nuances da homofobia que perpassa as relações entre os gêneros:

É, minha mãe uma vez falou assim: que preferia dez filha puta que um filho viado. E ela teve dois né! O raio caiu duas vezes no mesmo lugar.³¹⁴ (sic)

E ainda, sobre a opinião de uma irmã:

Uma irmã minha era muito liberal, só que no primeiro dia que nós nos desentendemos, a primeira coisa que ela jogou na minha cara foi a minha homossexualidade. Ela usou isso para me atingir, pois ela não tinha nada para falar de mim, para me atingir ela veio falar da minha homossexualidade. Falou muitos palavrões ligados a isso, e eu achava que ela era liberal sempre me tratou bem, sempre me defendeu só que a que ela usou a minha sexualidade para me provocar, sabe, como se fosse um defeito.³¹⁵ (sic)

Nas discussões familiares, a homossexualidade é chamada à baila como forma de provocar ou agredir alguém. Ser apontado como gay pode ser desvalorizante, principalmente a partir da posição daqueles que se colocam como defensores das hierarquias de gênero. Pierre Bourdieu chama a atenção para a violência simbólica que perpassa as construções em torno das práticas sexuais. Para o citado autor, a incorporação de identidades sexuais hierarquizadas pode levar à desqualificação social, ou seja, os homossexuais ao aceitar o rótulo estariam se comprometendo com o jogo de seus (as) opressores (as).

Conforme Bourdieu *a diferença só surge quando se assume sobre o dominado o ponto de vista do dominante e que aquilo mesmo de que ela pretende se diferenciar é produto de uma relação histórica de diferenciação.*³¹⁶

Tais considerações podem ser tiradas a partir do testemunho de Joel, quando este fala do momento em que resolveu se tornar homossexual.

³¹⁴ Entrevista com Joel.

³¹⁵ Idem.

³¹⁶ BOURDIEU, P. *A Dominação Masculina*. Op. Cit., p. 79.

Aí eu me separei da minha mulher e uns dois anos eu tive uma conduta hetero. Depois num conflito com minha mãe, numa discussão, ela pegou e me chamou de gay. Então, eu perguntei: essa é a opinião que você tem ao meu respeito? Ela falou que era. Acho que para me alfinetar. Aí eu peguei vesti minha roupa e fui para a primeira boate gay que eu sabia que tinha. Aí noutro dia cheguei para minha mãe e falei: agora você pode me chamar de gay, que eu me sinto gay porque agora até namorado eu tenho. Foi assim que começou.³¹⁷ (sic)

A transgressão pode, em muitos casos, conviver com a manutenção de todo um ideário centrado em instituições tradicionais, como a família, por exemplo. Essa ambivalência é tão reconstituente para alguns que chegam a abrir mão de suas insígnias e, para não escandalizar os parentes, atenuam um tanto a representação feminina. Contudo, é preciso não ir longe demais. Se na atualidade, o assumir-se homossexual ganha respaldo social, o fato de ser flagrado em atividade ou conduta homoerótica pode ser alvo de atos de intolerância. “Dar na cara” pode ser comprometedor. Assim, percebemos no depoimento de Joel, ao comentar sobre o caso de sua irmã mais jovem.

Minha irmã mais nova resolveu virar sapatão, acho que para chocar meus pais, sabe, chamar atenção. Para escandalizar a parte evangélica da família. Então, para chamar atenção ela se mostrou muito assumida. A namorada dela ia buscar ela no trabalho, mandava flores, pegava ela na porta do serviço. E minha outra irmã que trabalha com ela ficou escandalizada. Um dia numa discussão entre as duas, ela falou: Mas com o Joel e o Marcelo você nunca implicou, nunca falou nada. Aí minha irmã mais velha disse: mas eles estão juntos a treze anos e a gente nunca viu nada entre eles, nem um pegar na mão do outro. Você entendeu, então tem essa coisa. De repente a família aceita porque nunca viu. Muita gente pensa que nós somos primos ou irmãos, menos namorados.³¹⁸ (sic)

Percebemos, que a homossexualidade ainda é considerada um tema polêmico dentre as famílias. Como vimos, declarar-se homossexual pode até ser mais fácil nos dias de hoje devido à visibilidade e ao clima de liberdade sexual que paira sobre alguns centros urbanos. Contudo, ser flagrado em atividade homoerótica, tocar, afagar ou beijar o (a) companheiro

³¹⁷ Entrevista com Joel.

³¹⁸ Idem.

(a) pode acarretar sérias conseqüências. Isso demonstra que, grosso modo, o preconceito e a homofobia atuam de forma ambivalente em nossa cultura.³¹⁹

As construções preconceituosas que cercam a homossexualidade, também não deixam de pressionar os (as) homossexuais em seus empregos. No espaço do trabalho percebemos a permanência de estratégias para ocultar a orientação sexual. O medo de perder o emprego ou de ter problemas com os patrões e chefes também motiva muitos (as) jovens a ter cuidado com o modo de se comportar e de se vestir. Gays e lésbicas acabam por desenvolver palavras codificadas para comunicar-se de modo a evitar que outros (as) entendam sua linguagem secreta e suas vidas duplas. Da mesma forma, na vida real, é necessário esconder as verdadeiras identidades, uma vez que demonstrações explícitas de comportamento efeminado ou de referências associadas na cultura popular com a homossexualidade têm resultado em estigmatização social, barreiras ao emprego e constrangimento às famílias.³²⁰

Antônio, de 30 anos, ao falar sobre seu trabalho no Presídio Jacy de Assis, na cidade de Uberlândia, ressalta o preconceito recorrente que ele encontra em um ambiente machista.

Discriminado eu sou todo o dia no meu trabalho, né! É uma discriminação corriqueira, as brincadeiras, os risinhos, sabe? Brincadeiras que não são brincadeiras. São algo mais, eu acho. Chega a ser pra machucar. Quando um cara diz: o seu veado, sua bicha vai dá pra lá!³²¹ (sic)

O uso da ironia do deboche parece ser uma constante na discriminação dos (as) homossexuais. A zombaria está ligada à possibilidade de desvalorização do outro, daquele que é diferente. Rachel Soihet apontou a utilização do riso como uma arma potente nas discussões onde se pretende desqualificar o (a) oponente.³²² E a perspectiva que a citada autora realça, é aquela do constrangimento, a qual igualmente foi acentuada por E. P. Thompson e Natalie Z. Davis ao focalizarem os *charivari*, manifestações de forte presença

³¹⁹ Sobre a esta forma ambivalente de se ver a homossexualidade é necessário ler o artigo 'Gays no poder' (*Revista Veja*, nº 46, 17 de novembro de 1999), onde se mostra o limite claro na tolerância com relação ao assumir-se e ao ser flagrado como gay.

³²⁰ GREEN, J. *Além do Carnaval. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. Op. Cit.

³²¹ Entrevista com Antônio, realizada em 25 de agosto de 2003.

³²² SOIHET, R. Zombaria como arma anti-feminista: instrumento conservador entre libertários. In: *XXII Simpósio Nacional de História*. História, acontecimento e narrativa. Campina Grande – PB: ANPUH/ UFPB, 2003. Disponível em CD-rom.

popular em que o aspecto constrangedor da zombaria constitui-se sua marca.³²³ Vemos também na mídia, a permanência de estereótipos que enfatizam apenas o lado burlesco da homossexualidade, não contribuindo substancialmente para diminuir o preconceito.

Observamos que a utilização da zombaria, ridicularizando-se os (as) homossexuais constitui um sustentáculo para os desequilíbrios de poder, como também de direitos, entre as identidades sexuais. Constitui-se em algo habitual, observar exemplos da utilização dos discursos cômicos e/ou as palavras espirituosas como armas, a fim de manter ou de cogitar a suposta inferioridade dos (as) homossexuais.

Ainda, com relação ao trabalho, existem diversas dificuldades enfrentadas pelos homossexuais. Homens efeminados, por exemplo, são barrados em entrevistas de emprego ou percebidos como incapazes de exercer funções que envolvam o uso de força física. Uma pesquisa realizada em maio de 1993, em uma amostra de dois mil homens e mulheres brasileiros, revelou um persistente desconforto diante da homossexualidade. Embora 50% confirmassem ter contato diário com gays no trabalho, em sua vizinhança ou nos bares e clubes que freqüentavam, 56% admitiram que mudariam seu comportamento em relação a um colega caso descobrissem que ele ou ela era homossexual. Um em cada cinco romperia de vez o contato com essa pessoa. Dos entrevistados, 36% não empregariam um homossexual, mesmo que ele ou ela fosse a pessoa mais qualificada para o cargo, e 79% não aceitariam que seu filho saísse com um amigo gay.³²⁴

A divisão sexual do trabalho acaba por relegar aos homossexuais masculinos tarefas ligadas ao universo feminino. Em muitos casos chegam a ter como única opção e modo de sustento a prostituição ou outros empregos mal-remunerados. Uma pessoa de origem humilde, sem apoio financeiro da família e que é excessivamente efeminada, tem poucas opções de emprego. Muitos homens, portanto, empregam-se em pensões, onde podem assumir papéis tradicionalmente atribuídos às mulheres, como cozinheiros, garçons e faxineiros. Outros encontravam trabalho como ajudantes nos vários bordéis que servem à população masculina.³²⁵

³²³ DAVIS, Natalie Z. *Sociedade e cultura no início da França Moderna. Culturas do povo*. São Paulo: Paz e Terra, 1990; THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

³²⁴ O mundo gay rasga as fantasias. In: *Revista Veja*, São Paulo: Abril, outubro de 1993, p. 52-53.

³²⁵ PERLONGHER, N. *O negócio do michê*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

Michel Pollak, ao discutir a relação entre homossexualidade e ascensão nos postos de trabalho, a partir de um estudo francês, considera que o homoerotismo parece servir de freio à busca por melhores carreiras. Conforme o autor: *Forçados a reconciliar sua preferência sexual com uma vida social de uma grande visibilidade, dificilmente conciliável com a marginalidade sexual, e considerando o risco de chantagens ou a necessidade de aceitar um casamento de conveniência, os filhos de membros da alta burguesia freqüentemente preferem se orientar para as carreiras intelectuais ou artísticas, mais que para os negócios ou para a política. No mais das vezes, contentam-se com um pouco menos do que poderiam esperar em razão de sua origem social.*³²⁶

Verônica, uma travesti de 27 anos, relata como foi difícil arrumar emprego devido aos seus modos “diferentes”. Segundo ela, não conseguia conciliar seu desejo de vestir-se de mulher, com as funções que os padrões lhe reservavam, como as de garçom ou ajudante de padeiro. Seu jeito *incomodava os demais funcionários*, lembrou Verônica, ao falar de quando começou a se prostituir.

*Desde pequena preferi assumir meu lado homossexual, por isso não me aceitaram em outros serviços, e esse foi o motivo que me levou a prostituir com 16 anos.*³²⁷ (sic)

As representações que relacionam a homossexualidade à marginalidade e à delinqüência também influenciam nas relações de trabalho. Os travestis, por exemplo, são alvo da violência policial como também de outros segmentos sociais. Além das agressões, os travestis possuem problemas com a concorrência que surge no “negócio da prostituição”. Michês e prostitutas femininas dão um tom de disputa quando o assunto é o mercado sexual.

*(...) lá no posto é o seguinte, tem a lei de cada um por si Deus por todos. Você vai para o posto, você trabalha, você conversa e tudo bem, só que, nesta vida nossa, a gente tem um ditado: se o parceiro está afim de mim, é de mim que ele tá a fim, se tiver a fim de outra é de outra, então... Os homens que vão lá no posto querendo nós travestis é os travestis; os que querem mulheres é as mulheres, não tem como pegar, senão dá briga*³²⁸. (sic)

³²⁶ POLLAK, M. A homossexualidade masculina, ou: a felicidade no gueto? In: ARIÈS, P. e BÉJIN, A. (Orgs.) *Sexualidades Ocidentais*. 3 ed., São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 65.

³²⁷ Entrevista com o travesti Verônica, realizada em 18 de junho de 2003.

³²⁸ Idem.

Outras formas de discriminação aparecem contra aqueles que lidam com ambientes de frequência homossexual. Bares, saunas e boates gay são percebidos como “antros de perdição”, despertando a desconfiança da polícia e de vizinhos (as). Por parte destes (as) últimos (as), surgem denúncias de prostituição, venda de drogas ilegais, dentre outras acusações. Acionada, a polícia tende a vasculhar estes locais e a maltratar seus (as) frequentadores (as).

Os vizinhos achavam que o bar tinha prostituição e drogas. Denunciaram à polícia que veio em 8 viaturas. Os policiais desceram, eram muitos, eles vasculharam o bar procurando drogas. Você acredita que eles vieram de luva, sabe aquelas luvas cirúrgicas, como se a gente fosse tudo doente. Noutra dia um vizinho deu muitos chutes no portão do bar. Ele xingou a gente, falou palavrões, disse que queria agredir a gente. Eu disse pra ele se era pra conversar a gente ia conversar, mas, se fosse para brigar eu ia brigar, por que eu sou gay mas sou homem também. Aí ele foi embora porque eu falei que ia denunciar ele por discriminação.³²⁹ (sic)

Além das pressões externas, o meio homossexual também enfrenta problemas que emergem internamente. Existem contra gays, lésbicas e travestis, preconceitos relacionados à classe e à raça. Os (as) homossexuais quando pertencentes a classes sociais mais baixas ou a etnias diferentes da maioria do grupo, acabam sendo segregados (as). “Bichas pintosas”, travestis e outras pessoas que têm um comportamento feminino exagerado tornam-se mal vistos por não se adequar ao padrão do homossexual “normal” que tomou conta do meio nos últimos anos. As condutas “fechativas” ou que chamam muita atenção, reforçariam a idéia de que muitos homossexuais gostariam de se transformar em mulher³³⁰. Tais disputas tornam o meio homossexual um cenário para diversas formas de discriminação. Às vezes chegando a atos de intolerância.

As travestis investem muito no corpo. Elas põem uma prótese de 2 mil reais, de 3 mil. Investem não sei quantos mil em silicone. E elas têm aquele desejo de ficar cada vez mais parecidas com mulher. E as drags só tomam o hormônio, essa nova geração, né, (...). Esses transformistas mais jovens tomam o hormônio para arredondar as formas. Então, dá um peitinho, uma bundinha, um quadrilzinho, né. Quebra aquela estrutura masculina e caem os pêlos. E então, elas acabam fazendo o mesmo efeito das travestis, e elas seduzem do mesmo jeito, porque o homem não tá procurando uma montanha de silicone, ele tá procurando só uma peruca, uma

³²⁹ Entrevista com Joel.

³³⁰ MACRAE, E. Em defesa do gueto. Op. Cit.

*saia, e um peito falso. Aí as travestis ficam com raiva e acabam batendo nas drags, sabe. Com medo da concorrência, mesmo que muitas drags não se prostituam*³³¹. (sic)

Assim, muitos (as) homossexuais acabam sendo discriminados (as) por pessoas do seu próprio meio. Não só os gays efeminados sofrem devido a estes fatores, como também, as lésbicas acabam sendo vítimas da misoginia. Vários (as) autores (as) já discutiram esta questão, demonstrando que os homens homossexuais reproduzem, em muitos casos o machismo, redirecionando-o contra as mulheres³³². Desse modo, verifica-se que a cultura homoerótica está entrelaçada pela discriminação e pela violência. Não que esta seja uma característica dos (as) homossexuais por si, mas, um aspecto de nossos tempos onde predominam o individualismo e a intolerância com o outro, o diferente.

Devemos perceber o meio gay como uma complexa rede de relações onde surgem diferentes tipos de discriminação além das enumeradas aqui. O preconceito com relação à idade parece ser bastante forte e deve também ser investigado. Conforme Michel Pollak, as pressões estéticas, ligadas ao mito da juventude, provocam uma queda brutal das atividades sexual e social após os quarenta anos³³³. Muitos homens homossexuais acabam por isolarem-se, vivendo na solidão devido à “pouca atração” que exercem sobre gays mais jovens.

Apontamos alguns aspectos importantes dentro da cultura homossexual. Aspectos ligados à homofobia e à intolerância que levam os (as) homossexuais a não conseguirem viver sua sexualidade de forma satisfatória e a se realizarem enquanto pessoas com desejos e sonhos.

³³¹ Entrevista com Joel.

³³² MACRAE, E. *A construção da igualdade*. Op. Cit.

³³³ POLLAK, M. *A homossexualidade masculina, ou: a felicidade no gueto?* Op. Cit.

3.2. Resistências e recusas: gays e lésbicas contrapondo-se a homofobia

*... nós somos sempre livres e
... há sempre a possibilidade de
transformar as coisas.*

Michel Foucault

Já se vão alguns anos, desde que os (as) historiadores (as) passaram a se preocupar com a vida de indivíduos que antes não possuíam nem nome nem identidade perante a historiografia. Pessoas que entre gritos e danças, desenhos e textos, histórias e contos, exibiam sua grandeza humana, grandeza criadora. Gente que desafiava, com a altivez da batucada, das palavras de ordem e da explosão do riso, as mil agruras de um cotidiano difícil.³³⁴

Muitos (as) pesquisadores (as) têm atentado para o modo como determinados povos, considerados oprimidos ou subordinados, reagem às formas de dominação. Através de diversas investigações, observou-se que aqueles considerados dominados não são tão passivos assim, e, que as formas de opressão encontram-se diluídas ou deturpadas por eles. A sociedade e a cultura deixaram de ser percebidas de maneira dicotômica, sendo pensadas a partir da noção de cruzamento, de complementaridade ou, conforme Carlo Ginzburg, de circularidade.³³⁵

Nesta perspectiva vale destacar os trabalhos de Mikhail Bakhtin, Carlo Ginzburg, dentre outros autores que apontaram os mecanismos utilizados pelas pessoas “comuns” para resistir à opressão sofrida no cotidiano. Marilena Chauí ao discutir as formas de resistência e o conformismo no Brasil, parte também dos mesmos pressupostos. A citada autora, não trata a cultura popular brasileira, pelo prisma da totalidade que se põe como antagônica à totalidade dominante. Mas, como um conjunto disperso de práticas, representações e formas de consciência que possuem lógica própria, distinguindo-se da cultura dominante exatamente por essa lógica de práticas, representações e formas de consciência.³³⁶

³³⁴ PERROT, M. *Os excluídos da história – operários, mulheres e prisioneiros*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

³³⁵ GINZBURG, C. *O queijo e os vermes*. O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

³³⁶ CHAUI, M. *Conformismo e Resistência*. Aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1984.

Chauí considera que na cultura popular brasileira existe um jogo interno entre o conformismo, o inconformismo e a resistência. Sendo um dos aspectos mais interessantes da cultura popular, a maneira como as pessoas “comuns” ou os “dominados” se apropriam da cultura instituída e das informações de massa, imprimindo-lhes um sentido inesperado³³⁷. Este tipo de resistência pode ser difusa, como na irreverência do humor anônimo, como também, localizada, em ações coletivas ou grupais. Práticas dotadas de uma lógica que as transforma em atos de resistência como, por exemplo, a inversão dos papéis sexuais no Carnaval ou a satirização da imagem de autoridades oficiais.

Os (as) homossexuais, como outros tipos sociais, foram recuperados (as) pelos (as) historiadores (as), suas vidas, cerimônias e costumes. Passou-se a analisar o modo de vestir, de falar, os ambientes que freqüentam, como também, a violência que sofrem no seu dia-a-dia. Gays e lésbicas tornaram-se objetos de pesquisas, mas, é necessário dar-lhes seu lugar de sujeitos na história e apresentar de que maneira eles (as) resistem a homofobia a partir de elementos do seu cotidiano. Por meio de músicas, representações teatrais, textos anônimos, inversões, performances e utilizações jocosas de signos do poder, os (as) homossexuais demonstram sua resistência a situações que lhes são opressivas. Valendo-se de metáforas, explorando sua criatividade, tendo o riso, a arte, a linguagem, a música e outros elementos como arma, procuram reagir às diversas formas de opressão que sobre eles incidem. Não são, portanto, passivos (as) e impotentes, nem ficam à mercê de forças históricas externas e dominantes. Pelo contrário, desempenham um papel ativo e essencial na criação de sua própria história e na definição de sua identidade cultural e sexual.

Durante os anos 70 do século XX, vários foram os protestos realizados por grupos homossexuais no Brasil e em outros países do mundo. As reivindicações dos gays e das lésbicas brasileiras se pautaram na busca da diminuição do preconceito e da violência, principalmente, por parte da polícia que prendia e maltratava os (as) homossexuais dos grandes centros urbanos. Uma grande marcha foi realizada no ano de 1978 na cidade de São Paulo, para protestar contra a intolerância que a força policial demonstrava com relação aos homossexuais, michês, travestis e prostitutas.³³⁸

³³⁷ Idem.

³³⁸ Ver: MACRAE, E. *A construção da igualdade*. Identidade sexual e política no Brasil da ‘abertura’. Op. Cit.; e GREEN, J. *Além do Carnaval. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. Op. Cit.

Várias foram as manifestações que os grupos homossexuais realizaram com o intuito de combater a discriminação. A década de 1980 foi transformada em palco de luta contra a Aids, e os (as) homossexuais se apresentaram como importantes personagens nos tempos da epidemia, auxiliando nas campanhas de prevenção e orientação³³⁹.

Na década seguinte, a homofobia remanescente e visível no dia-a-dia, o preconceito institucional e a resistência de alguns setores sociais em reconhecer os direitos específicos dos (as) homossexuais, constituíram os temas de discussão do meio gay. No Rio de Janeiro em 1997, o grupo Atobá chegou a formar um “esquadrão gay”, que saíria na noite carioca para revidar agressões de que têm sido vítimas integrantes do movimento homossexual.³⁴⁰

Medidas menos drásticas têm sido adotadas por outras organizações não-governamentais - ONGs, para se contrapor à violência. Cartilhas, guias, panfletos, dentre outros documentos são confeccionados e distribuídos aos (às) homossexuais a fim de orientá-los (as) sobre o modo de se comportar na rua, nos locais gay, ou em situações onde possa emergir o preconceito. Em 1996, o GGB lançou o *ABC dos Gays*, um livreto que, dentre outros aspectos, busca desenvolver a auto-estima, a cidadania e a promoção de práticas sexuais seguras de prevenção à Aids para homossexuais.³⁴¹

Na cidade de Uberlândia, percebemos diferentes modos dos (as) homossexuais se contraporem a homofobia. Como muitas pessoas não freqüentam ou fazem parte de entidades de defesa dos direitos de gays e lésbicas, torna-se relevante observar as atitudes usadas para driblar a discriminação presente no trabalho, na família e em outros setores da vida. Busco para tanto, as discussões de Michel de Certeau presentes em seu livro *A Invenção do Cotidiano* que trata das práticas utilizadas pelas pessoas para fugirem dos mecanismos do poder e da opressão. Conforme Certeau:

Se é verdade que por toda a parte se estende e se precisa a rede da ‘vigilância’, mais urgente ainda é descobrir como é que uma sociedade inteira não se reduz a ela: que procedimentos populares (também “minúsculos” e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los; enfim, que “maneiras

³³⁹ PARKER, R. *A construção da solidariedade: Aids, sexualidade e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ ABIA, 1994.

³⁴⁰ Rio cria ‘esquadrão gay’ para atacar agressores. In: *Folha de São Paulo*, 13 de agosto de 1997.

³⁴¹ *ABC dos gays*. 2 ed., Salvador: Grupo Gay da Bahia, 1996, 43 pgs.

de fazer” formam a contrapartida, do lado dos consumidores (ou “dominados”?), dos processos mudos que organizam a ordenação sócio-política.³⁴²

A clandestinidade produziu as características mais marcantes da cultura homossexual: a linguagem e o humor. O vocabulário cheio de nuances sobre o amor, a paquera, mas também, sobre a timidez, a angústia, o medo e os perigos, constitui algo *sui generis*. A linguagem que perpassa o meio homossexual parece ser uma forma complexa utilizada por gays, lésbicas e travestis no seu cotidiano. Os significados das palavras se desenvolvem a partir de três motivações: tornar imediata a identificação entre os gays; o que lhes possibilita estreitar rapidamente laços de solidariedade; evitar que os homossexuais sejam compreendidos por “inimigos” em situações de perigo; como batidas policiais nos redutos de travestis; e servir de válvula de escape para as pressões cotidianas. Muitos dos termos que os gays adotam se caracterizariam pelo tom jocoso, permitindo-lhes zombar dos problemas que sofrem. “Subir o silicone à cabeça”, por exemplo, significa ficar com raiva ou nervoso.³⁴³

O código de linguagem apresenta-se como uma tática que, conforme Certeau, possibilita aos “fracos”, pequenas vitórias sobre os “fortes” ou momentâneos sucessos dos subordinados contra os opressores. Assim, nos mostra o travesti Luciane que utiliza um vocabulário bem peculiar para evitar assaltos ou avisar às demais sobre a chegada da polícia:

Mona em nossa língua é travesti; ocô é homem; mariconas são os fregueses que saem com os travestis, seja ele ativo ou passivo; amapô que é a mulher, tem alibã que toda traveca odeia, que é a polícia (...). Depois a gente vai aperfeiçoando mais, por exemplo, hoje nossa língua, que é nossa conversação, tá muito batida, têm muitos fregueses que já percebem o que a gente fala. Por exemplo, se eu disser: Mona! A mona acá vai agüentar o ocô para azuela o aquê dele. No caso eu disse que estava avisando para uma amiga minha que ia pegar o rapaz, o cara no caso, ia sair com ele para poder roubar o dinheiro dele. Então, conforme for o parceiro, ele percebe o que estou falando e para ficar mais difícil e mais complicado para ele, eu pego e digo o seguinte: “se malássima mossi, matássima ocô, se malássima quendássima, malássima aquendá o aquê”. Então, ele fica perdido, a gente fala se malássima matássima, a gente fala se malássima na frente e usa a

³⁴² CERTEAU, M. *A Invenção do Cotidiano*. As artes de fazer. 3 ed., Petrópolis: Vozes, 1994, p. 41.

³⁴³ Dicionário de termos gays gera controvérsia. In: *Folha de São Paulo*, 08 de janeiro de 1997, p. 21.

palavra, se matásssima usa outra palavra, para ele ficar perdido (...).³⁴⁴ (sic)

Além do rico e complexo vocabulário, os (as) homossexuais também se valem de outras práticas cotidianas para resistirem a homofobia. As redes de amizade constituem um importante aspecto na vida dos gays a partir do qual eles obtêm suporte social. Outros homens, ainda, fosse por sua marginalidade ou pelo distanciamento dos sistemas de apoio familiares tradicionais, constroem redes sociais alternativas do tipo familiar e encontram apoio econômico e psicológico com amigos que compartilham seus desejos sexuais³⁴⁵. Além do mais, as correntes migratórias de homossexuais masculinos de cidades menores para Uberlândia acabam por facilitar a composição dessas redes. Para muitos jovens que fugiram do controle e condenação da família, dos parentes e de uma cidade pequena em busca do anonimato das metrópoles, a amizade baseada numa identidade compartilhada e em experiências eróticas similares propicia laços mais fortes que os sanguíneos.

Os travestis, por exemplo, não rivalizam com as prostitutas, pois, atuam em zonas bem delimitadas e possuem clientela distintas. Este tipo de postura favorece a aliança frente às ameaças comuns. Laços de solidariedade entre prostitutas e travestis são estabelecidos quando há confronto com a polícia e com *playboys*, existem denúncias de abusos do poder de polícia, ou ainda, em casos de ferimento e cuidados médicos³⁴⁶.

Fora da “área de trabalho”, nas relações de vizinhança, a mulher é a amiga, com quem os travestis uberlandenses podem trocar elementos simbólicos do universo feminino. No depoimento de Verônica podem ser vislumbrados esses elementos.

Toda bicha tem uma mulher como amiga porque a mulher não vai aprontar com o viado. Um homem quando procura um viado está a fim de uma coisa ou de outra: ou transar com ele, ou aprontar com ele. Uma bicha nunca é amiga da outra, amiga mesmo, porque muitas das vezes está de olho no bofe dela, ou para simples pirraça. Já a mulher não é boba de fazer uma coisa nem outra. Só nós e os homens sabemos o que um viado é capaz de fazer na cama. Temos armas infalíveis para tomar um bofe de qualquer perua.³⁴⁷ (sic)

³⁴⁴ Entrevista com o travesti Luciane.

³⁴⁵ MACRAE, E. *A construção da igualdade*. Identidade sexual e política no Brasil da ‘abertura’. Op. Cit.

³⁴⁶ SILVA, H. R. S. *Travesti: a invenção do feminino*. Op. Cit.

³⁴⁷ Entrevista com o travesti Verônica.

Numa outra perspectiva teórica desenvolvida por Roger Chartier, temos o conceito de apropriação. Esta noção enfatiza as práticas que se apropriam de forma diversa dos materiais que circulam numa determinada sociedade, dando lugar a usos diferenciados e opostos dos mesmos bens, dos mesmos textos, das mesmas idéias.³⁴⁸ Tais práticas de apropriação cultural podem ser reconhecidas como formas diferenciadas de interpretação, acentuando Chartier a impossibilidade de se sustentar a existência de correspondências estritas entre dicotomias culturais e hierarquias sociais. Tal perspectiva não impede, contudo, que se identifiquem diferenças. O autor também acentua a importância de se atentar para outras demarcações, além daquela puramente de classe, como entre homens e mulheres, homo e heterossexuais, citadinos e rurais, entre gerações, dentre outras. Como exemplo, podemos citar a imagem da “bicha louca” – ao mesmo tempo o estereótipo da representação que os (as) heterossexuais fazem da homossexualidade e da realidade do estilo de certos homossexuais – que reúne todos os elementos dos preconceitos anti-homossexuais e do humor do meio.

A partir do conceito de apropriação podemos considerar que os (as) homossexuais fazem uso de outras formas, além do vocabulário e das redes de amizade, para se contrapor ao preconceito social. Em muitas situações percebe-se que os (as) integrantes da cultura homossexual invertem o estigma do qual são objeto no cotidiano. Esta inversão ocorre, por exemplo, nas paródias que os transformistas; homens que se vestem de mulher, realizam nos bares e boates gay. É aí central a apropriação, mais ou menos humorística, de muitas das imagens presentes no discurso homofóbico e, em especial, da feminização implícita nessas imagens: um exemplo particularmente evidente é o tratamento mútuo no feminino, que é um hábito irônico constante dentro do meio, e em especial o insulto no feminino.³⁴⁹

Desde os anos 70 do século XX, que a inversão dos papéis sexuais, através da maquiagem, roupas e acessórios, constituem uma forma de ir contra a opressão. O fim dos anos 60 e início da década de 1970 tornou-se uma época de revolta política e social. As idéias da contracultura haviam penetrado no Brasil e influenciavam muitos jovens da classe média. Entre os novos desafios aos valores sociais hegemônicos estava o uso de drogas, a rejeição à sociedade de consumo – que era promulgada pela política oficial - e a

³⁴⁸ CHARTIER, R. Textos, impressão, leituras. In: HUNT, L. *A nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

³⁴⁹ MACRAE, E. Em defesa do gueto. Op. Cit.

desestabilização dos códigos sexuais, especialmente nas questões da virgindade feminina antes do casamento e da heterossexualidade normativa para homens e mulheres. Os grupos teatrais, como o Teatro Oficina, faziam o público de classe média confrontar-se com cenas sexualmente explícitas que, de alguma forma, conseguiam passar pela censura.³⁵⁰ O Tropicalismo, com Gil, Caetano, Maria Bethânia e Gal Costa, trazia á cena a imagem de uma sensualidade despudorada, e seus membros não faziam questão de desmentir as especulações sobre suas relações homossexuais. Todas essas mudanças ajudaram a criar um clima favorável ao questionamento de conceitos de gênero tradicionais. No começo da década de 1970, a figura unissex, popularizada por Caetano e outros em 1968, foi levada ainda mais longe por outros artistas, de modo mais notável pelo grupo de teatro Dzi Croquettes e o cantor Ney Matogrosso. Ambos usavam o desvio de gênero e a androginia para desestabilizar as representações padronizadas do masculino e do feminino. Seus shows refletiam uma ampla aceitação social, entre o público de classe média, de representações provocativas de identidades gênero.³⁵¹

Peter Fry e Eduard MacCrae, relacionam a cena da mulher no palco estrelado pelo travesti transformista como deboche crítico à artificialidade e rigidez cultural dos “papéis sexuais”. *Não necessariamente manifestando um desejo de realmente virarem mulheres fúteis e sim ridicularizando os papéis.*³⁵²

É o que podemos observar na figura 2, que mostra a apresentação de um transformista em um bar gay da cidade. A figura alta e esguia combina o glamour e a beleza do universo feminino, representados no vestido longo e na peruca escura, com os músculos e os membros desenvolvidos, representativos do sexo masculino.

A análise de fotografias, como também, o uso da imagem, da iconografia e das representações gráficas pelo historiador vem propiciando a apresentação de trabalhos renovadores e instigando novas reflexões³⁵³. O uso de fotos para apresentar e investigar a cultura homossexual se justifica na medida em que este meio faz um grande uso das imagens para se promover ou se mostrar. Consideramos que as fotos, os cartazes, os panfletos e *folders* das boates, os informativos, dentre outros constituem registros históricos

³⁵⁰ MACRAE, E. *A construção da igualdade*. Identidade sexual e política no Brasil da ‘abertura’. Op. Cit.

³⁵¹ TREVISAN, J. S. *Devassos no paraíso*. A homossexualidade no Brasil, da Colônia à atualidade. Op. Cit.

³⁵² FRY, P. e MACRAE, E. *O que é homossexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 111.

³⁵³ PAIVA, E. F. *História & Imagens*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

que devem ser percebidos como fontes documentais. Para o (a) historiador (a) das imagens é necessário ir além da dimensão mais visível ou mais explícita dela. Existem lacunas, silêncios e códigos que precisam ser decifrados, identificados e compreendidos.

Todo material produzido pelo meio homossexual é sempre resultado de escolhas, seleções e olhares de seus (suas) produtores (as) e dos demais agentes que influenciam esta produção. A figura 3, por exemplo, mostra um outro transformista, mais jovem, que traz elementos diferentes daquele mostrado acima. O jovem utiliza o couro na roupa e nos adereços e também no chicote, demonstrando referencia à moda gay-macho³⁵⁴, surgida nos EUA, e que chegou ao Brasil no final dos anos 80 do século XX. O corpo malhado do segundo retrata o *body-building*³⁵⁵ que tomou conta do meio gay em vários países, inclusive no Brasil. O apelo sexual desta apresentação contrasta com a do primeiro transformista, que se espelha nas estrelas do cinema americano dos anos 70 e 80.

Outro exemplo pode ser retirado da análise do cartaz de divulgação do “Futebol das Drags”. Este evento, realizado nos anos de 2001 e 2002, consiste em uma partida de futebol onde o público leva, como ingresso, alimentos que serão doados a portadores (as) do vírus HIV e onde se procura conscientizar as pessoas dos direitos das pessoas homossexuais soropositivas. No cartaz, figura 4, temos a imagem de uma *drag-queen* segurando uma bola de futebol, o que em alguns períodos da história, faria este tipo de folheto de divulgação ser recolhido pela polícia, sendo considerado contra os costumes ou por violar a moral vigente.

*Os contextos diferenciados dão, portanto, significados e juízos diversos às imagens. O distanciamento no tempo entre o observador, o objeto de observação e o autor do objeto também imprime diferentes entendimentos, uma vez que, como já sublinhei, as leituras são sempre realizadas no presente, em direção ao passado. Isto é, ler uma imagem sempre pressupõe partir de valores, problemas, inquietações e padrões do presente, que muitas vezes, não existiram ou eram muito diferentes no tempo da produção do objeto, e entre seu ou seus produtores.*³⁵⁶

³⁵⁴ Refere-se ao uso de determinados elementos do universo masculino, como botas de couro, uniformes, bigodes, barba grossa, adereços de metais, dentre outros na tentativa de afastar dos homossexuais masculinos o estereótipo de homens efeminados.

³⁵⁵ O *body-building* consiste na “construção” do corpo nas academias de ginástica, através dos exercícios físicos e do uso de medicamentos e suplementos alimentares.

³⁵⁶ PAIVA, E. F. *História & Imagens*. Op. Cit., p. 31.

Atualmente, este tipo de evento, o “Futebol das *Drags*”, faz sucesso devido à aceitação pública da qual gozam alguns homossexuais. A estratégia de considerar quem tem práticas homossexuais como efeminado, é usada pelo discurso hegemônico como forma de resolver a questão da existência de homens que não correspondem ao modelo dominante de masculinidade – negando, de alguma forma, essa existência. É uma leitura da homossexualidade que torna tolerável a sua presença, ainda que neste tipo de discurso hegemônico a tendência seja para o afastamento dessa questão.³⁵⁷ Ela surge, justamente, em circunstâncias em que pode ser utilizada daquela forma para o reforço da visão dominante: em circunstâncias mais ou menos ritualizadas, como é o caso do Carnaval, ou nas anedotas e no discurso humorístico em geral. Em qualquer caso, a mensagem é aí, claramente, a de que um homem homossexual não é, de fato, um homem.

Mas esta também é a representação que o meio homossexual uberlandense quer divulgar para alcançar visibilidade e promover, de uma forma ou de outra, o aumento da tolerância e das discussões a respeito dos direitos civis de gays, lésbicas e travestis. É colocando em primeiro plano as *drag-queens*, que se consegue a simpatia das pessoas para a causa em questão, e o caráter festivo do evento suaviza seu possível aspecto reivindicatório. Uma estratégia que objetiva subverter a dominação, utilizando pequenos espaços, através da reapropriação daquilo que os dominadores usam para manter a hierarquização sexual: o estereótipo do homossexual efeminado.

Além da análise do cartaz, devemos considerar aquele evento como uma manifestação de resistência promovida pelos (as) homossexuais. Para além do aspecto da caricatura, o “Futebol das *Drags*”, busca fazer uma releitura de um esporte que tem por base as virilidade e a masculinidade. As *drags-queens* sobre as enormes plataformas, com suas perucas coloridas e forte maquiagem, se apropriam do futebol e transformam o jogo em uma modalidade de atuação contra o preconceito.

Durante o evento, o riso toma conta do público que se esbalda de alegria ao ver as figuras desajeitadas se equilibrando e correndo atrás de uma bola de futebol. O caráter de brincadeira é o que parece predominar nesse acontecimento. Marilena Chauí, ao discutir a cultura popular brasileira e as formas de resistência que nela emergem, considera que a

³⁵⁷ MENESES, I. Intimidade, norma e diferença: a modernidade gay em Lisboa. In: *Análise Social*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, n° 153, vol. 34, 2000.

comédia e o riso são elementos que constituem uma crítica corrosiva, irreverente, desrespeitosa de todas as instituições sociais, da família e do trabalho, dos valores e idéias dominantes. Os alvos preferenciais deste tipo de evento, evidentemente, são a sexualidade e as identidades de gênero, e seus ataques se dirigem, sobretudo, às figuras que oprimem os (as) homossexuais, ou seja, as pessoas machistas. Dessa maneira, segundo Chauí, a comédia e o riso operam a desconstrução dos valores estabelecidos e surgem como avesso revelador da realidade, transformando-se em obra de resistência.³⁵⁸

O que podemos encontrar nas formas de humor gay, citadas acima, longe de funcionar como reforço da visão dominante, é uma manipulação daquela contradição no sentido de lhe dar exposição - jogando com o sexo masculino, o gênero feminino e a homossexualidade -, colocando abertamente em causa os modelos de gênero e sexualidade hegemônicos.

Raquel Soihet, ao analisar as festas populares no Rio de Janeiro no início do século XX, também percebeu que o riso pode transformar-se em instrumento de reação e de subversão das hierarquias sociais³⁵⁹. Conforme a autora, o recurso ao riso como instrumento de crítica revela uma prática muito antiga, que remonta a um período da história da humanidade anterior à própria formação do Estado. Uma qualidade importante do riso nas festas populares, investigadas por Soihet, era a de ser fonte de escárnio dos próprios burladores, o que ressalta o caráter utópico e o valor de concepção do mundo desse riso festivo, dirigido contra toda forma de hierarquização.

O riso que, em muitas situações acaba se tornando um mecanismo de desqualificação dos (as) homossexuais quando surgem nas piadinhas, brincadeiras e zombaria; toma então, sentido inverso. Percebemos desse modo, diferenças na invenção criativa que se encontra no âmago do processo de recepção. Há um uso diferenciado e até oposto de um bem cultural, de uma representação. É o que nos mostra também um dos nossos entrevistados, ao falar sobre o riso no meio homossexual:

Eu penso que o riso e a alegria são escapes que agente usa. A gente faz piada da gente mesmo. Às vezes a gente é tão escrachado, às vezes você tá passando seriozinho na rua e você percebe um risinho, uma piadinha, olha que tem gay que gosta. Se eu tô passando na rua e escuto alguém gritar: ô viado, eu fico com raiva.

³⁵⁸ CHAUI, M. *Conformismo e Resistência*. Op. Cit.

³⁵⁹ SOIHET, R. *A subversão pelo riso*. Estudos sobre o carnaval carioca da *Belle Époque* ao tempo de Vargas. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

Se um hetero chegar e falar: ô viado, eu vou ficar puto da vida, vou peitar o cara. Agora com um amigo é diferente. A gente pega aquilo que é de conotação má, negativa e transforma aquilo em piada talvez pra doer menos na gente.³⁶⁰ (sic)

Aliado à questão do riso está a noção do grotesco, daquilo que está além dos aspectos sérios e do controle exercido pelo mundo oficial. Mikhail Bakhtin analisou brilhantemente a cultura popular durante o Renascimento e demonstrou como esta cultura se ligava aos aspectos corporais e suas funções: o comer, o beber, e outras funções naturais como a transpiração, coito, gestação; parto, dentre outras.³⁶¹

Conforme Rachel Soihet, na cultura cômica popular, os elementos material e corporal são positivados como caráter cósmico e universal, isto é, se encontram acima das hierarquias estabelecidas pelos homens. E o caráter alegre e festivo dessas imagens é o da festa, do banquete, da alegria e da festança. Determina-se pelo “realismo grotesco” o sistema de imagens dessa cultura cômica popular, cujo traço marcante era o “rebaixamento” – a transferência ao plano material e corporal de tudo o que é elevado, ideal e abstrato.³⁶²

No meio homossexual, a referência aos aspectos corporais é de fácil observação. No vocabulário, os verbetes relacionados aos órgãos e posições sexuais ocorrem em grande número (Ver anexo 1). E não só entre o meio homossexual, os (as) heterossexuais das camadas populares também possuem diversas formas de denominar tais elementos. Expressões como “traveca esperta só transa com camisinha na neca” são ilustrativas do apelo ao corpo.

Alguns pesquisadores consideram que os recursos corporais e os elementos eróticos excessivos que permeiam o meio homossexual se devem às proibições de contato homoafetivo em locais públicos, restando apenas os ambientes específicos onde o desejo sexual surge com maior intensidade devido às restrições³⁶³.

Sobre os locais de frequência homossexual percebe-se que neles seus (suas) frequentadores (as) se sentem mais protegidos (as). Uberlândia, nos últimos 10 anos, teve

³⁶⁰ Entrevista com Joel.

³⁶¹ BAKHTIN, M. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento; o contexto de François Rabelais*. São Paulo: HUCITEC, 1987.

³⁶² SOIHET, R. *A subversão pelo riso*. Op. Cit.

³⁶³ MACRAE, E. Em defesa do gueto. Op. Cit., e também: POLLAK, M. *A homossexualidade masculina, ou: a felicidade no gueto?* Op. Cit.

um crescimento tanto no número quanto na visibilidade desses ambientes.³⁶⁴ Boates, saunas, bares, cinemas e outros lugares acabam se tornando refúgios contra a homofobia, pois, possibilitam a constituição de estratégias de resistência.

O incremento no comércio gay favoreceu a visibilidade da homossexualidade na cidade. Sob o patrocínio de alguns empresários, realizou-se em 2002 e 2003 as primeiras paradas do Orgulho Gay na cidade³⁶⁵. Também surgiu uma imprensa alternativa que divulga notícias sobre o meio GLS uberlandense.

As revistas publicadas na atualidade trazem claramente as diferenças históricas daqueles primeiros jornais que surgiram em meados do século XX. Conforme James Green, existiram duas gerações de revistas – produções caseiras, informais, no início dos anos 60, e publicações ligadas ao movimento, como o *Lampião*, do fim dos anos 70 – que ofereceram uma outra via de acesso à vida dos (as) homossexuais brasileiros (as), refletindo momentos diferentes no desenvolvimento de identidades homossexuais variadas.³⁶⁶

Diferentemente do *Lampião*, por exemplo, que abriu e sustentou a discussão sobre a homossexualidade e teve importância ao difundir a idéia de militância política homossexual, as revistas atuais exploram o potencial de consumo de seu público, como também, procuram levar informações diversas. Várias são as revistas que na atualidade voltaram-se aos homossexuais e alcançaram sucesso de vendagem.³⁶⁷ Contudo, os periódicos que circulam no meio gay uberlandense não se sobressaem pela vendagem, mas pela mensagem inovadora que trazem sobre a homossexualidade a uma cidade marcada pelo conservadorismo.

Percebemos, ainda a edição de inúmeros folhetos de informação e aconselhamento, de temática variada, (desde textos genéricos acerca da homossexualidade até aqueles que abordam problemas específicos, como o modo de proceder à revelação da orientação sexual perante os pais ou o tema da Aids), disponibilizados regularmente em alguns bares. Encontramos um informativo que se destacou nos últimos anos pelo tempo de permanência em circulação. O *Rainbow Mix Magazine* circulou no meio homossexual durante o ano de 2000, sendo formatado em preto e branco, trazendo notícias sobre a vida GLS da cidade e

³⁶⁴ Ver os artigos: Gays querem mais espaço e menos preconceito. In: *Jornal Correio*, 04 de março de 1990; e Homossexuais tem novo “espaço livre”. In: *Jornal Correio*, 21 de julho de 1991.

³⁶⁵ Homossexuais organizam a 2ª parada do Orgulho Gay. In: *Jornal Correio*, 30 de julho de 2003.

³⁶⁶ GREEN, J. *Além do Carnaval. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. Op. Cit.

³⁶⁷ Quem mostra vende. In: *Revista Veja*, São Paulo: Abril, 19 de abril de 2000.

discussões sobre o universo gay (ver figura 5). Teve seu nome substituído por *Rota Mix Uberlândia*, ganhou uma versão colorida e outra na Internet³⁶⁸. Este informativo tem agora melhor qualidade e maior tiragem de exemplares, permanece divulgando as representações do homoerotismo criadas pelos (as) próprios (as) homossexuais (ver figuras 6, 7, 8).

Consideramos que os folhetins e informativos não são simplesmente veículos de divulgação de propaganda e, nem é apenas numericamente que poderemos perceber o seu alcance no meio GLS da cidade. Neles se procede também a elaboração de um discurso coletivo de diferenciação de forma positiva, de oposição ao discurso da sociedade envolvente acerca da homossexualidade. Num certo sentido, estes são também instrumentos de resistência discursiva que promovem a construção de fronteiras de significação e de diferenciação.

Evidentemente, que o discurso veiculado pelos informativos não se constitui apenas, nem, sobretudo, por formas verbais ou textos escritos. Passa antes pela elaboração daquilo que comumente se designa por “cultura gay”, pela partilha de níveis de significados particulares e por um estilo de vida que corresponde, mais do que a uma experiência homossexual, a uma vivência identitária traduzida na expressão “ser gay”. Esta perspectiva claramente se coloca em oposição aos estereótipos produzidos pelos (as) heterossexuais, mostrando a homossexualidade como uma conduta legítima dentro do repertório sexual humano.

A esse respeito é importante citar um trecho do editorial publicado no número 2 do informativo *Rainbow Mix Magazine*, onde os editores falam da importância do mês das comemorações do Orgulho Gay.

E o Rainbow está de volta, já com muitas novidades, muitas mudanças para agradar os leitores de todos os tipos e gêneros. E esse mês também é mês do “Gay Pride” (Orgulho Gay)! Momento de sermos nós mesmos, independente da orientação sexual, da cor, da religião e se orgulhar de ser cidadão mesmo que ainda com muitas restrições. Mas o importante é acreditar e saber que somos capazes de mobilizar e transformar! Então não esquite com os “basfonds” tire o “modelón” do guarda-roupa e se joga!³⁶⁹ (sic)

Tal artigo constitui uma relevante amostra da criação de fronteiras simbólicas de demarcação entre o discurso homo e heterossexual. Os (as) homossexuais constroem dessa

³⁶⁸ O informativo pode ser acessado pelo endereço: www.rotamix.cjb.net.

³⁶⁹ Editorial. In: *Informativo Rainbow Mix Magazine*, Uberlândia, junho de 2000, p. 1.

forma suas representações a partir da noção de cidadania e do respeito à diversidade, o que implica em descontinuidade ou ruptura com os modelos oficiais de atribuição de sentido para as identidades sexuais. Enquanto o discurso hegemônico com relação ao homoerotismo, enfatiza os aspectos ligados à patologia, à delinquência, à marginalidade, dentre outras características negativas. Existe desse modo, uma concorrência entre as representações constituídas por ambos os grupos com relação ao status da homossexualidade.

A existência desses informativos pode ser vista então, como um dispositivo simbólico contra-hegemônico, que se contrapõe às representações produzidas pelo discurso homofóbico. Algumas das características encontradas nos artigos, como a linguagem, os temas dos textos, as imagens e as figuras, por exemplo, fazem parte de um discurso oculto de oposição e resistência. Para Roger Chartier, as representações se encontram em um campo de concorrências e de competições cujos deságios se enunciam em termos de poder e de dominação³⁷⁰. As representações são construídas em um campo de lutas que ocorrem no âmbito das práticas sociais. Ou seja, a realidade é um lugar de luta para fazer existir ou inexistir aquilo que existe.

*A noção de representação permite compreender a relação dinâmica que articula a internalização pelos indivíduos das divisões do mundo social e a transformação destas pelas lutas simbólicas que têm por instrumento e risco as representações e as classificações dos outros ou de si mesmo.*³⁷¹

Os jornais, os ambientes e os outros bens culturais derivados do meio homossexual constituem importante conjunto de elementos para contrapor-se à violência ou dissipar o preconceito. Conforme a máxima foucaultiana de que *onde há poder, há resistência*, não se pode deixar de lado as pequenas iniciativas que vão contra as formas de discriminação. Sobre isso, parece bastante esclarecedora a observação de Michel Foucault a respeito das noções de discurso e de resistência:

Deve-se conceber o discurso como uma série de segmentos descontínuos, cuja função tática não é uniforme nem estável. Mais precisamente não se deve imaginar um

³⁷⁰ CHARTIER, R. *História Cultural – entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel, 1990.

³⁷¹ CHARTIER, R. Educação e História: rompendo fronteiras. In: *Presença Pedagógica*, São Paulo, v. 6, n° 31, 2000, p. 8.

*mundo do discurso dividido entre o discurso admitido e o discurso excluído, ou entre o discurso dominante e o dominado; mas, ao contrário, como uma multiplicidade de elementos discursivos que podem entrar em estratégias diferentes.(...) É preciso admitir um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito do poder, e também obstáculo, escora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta. (...)*³⁷²

Para consolidar os ganhos recentes da militância e da resistência homossexual seria agora também necessário procurar criar novas formas de vida, de relacionamento, de amizade, de arte, cultura, através das opções sexuais éticas e políticas dos (as) homossexuais. Gays, lésbicas e travestis teriam então não só que se defenderam, mas também, se afirmarem tanto como identidade quanto força criativa. Conforme Foucault, não se trata aqui da simples criação de uma cultura homossexual e sim de uma cultura da qual o prazer faça parte.³⁷³

³⁷² FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Op. Cit., p. 96.

³⁷³ Idem.



Figura 2: Show de transformista no bar Corda-Bamba em Uberlândia. Arquivo Pessoal, 2001.



Figura 3: Show de transformista no bar Corda-Bamba em Uberlândia. Arquivo Pessoal, 2001.

Futebol das Drags



03/12
Domingo
16:00hs
Local:
Pça Sérgio Pacheco

SHOW C/ AS BANDAS:
Reverendo Jones , Vovó Poltergeist
Lísias e Banda , Tâmisa , Neusa e
Banda Classe A , Hellen Calça ,
Edson Denizard , Renato Paiva e
Banda Macaxeira

Produção e Organização:
Cacá Martins , Fabrício Ferreira
Marcelo Coura

SORTEIO DE BRINDES DE PESSOAS FAMOSAS!!!

Evento Beneficente a FALE
Entrada: 1kg de Alimento não perecível

Figura 4: Cartaz de divulgação do “Futebol das Drags”. Arquivo Pessoal, Uberlândia, 2001.



Figura 5: Capa do informativo *Rainbow Mix Magazine*, Uberlândia, n° 2, 2000.



Figura 6: Capa do informativo *Rota Mix Uberlândia*, nº 6, 2001.



Figura 7: Capa do informativo Rota Mix Uberlândia, nº 7, 2001.



Figura 8: Capa do informativo *Rota Mix Uberlândia*, nº 8, 2001.

3.3. A resistência organizada: entidades e grupos homossexuais em Uberlândia

*Vem vamos embora,
que esperar não é saber.
Quem sabe faz a hora,
não espera acontecer.*

Geraldo Vandré

Grupos e organizações têm se constituído em importante fonte de apoio para os (as) homossexuais no Brasil e no mundo. Esse tipo de agrupamento, que visa orientar e suscitar discussões sobre a homossexualidade, faz emergir questões relevantes para as ciências humanas na atualidade. Uma delas seria, de que forma um conjunto de pessoas caracterizadas pela marginalidade perante a sociedade, conseguiria construir um discurso positivo de afirmação, em um contexto ainda marcado pelo preconceito?

Discutir esta questão, como também, perceber de que modo as primeiras entidades de homossexuais de Uberlândia se inserem nela, constituem os objetivos desta parte do capítulo. A partir de artigos de jornais, entrevistas, documentos obtidos nas associações e da observação das reuniões de um grupo específico, nos propomos a analisar as primeiras iniciativas de formar grupos de defesa de gays, lésbicas e travestis na cidade.

No Brasil não há nenhuma novidade no fato de pessoas formarem grupos tendo como fator de aglutinação um interesse comum pela homossexualidade. Tradicionalmente, porém, as discussões, os debates, as festas, os concursos de *miss*, a produção e distribuição de informativos artesanais, dentre outros, tinham até então como único objetivo, a diversão e, os aspectos críticos se limitavam à bem humorada paródia dos acontecimentos mundanos da alta sociedade. As reuniões desses grupos, até os anos 70 e 80, geralmente tinham um caráter clandestino e aconteciam em locais fechados para evitar manifestações de agressividade por parte do restante da sociedade.³⁷⁴

A grande novidade foi o surgimento de uma nova atitude que, deixando de lado um certo sentimento de culpa, até então bastante comum mesmo entre os (as) homossexuais mais notórios (as), passou a reivindicar um espaço de respeitabilidade pública para a homossexualidade. Esse espaço foi encontrado pelo movimento homossexual dentro do contexto de contestação cultural e das tentativas de organização de certos setores da

³⁷⁴ GREEN, J. *Além do Carnaval. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. Op. Cit.

sociedade como os negros, as mulheres, e índios em torno de reivindicações específicas que fugiam do esquema classista, até então considerado essencial para questões políticas “sérias”. A partir de 1978 começam a surgir grupos de pessoas dispostas a se declararem como homossexuais em público e que, recusando a pecha de “marginais” ou “doentes”, passam a reivindicar o status de “discriminados” procurando alianças políticas com outros setores em situação similar.³⁷⁵

No ano de 1978, surgiu o SOMOS – Grupo de Afirmação Homossexual na cidade de São Paulo, que em um primeiro estágio, agiu como uma organização para a tomada de consciência gay. Dentro do SOMOS, predominou uma atitude de afirmação homossexual. Essa se manifestava na constante reiteração pública ou privada dessa orientação sexual, na tentativa de mobilização em defesa daqueles (as) identificados (as) como homossexuais no que diz respeito aos seus direitos de cidadania. A utilidade dessa posição em um processo de mobilização política ficou clara quando o grupo realizou suas primeiras manifestações.³⁷⁶ O grupo SOMOS formou-se a partir das experiências vividas pelo escritor João Silvério Trevisan no início dos anos 70 nos EUA. Trevisan constituiu uma figura de elevada importância para o movimento homossexual brasileiro, atuando tanto no grupo quanto no *Lampião de Esquina*, um relevante jornal gay que circulou entre 1978 e 1981.³⁷⁷

Em abril de 1980, ativistas de oito grupos reuniram-se em São Paulo para o primeiro Encontro Nacional de Grupos Homossexuais Organizados. Durante esta mesma década, os grupos de homossexuais se fortaleceram no Brasil, organizando campanhas contra a Aids e manifestações anti-violência. Destacou-se o Grupo Gay da Bahia que, juntamente com numerosos setores progressistas da sociedade, encabeçou um manifesto para a abolição do código 302-0 do INAMPS, que postulava o homossexualismo como “desvio” e “transtorno sexual”. No começo de 1985, o Conselho Federal de Medicina resolveu que passaria a orientar os (as) médicos (as) brasileiros (as) a codificar a homossexualidade na categoria V-62: “Outras circunstâncias psico-sociais”, ao lado de certas condições não-patológicas

³⁷⁵ MACRAE, E. *A construção da igualdade*. Identidade sexual e política no Brasil da ‘abertura’. Op. Cit.

³⁷⁶ Idem.

³⁷⁷ GREEN, J. *Além do Carnaval*. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX. Op. Cit.

como desemprego, efeitos perigosos do ambiente de trabalho, circunstâncias legais, recusa de tratamento por razões religiosas ou de consciência, dentre outros.³⁷⁸

A década de 90 marca a consolidação da atuação dos grupos organizados, pois, estes se tornaram importantes aliados dos setores governamentais no trabalho sobre DST/Aids com travestis, prostitutas e homossexuais. Por outro lado, os grupos afirmaram sua posição política na defesa e na busca de garantias para os direitos e da cidadania homossexual.

Aproveitando a visibilidade, as organizações políticas homossexuais conseguiram introduzir importantes alterações nas conceituações mais sofisticadas da ética sexual no Brasil. Levaram a um questionamento dos tradicionais julgamentos a respeito da natureza das práticas sexuais, enfatizando o seu contexto e significado para os que dela participaram.³⁷⁹

No contexto da visibilidade homossexual, é que se podem localizar as primeiras iniciativas organizadas de defesa dos direitos de gays, lésbicas travestis em Uberlândia. Através da investigação em um jornal da cidade, localizamos artigos referentes à constituição da Associação dos Direitos dos Homossexuais do Triângulo –ADHOT. Essa entidade foi criada em 1995 e, conforme um de seus coordenadores, atuava não somente na defesa dos (as) homossexuais, mas, nas questões de direitos humanos envolvendo crianças, idosos e portadores (as) de HIV em seus projetos.³⁸⁰

A ADHOT promovia campanhas de conscientização com relação a DST/Aids junto aos travestis e buscava levantar recursos, através de rifas, venda de adesivos, dentre outros, para adquirir remédios e atender aos doentes. Além disso, a entidade tinha como uma de suas preocupações, oferecer cursos de profissionalização para os (as) homossexuais que, conforme os coordenadores, trabalhavam em subempregos e estavam relegados ao preconceito.³⁸¹

Esta associação se desfez no ano de 2001, devido aos diversos problemas enfrentados, sendo o preconceito um deles. Conforme seu coordenador, as dificuldades encontradas para exercer seu trabalho eram advindas tanto da falta de recursos como também do próprio meio homossexual. Assim, explicou Thiony Bernardino:

³⁷⁸ Idem.

³⁷⁹ Ibidem.

³⁸⁰ Homossexuais criam Associação na cidade. In: *Jornal Correio*, 01 de novembro de 1995.

³⁸¹ Idem.

Eu vejo que muita gente tem medo de ajudar a associação porque tem vergonha. O problema que eu enfrento no meu trabalho é o preconceito que existe entre a gente mesmo, sabe! O preconceito entre os próprios gays³⁸². (sic)

Em que pese o pouco tempo de existência da ADHOT, devemos perceber na iniciativa de seus fundadores o princípio de uma importante mudança nas considerações sobre o homoerotismo. O que devemos ressaltar é a modificação da percepção sobre a homossexualidade, de forma a torná-la socialmente legítima. Esta redefinição é feita a partir da generalização da noção de homossexualidade com “direito humano” e da equiparação do (a) homossexual ao (à) “cidadão (ã)”, o que envolve o distanciamento frente às concepções usuais sobre tal conduta. A esse respeito, os fundadores da ADHOT realizaram uma pesquisa, durante o ano de 1995, para saber o número aproximado de homossexuais na região do Triângulo Mineiro e constataram que existiria cerca de 30 mil. Este dado é relevante por mostrar que gays e lésbicas fazem parte da população investigada e que compõe um grupo expressivo de pessoas.³⁸³

Outra questão relevante foi o debate proposto pela ADHOT, em 1996, sobre o “Projeto de Parceria Civil entre pessoas do mesmo sexo”, em discussão na época. O projeto, da então Deputada Federal Marta Suplicy, suscitou polêmica na sociedade brasileira quando encaminhado ao Congresso Nacional. Em Uberlândia, os coordenadores da ADHOT se prontificaram a estabelecer o debate sobre o assunto. Organizaram um abaixo assinado, contendo cerca de 200 assinaturas, sendo enviado às diversas autoridades políticas. O depoimento de Thiony Bernardino, ao jornal demonstra uma perspectiva mais abrangente sobre o tema. Para ele:

o projeto da Deputada Marta Suplicy tenta fazer justiça às relações humanas. A discussão não é apenas o casamento, mas a garantia de união, companheirismo e justiça para todas as pessoas.³⁸⁴

A partir da iniciativa dos fundadores da ADHOT, podemos considerar que existe uma ligação entre a homossexualidade e a noção de direitos humanos e de cidadania. Esta ligação está relacionada ao contexto de visibilidade homossexual, que possibilita o rompimento com os critérios dominantes de definição do homoerotismo, e a participação

³⁸² Entrevista com Thiony Bernardino, realizada em 18 de outubro de 2001.

³⁸³ Grupo gay diz que Triângulo tem 30 mil homossexuais. In: *Jornal Correio*, 01 de novembro de 1995.

³⁸⁴ ADHOT quer discutir casamento gay. In: *Jornal Correio*, 06 de outubro de 1996, p. 9.

em discussões nas quais estão em pauta a defesa dos “direitos humanos” e da própria “cidadania”.

Sobre a questão dos direitos humanos, o cientista político Norberto Bobbio, acredita que vivemos em um tempo onde ocorre uma inversão de valores, e, os direitos das pessoas se sobrepuseram aos seus deveres para com o Estado. Para o autor, na “era dos direitos” *passou-se da prioridade dos deveres dos súditos à prioridade dos direitos do cidadão, emergindo um modo diferente de encarar a relação política, não mais predominantemente do ângulo do soberano, e sim daquele, do cidadão, em correspondência com a afirmação da teoria individualista da sociedade em contraposição à concepção organicista tradicional.*³⁸⁵

A existência de um processo de gradativa diferenciação ou “especificação das necessidades e dos interesses”, segundo Bobbio, faz com que as pessoas ditas “diferentes”, venham a público exigir o reconhecimento de seus direitos e da proteção dos mesmos.³⁸⁶ É a partir dessa perspectiva, de reivindicação da expressão da homossexualidade como “direito humano” e do (a) homossexual como “cidadão (ã)”, que deve ser percebido o trabalho da ADHOT como também de outros grupos pelo Brasil.

Dentro deste contexto histórico, podemos enquadrar também a realização de um protesto feito pelos travestis no ano de 2001³⁸⁷. Os travestis de Uberlândia não possuem uma associação ou qualquer órgão de defesa de seus direitos. Eles se colocam como objeto de intervenção de campanhas educativas, mas, não chegaram a se organizar enquanto grupo ou categoria. Vivem, geralmente, sob a proteção de uma “cafetina” que lhes oferece casa e comida em troca de pagamento, enquanto trabalham em pontos por ela determinados.³⁸⁸

O motivo da manifestação foi o número elevado de assassinatos de travestis ocorridos durante o primeiro semestre de 2001, como também, a demora por parte de justiça em descobrir e punir os culpados pelos crimes. Em depoimento ao jornal *Correio*, o travesti Pâmela Volpi, que se colocou como um dos líderes da manifestação, disse que:

Não são apenas os assassinatos. Diariamente somos agredidas fisicamente por pessoas que nos perseguem. A marcha também

³⁸⁵ BOBBIO, N. *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992, p. 3.

³⁸⁶ *Idem*.

³⁸⁷ Travestis protestam contra a criminalidade. In: *Jornal Correio*, 13 de julho de 2001.

³⁸⁸ Sobre a vida e o cotidiano dos travestis em Uberlândia ver o artigo: Travestis-prostitutas têm clientela de alto nível. In: *Jornal Correio*, 04 de março de 1990.

*serve para alertar os próprios travestis e gays de que todos devem estar atentos à violência e também lutar contra o preconceito que existe até hoje.*³⁸⁹ (sic)

O grupo de cerca de 150 pessoas, que se reuniu inicialmente em uma praça do centro da cidade, se dirigiu ao Fórum de Justiça onde seus líderes fizeram reivindicações a dois magistrados da área criminal. Esse acontecimento é ilustrativo por mostrar as transformações em torno das representações da homossexualidade, ainda que de forma limitada. Além de elevar a questão homossexual à categoria de “direitos humanos”, iniciativas desse porte tornam possível e legítimo enunciar o preconceito em relação à homossexualidade como um problema social.

Gabriele dos Anjos, ao investigar uma organização homossexual na cidade de Porto Alegre, observou que a redefinição da homossexualidade passa não só por um rompimento com as categorias que fundamentam a opressão e que colocam a homossexualidade fora das normas sociais, mas também por uma operação de generalização da experiência homossexual. Essa generalização favorece uma equiparação dos (as) homossexuais com outros grupos já constituídos: os “discriminados”, os “excluídos”, e principalmente os “cidadãos” que possuem seus direitos. Assim, para a autora: *a construção da “causa” envolveu sua redefinição: de causa “baixa”, quer dizer, dos homossexuais, ou, “coisa de veado”, “bichice”, e mesmo “sem-vergonhice”, entre outras designações que desqualificam impedindo de mobilizar e de tornar a organização presente politicamente, para uma “causa” defensável, nobre, boa: os direitos humanos.*³⁹⁰

O sociólogo Michel Pollak, ao analisar o movimento gay francês, considera que a homossexualidade saiu das “sombras”, do domínio do não-dito, para a visibilidade da mídia e do consumismo.³⁹¹ Ele aponta ainda, a explosão discursiva, ocorrida na França, sobre o assunto e a reformulação completa da imagem da homossexualidade. Para o autor, muitas pessoas deixaram de pensar o homoerotismo em termos de doença e de delinquência,

³⁸⁹ Travestis protestam contra a criminalidade. Op. Cit., p. 12.

³⁹⁰ DOS ANJOS, G. Homossexualidade, direitos humanos e cidadania. In: *Sociologias*, Porto Alegre: UFRGS, N° 7, 2002, p. 45.

³⁹¹ POLLAK, M. A homossexualidade masculina, ou: a felicidade no gueto? Op. Cit.

passando a perceber tal conduta como algo a ser imitado e “apropriado”, algo equivalente a uma moda.³⁹²

As manifestações do Dia do Orgulho Gay, geralmente realizadas no mês de junho, demonstram esta reformulação imagética da homossexualidade. Em vários países do mundo, milhares de pessoas participam das paradas que se caracterizam pela alegria, humor, tolerância e pacifismo.³⁹³ Há dois anos os (as) homossexuais de Uberlândia vêm realizando a Parada do Orgulho Gay nas ruas e praças da cidade. A proposta dos (as) organizadores (as) é mostrar a homossexualidade despida de preconceitos e vir a público exigir o respeito às diferenças. Em 2003, o título da parada foi “Não suma, assumo”, e teve como objetivo conscientizar as famílias para que aceitem seus (suas) filhos (as) e não os (as) discriminem devido à orientação sexual. Os (as) participantes fizeram uma passeata pelas ruas centrais da cidade retornando ao local de partida, onde houve shows musicais e apresentação de *drags-queens*. O evento contou com a presença do prefeito da cidade e de outras autoridades.³⁹⁴

Através das paradas do Orgulho Gay, os (as) homossexuais consolidam a construção de um discurso em torno de uma identidade. Essa mobilização identitária, em muitos casos, é usada como arma política, fazendo com que a sociedade como um todo passe a olhar a homossexualidade como uma conduta legítima e respeitável. O homoerotismo passa a ser relacionado às questões de cidadania, de respeito às diferenças. É importante notar que esta redefinição envolve o rompimento com a percepção de que a homossexualidade é um atributo negativo.³⁹⁵ Isto é feito, a partir de uma conexão entre homossexualidade e cidadania; o homossexual tem direitos, também é um cidadão, é igual às demais pessoas. No Rio de Janeiro, em 2003, muitas pessoas desfilaram portando camisetas com a inscrição: “É legal ser homossexual”, uma amostra das mudanças históricas em torno de tal conduta.³⁹⁶

Mas, na medida em que a homossexualidade sai da sombra e em que as táticas para atrair a atenção são difundidas para fora do meio, elas acabam sofrendo uma forte inflação,

³⁹² Como o uso de brinco na orelha esquerda. Um adereço que antes servia de “sinal” dentro do meio homossexual, passou a ser utilizado por homens heterossexuais.

³⁹³ Orgulho gay leva 100 mil à Atlântica. In: *Jornal do Brasil*, 30 de junho de 2003.

³⁹⁴ Ver: *Jornal Correio*, 30 de junho de 2003.

³⁹⁵ MENESES, I. Intimidade, norma e diferença: a modernidade gay em Lisboa. Op. Cit.

³⁹⁶ Orgulho gay leva 100 mil à Atlântica. Op. Cit.

muitas vezes perdendo sua significação inicial. É o que ocorre, por exemplo, com o *Gay Pride Day* (Dia do Orgulho Gay), em todo o mundo. Conforme o jornalista francês Jean-Claude Guillebaud, as paradas na atualidade, teriam mais objetivos econômicos e comerciais do que propriamente militantes, o *merchandising* estaria tomando o lugar das reivindicações.³⁹⁷ Esta talvez seja uma das questões sobre as quais o movimento homossexual terá de se debruçar: tentar conciliar o lado sério das manifestações com as características festivas.³⁹⁸

A questão econômica se apresenta como uma das principais discussões dentro de uma ONG gay ainda em atividade em Uberlândia. A Associação Homossexual de Ajuda Mútua – SHAMA coloca-se como um grupo de conscientização e de emancipação das minorias sexuais. Esta entidade surgiu em fevereiro de 2003:

*a partir da idealização em comum de um grupo de quatro amigos que, acreditaram que esta amizade poderia ir além das festas, badalações e ferveções. Preocupados com as problemáticas enfrentadas no dia a dia pelos gays, tais como: problemas com a família, discriminação no trabalho e escola, luta pelo reconhecimento jurídico e direitos civis, visibilidade social, prevenção de DST/ Aids, auto estima, vida saudável e ofensas divulgadas pela mídia, dentre outros, resolveram reunir-se quinzenalmente, para conversação e discussão de fatos, notícias e temas que enfocasse as questões homossexuais de modo geral. Os locais das reuniões eram sempre revezados: ora na casa de um membro, ora na casa de outro.*³⁹⁹ (sic)

Atualmente os encontros do grupo ocorrem em um bar GLS da cidade, pois, ainda não se conseguiu a construção de uma sede própria. A obtenção de um local próprio, para as reuniões e discussões, esbarra na falta de recursos financeiros. Estes parecem pesar muito, até mesmo na formulação de projetos e campanhas de conscientização. A saída, conforme Lívia, vice-presidente da ONG, é buscar parcerias com órgãos públicos, como a Secretaria Municipal de Saúde, dentre outros. A abertura ao diálogo com outras entidades parece ser um traço histórico característico das entidades de homossexuais dos anos 90 e início do século XXI, pois, os primeiros grupos, aqueles dos anos 70, não tinham essa política. O SOMOS, por exemplo, não aceitava heterossexuais ou bissexuais dentre seus membros e limitava sua atuação a parcerias com grupos de mesma formação.

³⁹⁷ GUILLEBAUD, J. C. *A tirania do prazer*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

³⁹⁸ Parada gay cresce e ganha versão politizada. In: *Folha de São Paulo*, 04 de junho de 2003.

³⁹⁹ Panfleto com a história da SHAMA, Uberlândia, 2003, s/p.

Em seu estatuto, os (as) diretores (as) da SHAMA definiram como primeira finalidade:

*reunir e conscientizar o maior número de pessoas, independentemente de sexo, cor, credo, condição social, idade, profissão interessados em defender a liberdade de orientação sexual das minorias sexuais e combater a Aids e seus efeitos.*⁴⁰⁰
(sic)

Este ponto demonstra que o grupo tem objetivos mais amplos, que vão além do meio homossexual, chegando à sociedade como um todo. Uma perspectiva de maior abrangência que se torna possível em um contexto histórico onde a homossexualidade é percebida como uma característica “humana”, o que não permite sua colocação como inferior ou superior, mas apenas como uma diferença.

A questão dos direitos e do respeito às diferenças surge também no depoimento do presidente da SHAMA, quando este fala das contribuições do grupo para o meio homossexual.

*A contribuição que a agente pensa ser a maior é a conscientização que a agente quer tá levando pras outras pessoas, a conscientização sobre o uso dos preservativos, conscientização que eles têm direitos como qualquer cidadão. É a questão da inclusão social que a gente tem batido muito nessa tecla, sabe. Que é poder ter direito ao trabalho porque ainda é muito discriminado principalmente aqueles gays assim mais femininos.*⁴⁰¹ (sic)

Além das dificuldades financeiras, a SHAMA enfrenta também problemas com disputas advindas do próprio meio homossexual. Conforme Michel Pollak, a comercialização em torno da homossexualidade contribuiu para aumentar sua visibilidade social e, indiretamente, a coesão entre as pessoas que se sentiam oprimidas. Mas, com o passar do tempo, vai contribuir também para fazer as divisões sociais, que atravessam o meio gay, por exemplo, diferenciando os circuitos de paquera e de lazer segundo o *status* social e o nível econômico.⁴⁰² O sentimento de um destino, comum que reúne os (as) homossexuais para além das barreiras que separam as classes sociais, tenderá a desaparecer. Este aspecto apontado por Pollak, pôde ser vislumbrado nas reuniões do grupo como também, no depoimento da vice-presidente:

⁴⁰⁰ Estatuto Social da SHAMA, artigo 4º das finalidades e objetivos da SHAMA, Uberlândia, 2003, p. 1.

⁴⁰¹ Entrevista com Marcos, realizada em 21 de novembro de 2003.

⁴⁰² POLLAK, M. A homossexualidade masculina, ou: a felicidade no gueto? Op. Cit.

Eu acredito que a concorrência entre os bares gera uma dificuldade da gente trabalhar em equipe. Porque fica cada um puxando a situação para o seu lado não ajudando os outros.⁴⁰³ (sic)

Os membros da SHAMA caminham, então, na busca de possibilidades para constituir uma ONG atuante e que possa atender à população homossexual de Uberlândia. Tentam conciliar seus esforços e driblar as dificuldades internas e externas. Um passo importante já foi dado tanto pelas pessoas que compõe esta entidade quanto pelas iniciativas anteriores. As iniciativas discutidas acima contribuem para modificar o status histórico e social da homossexualidade e, quem sabe, *a posteriori*, conquistarão relevantes resultados na luta contra o preconceito e a violência.

⁴⁰³ Entrevista com Lívia, realizada em 20 de novembro de 2003.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutir o tema da violência não é uma tarefa fácil, principalmente, quando se trata de investigar as formas de intolerância e de agressão que ocorrem contra grupos ainda marginalizados. A homofobia, ou o ódio contra homossexuais, é um traço marcante das sociedades ocidentais cristãs. Mas, a análise deste tipo de relação violenta não se deve pautar somente pela busca de vítimas e de agressores (as). É necessário, ir de encontro às condições culturais onde são produzidos as agressões e o preconceito com relação a gays e lésbicas e travestis.

A noção de violência deve ser investigada a partir do contexto histórico onde foi produzida. Apesar de todas as épocas partilharem de algum tipo de violência, seja ela regrada ou espontânea, implícita ou explícita, entendemos que, de certa maneira, existe um limite de aceitação para determinadas formas que acabam por singularizar ou serem características de momentos específicos da História. A aceitação ou não de certos tipos de violência estaria ligada à cultura e às sensibilidades de cada época. Devemos perceber como a violência é assimilada por uma sociedade e a partir de que crenças e valores ela é justificada. De que modo ela é definida e entendida, em função de quais valores que constituem o “sagrado” do grupo de referência.

As condutas agressivas e intolerantes contra determinados grupos não podem ser definidas independentemente do contexto em que são observadas. Existem muitos fatores que afetam estas condutas, contudo acredita-se que, apesar de tudo, um fio condutor único ou pelo menos algo mais significativo, parece encontrar-se por detrás desse conjunto de ações de violência. Um comportamento social não é o ato de pessoas isoladas, mas de alguém que se situa numa mesma estrutura social: valores, expectativas, papéis e normas que definem as relações entre eles. É esse contexto que fornece o quadro para analisar o comportamento agressivo. Considerar a violência como uma relação social significa analisá-la no seu contexto, isto é, incluindo o (a) autor (a), a vítima e a situação.

O tipo de violência que uma cultura reforça ou pune, legaliza ou bane, obviamente depende, segundo Peter Gay, dos tempos e das circunstâncias, dos riscos e vantagens percebidos, dentre outros fatores. Algumas culturas desenvolvem álibis para a agressão. Estes são justificativas, crenças e princípios, que legitimam a luta verbal ou física em

terrenos religiosos, políticos, ou, melhor que tudo, científicos. Toda cultura, classe ou época constrói seus próprios álibis para a agressão. Assim, o autor diz que os vitorianos possuíam como justificativas para a violência, o álibi da concorrência; da construção do outro conveniente e do culto da masculinidade. Todas essas três modalidades tinham o mesmo efeito: cultivavam o ódio daquela sociedade ou faziam-no correr em canais determinados.⁴⁰⁴

Com relação à homossexualidade, percebemos a persistência de pelo menos três justificativas que incitam a violência contra seus praticantes: o dogma religioso judaico-cristão que considera o sexo somente como mecanismo voltado à procriação; a rigidez dos padrões sexuais para homens e mulheres determinando seus comportamentos sociais; e a heterossexualidade normativa e compulsória que remeteu as outras formas de erotismo para o abismo da intolerância. A partir destes álibis os (as) homossexuais foram colocados (as) como estranhos (as) que habitam o seio da sociedade e que devem ser vigiados (as) e punidos (as) por infringirem as “leis naturais”.

Assim, a intenção em diversos tempos históricos no ocidente cristão foi de tentar eliminar os (as) homossexuais ou fazer com que eles se arrependessem de seus “crimes”. Achava-se que a sociedade deveria proteger-se contra os agentes da desordem ou da subversão, representados na figura do homossexual efeminado. A punição destas pessoas tornou-se um instrumento indispensável para remendar o rasgão que o “pecado nefando ou o crime contra a natureza” havia feito no tecido social. Só nas comédias é que os “perversos” levavam a melhor, pois, para os médicos no século XIX, a efeminação equivalia à degeneração que deveria ser tratada. A principal característica da degeneração homossexual consistia, conforme o discurso da época, no enfraquecimento da vontade e na perda da honra. Idéias como esta se multiplicaram e alcançaram respaldo no tecido social brasileiro, mesmo em um país caracterizado pela ausência de conflitos e pelo pacifismo de sua gente, o desrespeito aos homossexuais constitui algo recorrente.

Existe no Brasil, a imagem de um povo não-violento, generoso, alegre, amistoso, solidário, etc. Para persistir o mito da hospitalidade e passividade brasileira é preciso fabricar explicações para encobrir o impacto da violência real e cotidiana que é conhecida

⁴⁰⁴ GAY, P. *A Experiência Burguesa da Rainha Vitória a Freud. O cultivo do Ódio*. Op. Cit.

por todos, mas, que não é percebida como tal. Os meios de comunicação de massa no Brasil, constroem imagens da violência que acabam por ocultar a violência real no instante mesmo em que são exibidos os atos agressão.

O mecanismo dessa inversão do real atua graças à produção de máscaras que permitem dissimular comportamentos, idéias e valores violentos como se fossem não-violentos. A repressão e a intolerância contra os (as) homossexuais, por exemplo, foi considerada como proteção natural aos valores sagrados da família e, ainda, da saúde e da vida de todo o gênero humano ameaçado pela Aids, trazida pelos (as) “degenerados (as)”. A violência estrutural brasileira não é percebida como tal e assim acaba sendo naturalizada.

A intolerância que não é percebida ali onde ela existe, acaba atuando de maneira dissimulada, escamoteada em ações consideradas normais ou morais, como a expulsão de um (a) filho (a) de sua casa por seus pais. Esta forma de atuação da homofobia atinge de maneira indireta vários (as) homossexuais que não tendo emprego caem na prostituição ou no tráfico de drogas. Em outros casos, a repressão ao desejo homossexual de se realizar no espaço público acaba aumentando os riscos para a satisfação deste desejo. Vários são os casos de gays mortos por michês que roubam e matam seus parceiros. Toda a violência explícita, como os assassinatos e as agressões, como também a violência representada pela discriminação, pelo ostracismo e pelo preconceito aos homossexuais, refletem o quanto esse segmento ainda tem que estar atento para poder desfrutar do seu desejo.

A questão da diferença é extremamente delicada entre os grupos sociais brasileiros. Na sociedade moderna, o que podemos perceber de uma maneira geral, é que permanentemente há a conversão das diferenças em desigualdades e assim, dos diferentes em desiguais. Estabelece-se um pólo positivo e outro negativo, um ativo, outro passivo, um que domina, outro que é dominado. Assim, instauram-se relações desiguais de poder, relações hierarquizantes do tipo dominação/ subordinação e de aceitação/ rejeição.

O passivo ou efeminado é sempre visto pela maioria como “inferior”, “um homem que não deu certo” e este se manterá subordinado aos outros, os ativos. Essa visão machista e hierarquizante das condutas na sociedade determina por sua vez que os “ativos” se encontram em um patamar acima dos “passivos”, numa relação assimétrica. As diferenças são colocadas como desigualdades e, estas, passam a ser percebidas como uma

inferioridade natural, no caso das mulheres, índios e negros, ou como monstrosidade, no caso dos gays.

Do acirramento destas desigualdades surge a violência simbólica que atua até mesmo nas instituições designadas para combater as injustiças sociais. A violência simbólica impregna corpo e alma das categorias sociais dominadas, fornecendo-lhes esquemas cognitivos conformes a esta hierarquia. Como o poder masculino atravessa todas as relações sociais, transforma-se em algo objetivo, traduzindo-se em estruturas hierarquizadas, em objetos, em senso comum. O machismo perpassa até mesmo as relações que se dão no campo jurídico, determinando os modelos a partir dos quais se julgam as pessoas.

No campo jurídico as construções em torno da homossexualidade acabam por trazer a gays, lésbicas e travestis, prejuízos relativos a seus direitos legais. A discriminação contra os (as) homossexuais é mais heterogênea e complexa nos processos criminais, sendo que sua análise deve se dar ao nível do discurso. No caso da justiça criminal, a homofobia atua de modo sutil, se materializando tanto em absolvições e sentenças tolerantes, quanto no uso recorrente de clichês.

Nesta investigação, foi importante a constatação das formas negativas dadas à imagem de gays, lésbicas e travestis. Percebeu-se que os personagens envolvidos nos processos não souberam eleger ou não conheciam outros modelos, senão os inscritos na lei e na moral costumeira da sociedade uberlandense. Testemunharam ou depuseram perante os (as) juízes (as) valorizando as qualidades e as condutas que são aceitas ou consideradas legítimas socialmente, ou seja, negaram a prática da homossexualidade a fim de “retornar” para os padrões masculinos e femininos. Assim, não observamos a existência de vítimas ou de assassinos contumazes, mas cúmplices das construções sexistas, culturalmente introjetadas e cobradas quando transgredidas.

Quando se fala de hierarquias e de condutas socialmente aceitas ou rejeitadas, não devemos, então, pensar que o sistema judiciário esteja fora destas relações. A violência e as desigualdades são construções culturais históricas e o Direito, enquanto construção cultural, é perpassado pelas assimetrias que distinguem os gêneros, as classes e as raças. Assim, o judiciário e seus representantes, muitas vezes, considerados como “neutros” ou acima de interesses particulares, exprimiram valores e crenças com relação à homossexualidade e a

conduta de seus praticantes. As construções envolvendo a vida dos (as) homossexuais expressaram relações de poder e de controle ou a tentativa de adequá-las aos padrões, senão da sociedade como um todo, pelo menos de alguns grupos específicos.

Análise dos processos judiciais e das representações em torno da homossexualidade talvez leve à conclusão de que o discurso jurídico, ao ser aplicado a situações concretas e conflituosas, passe por um processo interpretativo que não obedece a padrões rígidos de objetividade. No decorrer dos processos, da instauração do inquérito até a divulgação da sentença, são incorporados crenças e valores da instituição judiciária e de seus membros com relação à conduta dos (as) homossexuais.

A concepção de que a homossexualidade constitui uma relação anômala ou anormal pode ser observada facilmente nos processos criminais e no discurso jurídico. O homoerotismo ao ser considerado como uma conduta que extrapola as normas sexuais estabelecidas, torna-se algo singular e que passa a caracterizar os (as) seus (suas) praticantes. Como o hospício produziu o louco enquanto doente mental no século XIX, o judiciário coloca o (a) homossexual como personagem individualizado a partir de relações disciplinares de poder, conforme Foucault, é preciso confessar sua diferença. Controle não através da negação ou da proibição, mas através da produção; pela imposição de uma “grade” de categorias sobre as possibilidades do corpo, através do aparato da sexualidade⁴⁰⁵. Deve-se falar da homossexualidade ela tem que aparecer, tem que surgir na fala do (a) depoente.

Nos processos criminais os discursos giram em torno da noção de diferença e de dicotomias, como bom e mau, hetero e homossexual, honesto e malandro, pobre e rico, negro e branco. Não se discute somente as diferenças entre homens e mulheres, mas, principalmente, as diferenças dos homens entre si e das mulheres entre si, enquadrando suas condutas naqueles pares dicotômicos. Os homens devem confessar seus atributos positivos e socialmente aceitos: ser honesto, bom pai de família, trabalhador e provedor do lar. À mulher cabe as qualidades advindas do lar: dona de casa dedicada, boa mãe e esposa fiel. As pessoas que fogem desses estereótipos são vistas de forma negativa e, aí então, é preciso recorrer aos testemunhos de vizinhos e parentes, para “recobrar” os atributos aceitáveis. Um comportamento inadequado, como a homossexualidade pode importar em

⁴⁰⁵ FOUCAULT, M. *A história da sexualidade I: a vontade de saber*. Op. Cit.

condenação ou em exasperação da pena, produzindo o comportamento oposto o resultado inverso.

Os processos constituem, dessa maneira, fontes privilegiadas onde pode se observar o funcionamento de uma instituição de controle social. Perceber de que modo são decididos os veredictos de punição e de absolvição e quais os elementos que contribuem para estas decisões. Pode se ver também, as crenças e os valores que orientam as pessoas que tomam parte nestes processos, o que utilizam para justificar ou para condenar as condutas de outros personagens. Principalmente, quando está em jogo aspectos da vida privada e de assuntos polêmicos como a sexualidade, a homossexualidade, a noções de honra e de masculinidade. Por se considerar o homoerotismo como algo “negativo” ou “inferior”, o medo de ser visto (a) como gay ou lésbica torna-se um dos motivadores dos crimes contra homossexuais.

Assim, quando o Direito trabalha com uma série de representações sobre condutas normais ou legítimas, cria a idéia de que existe uma espécie de essência de determinados grupos, essência essa sempre combinada através de julgamentos preconceituosos, em relação ao gênero e à sexualidade. Em um contexto de uma sociedade que se deseja democrática, fundada em direitos universais, algumas instituições agem de modo inadequado e injusto. Pois, atrás do discurso jurídico sobre a homossexualidade, percebemos que subjaz uma visão predominantemente masculina e heterossexista.

Além do preconceito remanescente no campo jurídico, não devemos desconsiderar também, os elementos de intolerância que se encontram nas relações travadas pelos (as) homossexuais em seu cotidiano. As crenças e os valores que permeiam o seio familiar ainda são extremamente hostis à homossexualidade. Gays e lésbicas têm que buscar outros relacionamentos com características semelhantes aos de uma família, pois, geralmente são rejeitados (as) por seus parentes mais próximos. Quantas vezes não se ouviu a frase proferida por uma pai machista de que preferia ter um filho delinqüente a um homossexual. Mas a marginalidade é o caminho pelo qual muitos gays acabam seguindo, quando são rejeitados pelos pais. Aqueles com o comportamento mais efeminado parecem sofrer mais com a discriminação. Estando fora dos padrões do “verdadeiro” macho, com voz e gestual feminino, muitos homossexuais não conseguem emprego ou são discriminados no trabalho. A solução muitas vezes é se tornar subempregado, se prostituir ou vender drogas.

Mas os (as) homossexuais não sofrem somente com a intolerância que vem de fora de seu meio. Dentro da cultura homossexual uberlandense foram percebidos preconceitos advindos dos próprios gays. O que não é um dado novo, pois tal aspecto pôde ser detectado por outros estudiosos. Assim, percebemos que tanto o meio homossexual como a cultura circundante é perpassada por relações assimétricas onde os ditos “passivos” ou “efeminados” se tornam marginalizados e vistos como inferiores. Percebe-se também uma forte hierarquização e estratificação tendo como base o status econômico.

A homofobia que perpassa o cotidiano, contudo, não é recebida de forma passiva pelos (as) homossexuais. Muitos (as) deles (as) criam estratégias para lidar com o preconceito e tentar viver a sua orientação sexual da melhor maneira possível. O transformismo e os shows nas boates, a linguagem e o humor, as relações de amizade e os ambiente GLS parecem ser os elementos de maior relevância para se investigar as formas de resistência homossexual contra a violência e a intolerância. Não se deve deixar de considerar o mecanismo de apropriação por parte dos (as) homossexuais uberlandenses daquelas representações que são usadas pelos (as) heterossexuais como instrumentos de desqualificação. O riso é convertido em arma contra o preconceito, as paródias e as sátiras se transformam em importantes elementos para dar ao homoerotismo características positivas.

Em Uberlândia a cultura homossexual tem obtido notoriedade a partir do incremento do comércio gay, o que torna a homossexualidade mais visível e trás a possibilidade de se retirar dela as características negativas. As entidades e as manifestações realizadas pelos (as) homossexuais nesta cidade tentam promover uma mudança simbólica sobre as representações da homossexualidade. As paradas, as ações das entidades e os protestos acabam por dar a perspectiva de se tratar de questões relativas aos direitos humanos e à cidadania. Deixando de lado a concepção de ser algo promovido por pessoas delinquentes ou “sem-vergonha”. Esta modificação do status da homossexualidade ainda é incipiente em Uberlândia, mas constitui um importante passo para modificar velhos padrões e trazer novas conquistas.

Apesar de todo conservadorismo existente na sociedade brasileira, pode se vislumbrar algumas mudanças com relação aos padrões sexuais estabelecidos para homens e mulheres. As transformações atuais que vem ocorrendo em torno dos comportamentos

masculinos e femininos podem ser creditados aos movimentos feminista e homossexual. As mulheres se tornaram mais atuantes na vida pública fazendo que os homens se sentissem ameaçados no seu terreno. Os (as) homossexuais, por sua vez, vêm construindo novas possibilidades para a construção do masculino. Um homem mais nuançado, mais flexível, preocupado com a beleza interna e externa é fruto dos novos tempos. A *Revista Veja* trouxe uma matéria de capa discutindo esta questão: o novo homem heterossexual moderno e urbano. Um sujeito tão ou mais vaidoso do que as mulheres, que frequenta butiques, usa cremes e loções para a pele, é refinado na cozinha e não se sente por fora em uma conversa sobre decoração de ambientes. Algumas pessoas perceberam nestas mudanças certa influência dos gays sobre os machos heterossexuais.⁴⁰⁶

Isso vem demonstrar que os modelos para os comportamentos masculino e feminino são culturalmente construídos e que se modificam com o tempo e com a influência dos diferentes movimentos e sujeitos históricos. Contudo, estas mudanças se encontram em setores localizados da sociedade, geralmente, nas classes média e alta.

Em contraste com a reportagem sobre o “novo homem”, a mesma edição da *Revista Veja* trouxe uma entrevista com o pastor evangélico R. R. Soares que passa cerca de 60 horas por mês pregando em uma rede de televisão brasileira. Em seu depoimento, o pastor deixou claro seu conservadorismo e salientou que dentre aqueles *que não herdarão o reino de Deus*, se encontram *os efeminados e os sodomitas*⁴⁰⁷. Percebemos que as mudanças que ocorrem em determinados setores não chegam a atingir a sociedade como um todo. A permanência de certos valores e crenças acaba por reforçar a intolerância, mas, as transformações culturais que se iniciam podem gerar novos valores mesmo que demorem longos períodos de tempo. A história da homossexualidade é marcada por avanços e retrocessos, acreditamos que caminhamos para “novos tempos”, onde se possa viver a democracia em seu sentido pleno.

⁴⁰⁶ O homem em nova pele. In: *Revista Veja*, São Paulo: Abril, 1 de outubro de 2003.

⁴⁰⁷ Pregador Reacionário. In: *Revista Veja*, São Paulo: Abril, 1 de outubro de 2003, p. 14.

FONTES DOCUMENTAIS

1. PROCESSOS CRIMINAIS

- .Processo nº 702980210588, de 27/03/1988, arquivado na 1ª Vara Crime;
- .Processo nº 702960095256, de 06/06/1989, arquivado na 1ª Vara Crime;
- .Processo nº 702960220698, de 26/02/1993, arquivado na 1ª Vara Crime;
- .Processo nº 702980133814, de 27/04/1994, arquivado na 2ª Vara Crime;
- .Processo nº 702960164672, de 09/06/1995, arquivado na 2ª Vara Crime;
- .Processo nº 702990473705, de 02/12/1995, arquivado na 2ª Vara Crime;
- .Processo nº 702960094176, de 06/02/1996, arquivado na 3ª Vara Crime;
- .Processo nº 702010249531, de 18/08/1997, arquivado na 3ª Vara Crime;
- .Processo nº 702980146188, de 18/02/1998, arquivado na 3ª Vara Crime;
- .Processo nº 702990036718, de 19/05/1999, arquivado na 1ª Vara Crime;
- .Processo nº 702010140987, de 23/02/2001, arquivado na 2ª Vara Crime;
- .Processo nº 702010082213, de 04/06/2001, arquivado na 1ª Vara Crime;
- .Processo nº 702010162163, de 03/07/2001, arquivado na 2ª Vara Crime;

2. CÓDIGOS PENAIS

- .**CÓDIGO PENAL** e sua interpretação Jurisprudencial. FRANCO, A. S. et al. 2ª ed. revisada e ampliada. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1987.

3. BIBLIOGRAFIA JURÍDICA

- .ALBERGARIA, J. *Criminologia: teoria e prática*. 2 ed., Rio de Janeiro: AIDE, 1988.
- .BECCARIA, C. *Dos delitos e das penas*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- .CARVALHO, B. *Sexualidade Anômala no Direito Criminal*. Rio de Janeiro: Ribeiro dos Santos Editor, 1937.
- .CASTELO BRANCO, V. P. *O advogado diante dos crimes sexuais*. 2 ed., São

Paulo: Sugestões Literárias, 1939, p.19.

. DOURADO, L. A. *Homossexualismo e Delinqüência*. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.

. PEIXOTO, A. *Novos rumos da medicina legal*. 2 ed., Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, s\d..

. NUNES, V. P. *Perversões Sexuais na Medicina Legal*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1928.

. RIBEIRO, L. *Homossexualidade e Endocrinologia*. Rio de Janeiro: Editora Moderna, 1932.

PEIXOTO, A. *Novos rumos da medicina legal*. 2 ed., Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, s\d..

4. PERIÓDICOS

. *Jornal Correio de Uberlândia*, 1988/2001;

. *Rainbow Mix Magazine*, Uberlândia, números 1ao 6;

. *Rota Mix Uberlândia*, Uberlândia, números 8, 9, 10 e 12;

5. ENTREVISTAS

.Entrevista com Tiony Bernardino, realizada em 18 de outubro de 2001.

Tiony é cabeleireiro em Uberlândia, possui 40 anos de idade e morou na Europa alguns meses. Chegou a publicar o livro “Sentido da Vida” que foi lançado em um programa de televisão no ano de 2000. Coordenou junto com seu companheiro a ADHOT, até a morte deste no ano de 2001.

.Entrevista com o travesti Verônica, realizada em 18 de junho de 2003.

Verônica é o nome de trabalho de Luis P., com 27 anos de idade, natural de Tupaciguara, cidade próxima a Uberlândia. Veio para esta cidade com 16 anos e não conseguindo trabalho passou a se prostituir. Trabalha atualmente, fazendo “ponto” em um dos postos de gasolina da cidade.

.Entrevista com o travesti Luciane, realizada dia 03 de julho de 2003.

Júlio C., ou Luciane, de 29 anos, é natural de Fortaleza no Ceará. Já trabalhou como travesti em diversas cidades do país, inclusive São Paulo e Campinas. Faz programas desde os 17 anos e se encontra em Uberlândia passando “férias”.

.Entrevista com Marcelo, realizada em 28 de julho de 2003.

Natural de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, saiu de casa para viver sua homossexualidade, descoberta desde criança. Veio para Uberlândia, onde conseguiu emprego na Secretaria de Cultura da cidade. Atualmente com 36 anos, trabalha como artesão e divide com o companheiro Joel, a administração de um bar GLS no centro da cidade.

.Entrevista com Joel, realizada em 28 de julho de 2003.

Casado duas vezes e pai de 3 filhos, Joel se assumiu homossexual com 25 anos. Hoje com 40, se apresenta como transformista nas boates da cidade e anima festas, quando solicitado. É “casado” com Marcelo há 13 anos.

.Entrevista com Antônio, realizada em 25 de agosto de 2003.

Antônio, 30 anos, é formado em Filosofia pela Universidade Federal de Uberlândia. Trabalha com detentos (as) no setor de educação da Colônia Penal Jacy de Assis de Uberlândia. Também integra um grupo de dança africana que se apresenta em eventos da cidade.

.Entrevista com Livia, realizada em 20 de novembro de 2003.

Atualmente desempregada, a vice-presidente da SHAMA, tem 24 anos e foi uma das idealizadoras da Ong. Vive com sua família.

.Entrevista com Marcos, realizada em 21 de novembro de 2003.

O presidente da SHAMA, com 35 anos, concilia as atividades da ONG com seu trabalho em uma gráfica da cidade. Natural de Uberlândia, ele tenta fazer com o grupo caminhe e consiga alcançar os objetivos idealizados por ele e pelos seus companheiros de “luta”.

6. DOCUMENTOS DIVERSOS

.Estatuto Social da Associação Homossexual de Ajuda Mútua – SHAMA, 2003;

.Panfleto com o Histórico da SHAMA, Uberlândia, 2003.

BIBLIOGRAFIA

ABC dos gays. 2 ed., Salvador: Grupo Gay da Bahia, 1996, 43 ps.

ADORNO, S. Crime, justiça penal e desigualdade social. As mortes que se contam no tribunal do júri. In: *Revista USP*. Dossiê Judiciário, nº 24, 1994.

_____. Discriminação racial e justiça criminal em São Paulo. In: *Novos Estudos Cebrap*, nº 43. São Paulo, nov. 1995.

ALBUQUERQUE Jr., D. M. Os nomes do pai: a edipianização dos sujeitos e a produção histórica das masculinidades. In: RAGO, M., ORLANDI, L. B. L. e VEIGA-NETO, A. (Orgs.) *Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

AMEDERO, F.B. Masculinidades en la nueva Europa: de la homofobia a la ética del cuidado de lãs demás personas. In: *Congreso Internacional: Los Hombres ante el nuevo orden social*. Espanã: Emakunde / Instituto Vasco de la Mujer, junio 2002, p. 157-180.

ARENDT, H. *Sobre a Violência*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

ARIÈS, P. Reflexões sobre a história da homossexualidade. In: ARIÈS, P. e BEJÍN, A. (Orgs.) *Sexualidades Ocidentais*. 3 ed., São Paulo: Brasiliense, 1993, p. 76-92.

ARRIOLA, E. R. Desigualdades de Gênero: lésbicas, gays e teoria legal feminista. In: *Estudos Feministas*, Florianópolis: UFSC, v. 4, nº 2, 1994.

BADINTER, E. *XY. A Identidade Masculina*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BAKHTIN, M. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: HUCITEC, 1987.

BARRET-DUCROCQ, F. (Dir.) *Intolerância*. Foro Internacional sobre a intolerância. UNESCO/La Sorbonne, 1997. Trad. de Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BOBBIO, N. *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOSI, E. *Memória e Sociedade. Lembranças de velhos*. 2 ed., São Paulo: T. A. Queiroz/EDUSP, 1987.

BOSWELL, J. Gays, coragem e democracia. In: *Folha de São Paulo*. Caderno Mais!, 25/7/93.

BOURDIEU, P. A dominação masculina. In: *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 20, nº 2, 1995.

_____. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BREMMER, J. (Org.) *De Safo a Sade. Momentos na história da sexualidade*. Campinas: Papyrus, 1995.

BRETAS, M. L. As empadas do Confeiteiro Imaginário. A pesquisa nos arquivos da justiça criminal e a história da violência no Rio de Janeiro. In: *Acervo*. Revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, v. 15, nº 1, 2002.

BRUM, R. A violência contra os excluídos. In: *Humanas*. Porto Alegre: UFRGS, vol. 16, nº 2, 1993.

CARRARA, S. Singularidade, Igualdade e Transcendência: um ensaio sobre o significado social do crime. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 16, 1991.

CASTLE, T. A cultura do travesti: sexualidade e baile de máscaras na Inglaterra do século XVIII. In: ROSSEAU, G.S. e PORTER, R. (Orgs.) *Submundos do Sexo no Iluminismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

CAULFIELD, S. *Em defesa da honra*. Moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918- 1940). Campinas: Editora Unicamp, 2000.

CERTEAU, M. *A Invenção do Cotidiano*. As artes de fazer. 3 ed., Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, R. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil : DIFEL, 1988.

_____. Textos, impressão, leituras. In: HUNT, L. *A nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

_____. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica). In: *Cadernos Pagu*, Campinas: Unicamp, v. 4, 1995.

_____. Educação e História: rompendo fronteiras. In: *Presença Pedagógica*, São Paulo, v. 6, nº 31, 2000.

CHAUÍ, M. *Repressão Sexual: essa nossa (des) conhecida*. São Paulo: Brasiliense, 4 ed., 1984.

_____. *Conformismo e Resistência*. Aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. Sobre o medo. In: VÁRIOS AUTORES. *O Sentido das Paixões*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. Ética e Violência. In: *Teoria & Debate*, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, nº 39, 1998.

CORRÊA, M. *Morte em família*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

_____. *Generat Genus Justitiam?* In: *Revista USP*, Dossiê Judiciário, São Paulo: Edusp, nº 21, 1994.

COSTA, J. F. *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro: Graal: Paz e Terra, 1979.

_____. O referente da identidade homossexual. In: PARKER, R. e BARBOSA, R. M. (Orgs.) *Sexualidades Brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.

_____. A medicina como projeto social: controle do corpo. In: *Cadernos Cepia*. Saber médico, corpo e sociedade. Rio de Janeiro: CEPIA, v. 4, 1998, p. 127-138.

DAMATTA, R. As raízes da violência no Brasil. Reflexões de um antropólogo social. In: _____. *A Violência Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

DAVIS, N. Z. Ritos da Violência. In: _____. *Culturas do Povo*. Sociedade e Cultura no início da França Moderna. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 129-156.

DELUMEAU, J. *A História do Medo no Ocidente - 1300-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DIAS, M. B. *União Homossexual*. O preconceito e a justiça. Rio de Janeiro: LTR, 1999.

DOS ANJOS, G. Homossexualidade, direitos humanos e cidadania. In: *Sociologias*, Porto Alegre: UFRGS, nº 7, 2002.

DOVER, K. *A Homossexualidade na Grécia Antiga*. São Paulo: Nova Alexandria, 1994.

ESTEVES, M. A. *Meninas Perdidas*. Os populares e o Cotidiano do amor no Rio de Janeiro da *Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FAUSTO, B. *Crime e Cotidiano*. A criminalidade em São Paulo (1880- 1924). São Paulo: Brasiliense, 1984.

FOUCAULT, M. *A Verdade e as Formas Jurídicas*. Rio de Janeiro: PUC/RJ, 1973.

_____. *Microfísica do Poder*. 2 ed., Rio de Janeiro: Graal, 1981.

_____. *Vigiar e Punir. História da Violência nas Prisões*. Petrópolis: Vozes, 1983.

_____. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. 5 ed., 1988.

_____. *História da Sexualidade II: o uso dos prazeres*. 5 ed., Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. *Os Anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FREUD, S. *Três ensaios sobre a sexualidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1974.

FRIDMAN, L.C. (Org.) *Política e Cultura - Século XXI*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ALERJ, 2002.

FRY, P. e MACRAE, E. *O que é homossexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

GAY, P. *A Experiência Burguesa da Rainha Vitória a Freud. A paixão terna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *A Experiência Burguesa da Rainha Vitória a Freud. O cultivo do Ódio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

GIACOMAZZI, M. C. Medo e violência no contexto urbano: o caso de José. In: *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre: UFRGS, ano 6, nº 13, 2000.

GINZBURG, C. *O queijo e os vermes*. O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

GRANÃ, R. (Org.) *Homossexualidade: novas perspectivas psicanalíticas*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

GREEN, J. *Além do Carnaval. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: UNESP, 2000.

GREGORI, M. F. Cenas e queixas. Mulheres e relações violentas. In: *Novos Estudos Cebrap*, nº 23, 1989.

GUILLEBAUD, J. C. *A tirania do prazer*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

GUIMARÃES, C. Z. *Homossexualismo: mitologias científicas*. Tese de Doutorado, UNICAMP, 1994, mimeo.

HARRIS, R. *Assassinato e loucura*. Medicina, leis e sociedade no *fin de siècle*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

HEILBORN, M. L. Corpo, sexualidade e gênero. In: DORA, D. D. (Org.) *Masculino feminino*. Igualdade e diferença na justiça. Porto Alegre: Sulina, 1997.

HELMINAK, D. *O que a Bíblia realmente diz sobre a Homossexualidade*. São Paulo: Summus, 1998.

HORNER, T. *O Sexo na Bíblia*. 2 ed., São Paulo: Gemini, 1991.

HUIZINGA, J. O amor estilizado. In: _____. *O Declínio da Idade Média*. Lisboa: Odisséia, 1996.

KAUFMAN, M. Rompiendo los nexos entre masculinidad y violencia. In: *Congreso Internacional: Los Hombres ante el nuevo orden social*. Espanha: Emakunde / Instituto Vasco de la Mujer, junio 2002, p. 123-134.

LIMA, K. Constituição, Direitos Humanos e Processo Penal Inquisitorial: quem cala, consente? In: *Dados - Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: IPERJ, v. 33, nº 3, 1990.

MACRAE, E. Em defesa do gueto. In: *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo: CEBRAP, nº 2, 1983.

_____. *Identidade Sexual e Política*. A homossexualidade no Brasil da 'abertura'. Campinas: UNICAMP, 1990.

MARCONDES FILHO, C. Violência fundadora e violência reativa na cultura brasileira. In: *São Paulo Em Perspectiva*, São Paulo: Fundação Seade, v. 15, nº 2, 2001.

MAZZIEIRO, J.B. Sexualidade criminalizada: prostituição, lenocínio e outros delitos - São Paulo 1870/1920. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo: Marco Zero, v. 18, nº 35, 1998.

MENESES, I. Intimidade, norma e diferença: a modernidade gay em Lisboa. In: *Análise Social*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, nº 153, v. 34, 2000.

MICHAUD, Y. *A Violência*. São Paulo: Ática, 1989.

MICHELET, J. *A Feiticeira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MOOSE, G. L. Masculinidade e decadência. In: PORTER, R. (Org.) *Conhecimento Sexual, Ciência Sexual*. A história das atitudes em relação à sexualidade. São Paulo: UNESP, 1998.

MORAIS, R. *O que é violência urbana*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MOSER, G. *A Agressão*. São Paulo: Ática, 1991.

MOTT, L. Escravidão e homossexualidade. In: VAINFAS, R. (Org.) *História e Sexualidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

_____. *O Sexo Proibido. Virgens, Gays e escravos nas garras da Inquisição*. Campinas: Papyrus, 1988.

_____. Padres casados vítimas da Inquisição. In: *Rumos*. Revista de Cultura, Brasília, ano 3, vol. 2, 1991.

_____. Os homossexuais: as vítimas principais da violência. In: VELHO, G. e ALVITO, M. (Orgs.) *Cidadania e Violência*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996, p. 99-146.

_____. Educação sexual e o jovem homossexual. In: *Revista Perspectiva*, Florianópolis, vol. 16, nº 30, 1998.

_____. *Causa Mortis: homofobia. Violação dos direitos humanos e assassinato de homossexuais no Brasil - 2000*. Salvador: GGB, 2000.

_____. A revolução homossexual: o poder de um mito. In: *Revista USP*. São Paulo: EDUSP, nº 49, 2001.

MOURAN, M.R.P. Casamento entre pessoas do mesmo sexo: inexistência. In: *Direito - USF*. Bragança Paulista: USF, v. 13, nº 1/2, 1996.

NOLASCO, S. (Org.) *O Mito da Masculinidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

ODÁLIA, N. *O que é violência*. 6 ed., São Paulo: Brasiliense, 1991.

OLIVEIRA, P. P. M. Crises, valores e vivências da masculinidade. In: *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, nº 56, 2000.

OPLER, M.R. Aspectos antropológicos e transculturais da homossexualidade. In: MARMOR, J. *A Inversão Sexual: as múltiplas raízes da homossexualidade*. São Paulo: Imago, 1973.

Oscar Wilde ou le procès d'un décadent. In: *Allez Savoir!*, Le Magazine de L' Université de Lausanne. Lausanne-France; nº 1, avril 1995, p. 19-28.

PAIVA, E. F. *História & Imagens*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

PAIVA, M. Crime e Castigo: as civilizadas práticas jurídicas de uma Idade Moderna. In: *Acervo*. Revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, v. 15, nº 1, 2002.

PARKER, R. Homossexualidade masculina. In: RIBEIRO, M. (Org.) *Educação Sexual: novas idéias, novas conquistas*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993, p. 330-341.

_____. *A construção da solidariedade: Aids, sexualidade e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ ABIA, 1994.

PERLONGHER, N. *O negócio do michê*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PERROT, M. *Os excluídos da história – operários, mulheres e prisioneiros*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

PHILIPPI, J. N. Igualdade e diferença – breves anotações acerca do estatuto ético do Direito moderno. In: DORA, D. D. (Org.) *Masculino feminino*. Igualdade e diferença na justiça. Porto Alegre: Sulina, 1997, p. 31/42.

PINHEIRO, P. S. Quando a História é uma estória. In: *Teoria & Debate*, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, nº 11, 1990.

_____. Entrevista. In: *Acervo*. Revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, v. 15, nº 1, 2002, p. 3-5.

POLLAK, M. A homossexualidade masculina, ou: a felicidade no gueto? In: ARIÈS, P. e BÉJIN, A. (Orgs.) *Sexualidades Ocidentais*. 3 ed., São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. *Os Homossexuais e a Aids: sociologia de uma epidemia*. São Paulo: Estação Liberdade, 1988.

PORTELLI, A. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. In: *Projeto História*. In: *Projeto História*, Dossiê Ética e História Oral, São Paulo, n° 15, 1997.

PORTER, R. (Org.) *Conhecimento Sexual, Ciência Sexual*. A história das atitudes em relação à sexualidade. São Paulo: UNESP, 1998.

PUGA DE SOUSA, V. L. *Entre o Bem e o Mal* (Educação e Sexualidade – Anos 60 - Triângulo Mineiro), Dissertação de Mestrado, USP, mimeo, 1991.

_____. *Paixão, Sedução e Violência -1960-1980*. Tese de Doutorado, USP, 1998, mimeo.

RAGO, M. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890 – 1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. O efeito Foucault na historiografia brasileira. In: *Tempo Social*. São Paulo: EDUSP, vol. 7, n° 1-2, 1995.

RELATÓRIO AZUL. Garantias e violações dos Direitos Humanos no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1994.

_____. *Garantias e violações dos Direitos Humanos no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1998/1999.

RICHARDS, J. Homossexuais. In: _____. *Sexo, Desvio e Danação. As minorias sexuais na Idade Média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

RIOS, R.R. Direitos fundamentais e orientação sexual: o direito brasileiro e a homossexualidade. In: *Revista do Centro de Estudos Judiciários Brasileiros*. Brasília: Conselho Federal de Justiça, v. 6, 1998.

ROSSEAU, G. S. e PORTER, R. Introdução. In: _____. (Orgs.) *Submundos do Sexo no Iluminismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

SAFFIOTI, H. I. B. e ALMEIDA, S. *Violência de Gênero – Poder e Impotência*. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SAFFIOTI, H. I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. In: *Cadernos Pagu*. Campinas: Unicamp, n° 16, 2001.

SARTRE, M. Ritos e prazeres gregos. In: *Folha de São Paulo*. Caderno Mais!, 31/10/99.

SILVA, H. R. S. *Travesti: a invenção do feminino*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ ISER, 1993.

SOIHET, R. *A subversão pelo riso*. Estudos sobre o carnaval carioca da *Belle Époque* ao tempo de Vargas. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

_____. Zombaria como arma anti-feminista: instrumento conservador entre libertários. In: *XXII Simpósio Nacional de História*. História, acontecimento e narrativa. Campina Grande – PB: ANPUH/ UFPB, 2003. Disponível em CD-rom.

SPAGNOL, A. S. *Desejo Marginal: a violência contra homossexuais na cidade de São Paulo*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 1996.

SVCENKO, N. *A Revolta da Vacina*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SWAIN, T. N. Identidade nômade: heterotopias de mim. In: RAGO, M., ORLANDI, L. B. L. e VEIGA-NETO, A. (Orgs.) *Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

THOMSON, A. Reconstituo a memória: questões sobre a relação entre história oral e as memórias. In: *Projeto História*, Dossiê Ética e História Oral, São Paulo, nº 15, 1997.

TOMPSON, P. *A voz do passado*. História Oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TREVISAN, J. S. *Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 2 ed., São Paulo: Max Limonad, 1986.

_____. *Seis Balas num Buraco Só*. São Paulo: Record, 1998.

VAINFAS, R. *Trópico dos Pecados. Moral, sexualidade e Inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

VÁRIOS AUTORES. A Violência no Cotidiano. In: *Cadernos Adenauer*, São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, nº 1, março de 2001.

VELHO, G. O grupo e seus limites. In: *Revista USP*. Dossiê Violência. São Paulo: EDUSP, nº 9, 1991.

_____. Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica. In: VELHO, G. e ALVITO, M. (Orgs.) *Cidadania e Violência*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

VEYNE, P. A homossexualidade em Roma. In: ARIÈS, P. e BEJÍN, A. (Orgs.) *Sexualidades Ocidentais*. 3 ed., São Paulo: Brasiliense, 1993.

VIANA, M.T. O dia a dia do juiz e as discriminações que o acompanham. In: *Revista da Faculdade de Direito*. Belo Horizonte: UFMG, nº 39, 2001.

WAGNER, P. O discurso sobre o sexo, ou o sexo como discurso. Erótica médica e paramédica no século XVIII. In: ROSSEAU, G. S. e PORTER, R. (Orgs.) *Submundos do Sexo no Iluminismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

WEEKS, J. O corpo e a sociedade. In: LOURO, G. L. (Org.) *O corpo educado*. Pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

WELZER-LANG, D. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. In: *Estudos Feministas*. Florianópolis: UFSC, vol. 9, nº 2, 2001.

ANEXO I

Palavras e expressões utilizadas no meio homossexual*:

Ana Claudia: mulher que adora andar grudada com os gays;

Andrógino: pessoa que tem características de homem e de mulher;

Ânus: anel de couro, edí, rosca;

Apagar a vela: fazer sexo anal;

Apodrecer: falar mal de algo ou de alguém;

Aqué: dinheiro;

Aranha: o mesmo que vagina, botar as aranhas para brigar significa a relação sexual entre mulheres;

Arara: bicha chata de voz estridente;

Arrasar: fazer algo bem feito ou com graça;

Arrombada: aquela que tem a vagina ou o ânus alargado por excesso de uso;

Asilada: bicha muito louca ou que está nervosa;

Atender: ato de envolver-se ou comprometer-se sexualmente com alguém;

Azuelar: comer o bofe, ser ativa;

Adé: homossexual masculino, bicha;

Adé fontó: bicha enrustida;

Alibã: polícia ou patrulha policial;

Babado: acontecimento qualquer;

Baitola: (pejorativo), gay, homossexual, boiola;

Balacobaco: festa, agito;

Bandeira: dar pinta, dar bandeira, significa deixar perceber;

Barbíe: homossexual de corpo inflado, adepto da musculação;

Barroca: mulher velha;

Bater um bolo: masturbação entre gays;

Bater bolacha: ato sexual entre lésbica;

Beliscar azulejo: estar com atraso sexual;

Benga: pênis, pau, caralho;

* Coletadas a partir de entrevistas e de livros sobre o assunto. A grafia das palavras segue conforme as fontes.

Besouro: se diz daquele que gosta de ser ativo na relação anal;

Betty Faria: expressão usada quando alguém é bonito e gostoso e que incita o desejo sexual;

Bíba: gay, homossexual;

Bicha: homossexual masculino;

Bicha-bofe: homossexual não-efeminado, mas nem sempre ativo;

Bicha-boy: bicha-bofe novinha;

Bicha-cadela: homossexual libidinoso, que transa muito e com muitos parceiros;

Bicharia: uma porção de bichas juntas;

Bode: cansaço, enjôo;

Bofe: heterossexual ou homossexual ativo;

Bolacha: lésbica ou mulher;

Bola-gato: sexo oral;

Boquete: fazer sexo oral em um homem;

Buça: forma abreviada de buceta;

Buceta: órgão genital feminino, vagina;

Buceto: pênis;

Caçação: ato de caçar parceiros sexuais, pegação; (sic)

Caçar: ir atrás de alguém para fazer sexo;

Cacete: pênis;

Cagar no maiô: fazer grande besteira;

Caído: sem grana;

Caminhoneira: lésbica com gestual muito masculinizado, sapatão;

Canivete: bofe que tem o pênis pequeno;

Carão: pose, esnobação, presunção;

Chupeta: sexo oral em um homem;

Dar a Elza: roubar;

Dar pinta: fazer trejeitos efeminados;

Denorex: que parece homossexual, mas não é;

Drag-queen: gay que se veste de mulher, mas apenas para festas (não confundir com travesti);

Edí: ânus;

Elza: roubo;

Emma-Thompson: machucado originado de pancada forte;

Encubado: diz-se do homossexual que não assumiu a sua sexualidade para si mesmo;

Fanchona: um termo pejorativo para as lésbicas;

Fechar: dar muita pinta, abalar;

Gagau: felação com ejaculação;

Gala seca: atraso sexual;

Gambé: policial, alibã;

Guela: delator, dedo-duro, linguarudo;

Homofobia: medo irracional de homossexuais;

INPS: diz-se de boate freqüentada majoritariamente por gays mais velhos;

Jeba: pênis de proporções avantajadas;

Jorge: bofe escandaloso;

Lésbica: homossexual, feminino;

Mala: o volume do pênis;

Maldita: mesmo que Aids;

Mamona: bicha chupeteira;

Michê: garoto de programa;

Não-bicha: quase heterossexual;

Neca: pênis;

Neide: bicha burra;

Oco: homem homem ou homem não gay;

PAM: abreviação de passiva até a morte;

Panqueca: bicha passiva;

Ré no Kibe: ser penetrado pelo ânus;

Traveca: travesti;

Urso: homossexual com excesso de pêlo e de peso;

Viadeiro: coletivo de viado;

Zoraíde: bicha metida a clarividente, esotérica;

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)